



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

TAINÁ CRISTINA COSTA LOPES

**CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: OS SENTIDOS DE
CIÊNCIA EM UMA POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO**

**CAMPINAS,
2016**

TAINÁ CRISTINA COSTA LOPES

**CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: OS SENTIDOS DE CIÊNCIA EM
UMA POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestra em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Monica Graciela Zoppi Fontana

**Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pela
aluna Tainá Cristina Costa Lopes e
orientada pela Profa. Dra. Monica
Graciela Zoppi Fontana.**

**CAMPINAS,
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

L881c Lopes, Tainá Cristina Costa, 1990-
Ciência sem Fronteiras : os sentidos de ciência em uma política do Estado brasileiro / Tainá Cristina Costa Lopes. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Monica Graciela Zoppi Fontana.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Ciência. 3. Internacionalização. 4. Programas de intercâmbio de estudantes. 5. Estudantes universitários - Brasil. I. Zoppi-Fontana, Mónica, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The program Ciência sem Fronteiras : the meanings of science in a public policy of the Brazilian State

Palavras-chave em inglês:

Semantics

Science

Internationalization

Exchange programs, Student

College students - Brazil

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Monica Graciela Zoppi Fontana [Orientador]

Carolina de Paula Machado

Sheila Elias de Oliveira

Data de defesa: 20-06-2016

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA

Carolina de Paula Machado

Monica Graciela Zoppi Fontana

Sheila Elias de Oliveira

Germana Fernandes Barata

Soeli Maria Schreiber da Silva

IEL/UNICAMP

2016

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, **ao meu tio Raimundo e ao meu avô Sebastião**, que nos deixaram no ano de 2015 de forma tão desconcertante e repentina, que ainda me parece possível, em algum momento, ouvir-lhes as vozes que me chamaram com tanta ternura durante toda a vida.

A minha mãe, pilar que, mesmo diante das rachaduras resultantes das intempéries, segue firme e amorosa, e cujo abraço se fez pra mim, desde sempre, um porto seguro.

A meu pai, que em seus silêncios tão eloquentes soube ser sempre o meu esteio, e cujo olhar sério se soube fazer tantas vezes doce.

Dedico, por fim, **aos meus irmãos, Gabriel, Geraldo e Fernanda**, metades inteiras de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Sem eles, eu não teria chegado aonde cheguei, e também não teria me mantido aqui.

A meus professores da Graduação e do Mestrado, por terem despertado em mim o fascínio pela linguagem e a admiração pelas profissões que dela se ocupam.

À Prof^a Mônica Zoppi por ter aceitado me orientar, ainda na Graduação, e pelas contribuições que fez ao meu trabalho.

À Prof^a Sheila Oliveira, pelas contribuições que fez ao meu trabalho. Pelas aulas, pelas direções ainda no primeiro semestre da pós-graduação, pelas contribuições no XX SETA, na banca de qualificação e na defesa do Mestrado.

À Prof^a Carolina Machado, pelas contribuições como minha debatedora no XX SETA, na banca de qualificação e na defesa do Mestrado.

À Prof^a Silvana Serrani, pelas oportunidades, pela confiança e pelo carinho de sempre.

À equipe da Secretaria de Pós-graduação, à equipe da Biblioteca e aos funcionários do IEL.

A meu primo, Rubinho, por ter estado comigo no primeiro passo que dei em direção à Universidade.

Aos meus amigos. Aos que dividem a vida comigo desde a infância; aos que dividiram as manhãs na escola e ainda hoje permanecem; aos que partilharam os momentos e a vida que se fez na faculdade; aos que dividiram o lar, mais do que a casa, comigo; aos que dividiram a mesa do bar ou as horas de trabalho e souberam fazê-las mais agradáveis, aos que me acolheram, que me proporcionaram reflexões e risos.

Enfim. Agradeço a todos que, estando ao meu lado, fizeram dos bons momentos, inesquecíveis, e dos momentos difíceis, suportáveis.

Más de una vez me siento expulsado y con ganas
de volver al exilio que me expulsa
y entonces me parece que ya no pertenezco
a ningún sitio, a nadie.
¿Será un indicio de que nunca más
podré no ser un exiliado?
¿Qué aquí o allá o en cualquier parte
siempre habrá alguien que vigile y piense,
éste a qué viene?
Y vengo sin embargo tal vez a compartir cansancio y vértigo
desamparo y querencia
también a recibir mi cuota de rencores
mi reflexiva comisión de amor
en verdad a qué vengo
no lo sé con certeza
pero vengo.

(Mario Benedetti)

RESUMO

O programa Ciência sem Fronteiras, iniciativa do Governo Federal Brasileiro com o Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação define como seu objetivo promover a internacionalização da ciência e tecnologia através de intercâmbios estudantis para alunos brasileiros de graduação e pós-graduação em diversos países. O programa destina-se a atender estudantes de áreas específicas, definidas nos textos e editais como prioritárias, e que são basicamente exatas, biológicas, engenharias e demais áreas consideradas tecnológicas. As Ciências Humanas, além de não aparecerem na lista de prioritárias, em alguns editais ainda são explicitamente excluídas. Fica evidente que a concepção de ciência subjacente aos editais, e ao programa em geral, é uma de modo que nem todos os campos do conhecimento podem ser assim considerados, questão que tem suscitado uma série de debates sobre a exclusão das humanas, cujos representantes reivindicam um reconhecimento da área enquanto ciência na relação com o programa e seus editais. Os debates, ao trazerem diferentes perspectivas e dizeres, colocam em evidência diferentes figuras enunciativas e que mobilizam diferentes lugares do dizer, como as autoridades responsáveis pelo programa, como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e seu ministro à época do lançamento do programa, Aloízio Mercadante, que reafirmam as áreas prioritárias e os motivos pelos quais o são, e os estudantes de humanas que reivindicam sua participação. Diante disso, nosso objetivo é observar quais sentidos de “ciência” vão sendo produzidos no corpus, composto de textos institucionais do site do programa; seu documento de lançamento pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e textos de petições online do site Avaaz, e a relação desses sentidos com os sujeitos, tomando como ponto de partida a “ciência” presente no nome Ciência sem Fronteiras e seu funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo, à luz da Semântica do Acontecimento. Dizer que a ciência, a partir do programa, é sem fronteiras, pressupõe a existência de uma ciência com fronteiras. Que ciências são essas, com e sem fronteiras? Que fronteiras são essas? Quais as relações dessas fronteiras com as línguas e, sobretudo, com as diversas áreas do conhecimento? E que sociedade se projeta a partir dessas ciências sem fronteiras?

Palavras-chave: Semântica da Enunciação; Ciência sem Fronteiras; Ciência.

ABSTRACT

The program *Ciência sem Fronteiras* (Science with no Borders), an initiative of the Brazilian Government, Ministry of Education and Ministry of Science, Technology and Innovation aims to promote the internationalization of the science and the technology through the student exchanges for Brazilians graduate and postgraduate students. The program is intended for specific knowledge fields, which are basically pure sciences, biological fields, engineering and other technological fields. The humanities are not included in the list of priority knowledge fields, and in some calls they are clearly excluded. As we can see in the texts of the program, the concept of science does not include some knowledge areas, such as the humanities, whose students claim for recognition of the area in the program. The discussions bring different views, as the discourses of *Ciência sem Fronteiras*' authorities, as Minister of Education, and discourses of the students of human sciences, who claim their participation in the calls for exchange. We aim to see and show which meaning of science are being produced in the texts of the program, such as the document of its release by the Ministry of Science, Technology and Innovation, and petitions in the website Avaaz for inclusion of the human sciences, considering that the word "science" appears firstly in the name of the program, for to analyze its morphosyntactic, semantic and enunciative working, based on Semantics. When we say that science, from the program, is a science without borders, we assume that exists a science with borders. So, which sciences are these, with and without borders? And which borders we mean? Which the relation between these borders with the several knowledge fields? And what society is projected as from these sciences with no borders?

Keywords: Semantics, Science, *Ciência sem Fronteiras*;

SUMÁRIO

Introdução	11
Primeira parte	20
Capítulo I - A significação à luz da Semântica do Acontecimento e teorias da enunciação: breve percurso teórico	20
1.1. O Ensaio de Semântica, de Michel Bréal.	22
1.2. Émile Benveniste: de Saussure à Enunciação.	27
1.3. A Semântica do Acontecimento	40
Capítulo II - Metodologia.....	56
2.1. Constituição do corpus	56
2.2. Procedimentos de análise	59
Segunda Parte.....	61
Capítulo III - Ciência sem Fronteiras: os sentidos de “ciência” no âmbito do programa	61
3.1. Ciência sem Fronteiras: o nome próprio na perspectiva enunciativa	61
3.2. As fronteiras da ciência	70
3.3. Os sentidos de ciência no âmbito do programa.....	74
3.4. As “não-ciências” para o programa Ciência sem Fronteiras	89
Capítulo IV - Dos sentidos ao tempo da ciência: o CsF como espaço político.....	92
4.1. Ciência sem Fronteiras e as representações da temporalidade: os tempos da ciência..	93
4.2. O Ciência sem Fronteiras como espaço de enunciação.....	100
4.3. Cena Enunciativa e produção de conhecimento: demandas sociais e econômicas	113
Considerações Finais.....	131
Referências Bibliográficas	139
Anexos.....	142
Anexo I.....	142
Anexo II	146
Anexo III	150
Anexo IV.....	154

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos de *ciência* produzidos no programa Ciência sem Fronteiras, que se define como uma iniciativa do Governo Federal que é fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com apoio de suas respectivas agências de fomento, CAPES e CNPq, e da iniciativa privada. Lançado em julho de 2007 pela presidente da República Dilma Rousseff, o programa é criado em uma conjuntura específica, justamente no entremeio de políticas educacionais e de produção científica, propondo-se como uma estratégia de internacionalização da educação superior no Brasil.

Esse processo se constitui a partir da relação entre a globalização e a educação, sobretudo na produção de conhecimento científico. Pensar a internacionalização é mobilizar questões diversas, que vão desde sua relação com a educação, com a economia e a sociedade, questões de política de Estado, questões de fronteiras e de poder.

A internacionalização sempre foi, como nos traz Morosini (2006), uma marca das universidades, que enquanto produtoras de conhecimento se fundamentavam na internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia de seus pesquisadores. Esse caráter de “internacionalidade” da pesquisa não é algo atual e está presente, na América Latina, desde as origens das pesquisas aqui desenvolvidas, como nos traz Kreimer (2011). Essa configuração faz parte de um cenário científico caracterizado por ideias liberais e marcado pela formação de grandes grupos de pesquisa entre pesquisadores de vários países, mas com predominância e dominância de países desenvolvidos do hemisfério norte. Nesse caso, a agenda de pesquisa é dominada por interesses dos países dominantes, ignorando as demandas dos países com menor participação/em desenvolvimento, tanto que, ao retornarem aos seus países de origem, os pesquisadores periféricos ainda trabalham sob o controle dos centros de pesquisa que os receberam, e não com base nas demandas de seu país. E a legitimidade do pesquisador está ligada a estas filiações.

Desse modo, podemos observar o que Kreimer (op.cit.) chamou de “a estratégia dessa nova divisão internacional do trabalho científico”, que consiste na construção e

uma ilusão de integração internacional, mas que oculta, na verdade, o caráter de subordinação que os pesquisadores de países periféricos têm com relação aos grandes centros e grupos de pesquisa, que é de quem partem as iniciativas e as agendas de pesquisa com base em seus interesses econômicos e sociais.

No entanto, essas comunidades científicas periféricas, como dos países sul-americanos, são complexas e hoje buscam não só autonomia com relação aos grandes centros produtores de conhecimento, mas também competitividade no cenário mundial, o que vai ao encontro do caráter liberal que marca a internacionalização da função pesquisa. Se antes os pesquisadores tinham autonomia frente aos Estados, pois respondiam aos interesses de grandes blocos de pesquisa, hoje o que se busca é autonomia com relação a esses blocos e aos países dominantes na produção científica, em vistas de desenvolverem a sua própria ciência, que não só os coloque em condições de competir com os grandes centros, mas que o faça em resposta a suas próprias demandas econômicas e sociais. E é nesse contexto que se impõe outro paradigma da internacionalização: a internacionalização da função ensino. Nesse paradigma vê-se pouca autonomia das instituições de ensino frente ao governo, principalmente as instituições de ensino superior, e isso se dá porque o ensino está sujeito aos interesses do Estado e às políticas estatais, em uma ação conjunta entre o governo e as instituições, que buscam a formação de mão de obra especializada para fomentar o desenvolvimento do país, desenvolvimento científico e econômico.

Tendo se estabelecido no panorama mundial na década de 1990, a internacionalização da educação pode ser definida como “a globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação” (MARGINSON E RHOADES, 2002 apud MOROSINI, 2006). Além de trazer como base o processo da globalização, a internacionalização está atrelada à tendência de categorizar a educação como serviço, inclusive com sua regulamentação pela Organização Mundial do Comércio, de modo que, aliado às novas tecnologias, o conhecimento seja considerado um bem de alto valor e tenha seu próprio mercado, indo na direção contrária àquela que reconhece a educação como bem público, resguardada pela soberania dos Estados-Nações (MOROSINI, 2006). Essa relação entre educação e serviço, pautada pela influência da globalização e seu caráter transnacional sobre as políticas estatais, traz um princípio de mercado que indo além do âmbito econômico atinge a educação; mas não como implemento ao ensino, estritamente acadêmico.

Esse cenário é extremamente mutante, marcado pela competitividade, de acordo com Altbach (2001 apud LAUS, 2004), e dominado por universidades internacionais de países desenvolvidos, como os países da União Europeia, e em sua maioria de língua inglesa - hegemônica, que se constitui como a língua da ciência e cuja proficiência se torna indispensável nesse paradigma. O autor adverte que não só as universidades desses países, como também os grandes grupos de pesquisa e multinacionais são os novos “neocolonialistas”, que sob a iniciativa da colaboração acadêmica, trazem a internacionalização como subordinada ao lucro, na medida em que se visa internacionalizar a educação usando a formação acadêmica para atender as demandas do mercado.

Tendo esse objetivo, torna-se evidente que há determinados tipos de conhecimento valorizados nesse paradigma, isto é, campos de conhecimento que dialogam mais diretamente com a produção industrial e a economia do país, que produzam resultados visíveis em termos de lucro. Assim, há uma intensa valorização das ciências exatas e áreas de conhecimento ligadas à tecnologia e inovação, como as engenharias, que estão ligadas à produção de soluções e produtos vendáveis, com uma consequente desvalorização de áreas não tecnológicas, como as ciências humanas e sociais.

Essa intensa valorização e investimento nas áreas tecnológicas constitui um paradigma próprio, também, o qual Moreira (2006) define como de popularização da Ciência e da Tecnologia- doravante CT, que aliada à internacionalização da educação visa impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Dentre as estratégias para uma política de CT, o autor destaca a necessidade de uma mobilização da mídia, em parceria com universidades, centros de pesquisa e museus de ciências para o desenvolvimento da divulgação científica que, segundo ele, é importante na formação permanente de cada cidadão e no “aumento da qualificação geral científico-tecnológica da sociedade” (op.cit.). Ou seja, de acordo com a sua posição, é necessário articular a ciência com a educação e com a formação das pessoas, visando à inserção delas nesse novo paradigma econômico-social, e também um maior desenvolvimento no setor produtivo, através da formação de mão de obra altamente qualificada em determinadas áreas do saber para atender ao mercado.

O Estado, por meio de políticas públicas, cria uma série de programas voltados à internacionalização da educação e ao abastecimento do setor produtivo, como o Ciência sem Fronteiras, que proporciona a oportunidade de estudar e estagiar fora do país e,

assim, estar em países que são referência em CT, tendo contato com centros de pesquisa e pesquisadores renomados em produção científica e tecnológica. Dessa forma, o objetivo do governo é que a educação adquira um caráter internacional com vistas à formação e aperfeiçoamento dos profissionais no exterior e, com sua atuação no mercado nacional, leve ao aumento da competitividade brasileira no cenário científico e tecnológico mundial. Essa nova configuração da educação, principalmente da educação superior, diz respeito a uma formação mais pragmática, que prima pela experiência internacional do mundo globalizado, através de áreas de conhecimento que dialoguem com as demandas do mercado.

No Brasil, O Ciência sem Fronteiras é a aposta do governo para alavancar o processo de internacionalização da educação superior e fomentar o desenvolvimento do país; e, ainda que não seja especificado o tipo de desenvolvimento, os textos do programa apontam para o desenvolvimento econômico. Em seu website homônimo, o CsF traz seu objetivo geral, que deixa entrever essa sua caracterização “científico-educacional” ao buscar a promoção da internacionalização da ciência e tecnologia através da educação, por meio de intercâmbios estudantis para alunos brasileiros de graduação e pós-graduação para diversos países. O programa destina-se a determinadas áreas do conhecimento, basicamente divididas em três grandes grupos, conforme consta em documento oficial do programa atribuído ao então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia¹, Aloízio Mercadante. De acordo com o documento, são elegíveis as grandes áreas Ciências da Saúde, Ciências da Vida e Engenharias e Tecnologia, que serão mencionadas posteriormente e em diversas seções do *website* de outras formas.

Com o propósito de que os candidatos eleitos mantenham contato com sistemas educacionais competitivos em inovação e tecnologia, o programa previa, como meta, a concessão de 101 mil bolsas até o ano de 2015, sendo que um terço delas seria concedido pela iniciativa privada.² Tais considerações referem-se primordialmente àquilo que era o esperado quando do lançamento do programa, mas na prática o que se viu foi a iniciativa do governo tornar-se alvo de polêmicas. Com as primeiras bolsas concedidas em 2011, o CsF chega ao ano de 2015³, marcado principalmente pelo acesso desigual

¹ Posteriormente à criação do programa, em 2011, foi acrescido o termo “Inovação” ao nome do ministério, que passou a se chamar Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. No ano de 2016, houve uma fusão desse ministério com o Ministério de Comunicações, resultando no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

² Metas revistas pela 7ª reunião do comitê executivo (ce) do programa ciência sem fronteiras, realizada em 22 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas>. Acesso em 13 de jan.2015.

³ Ano em que as bolsas foram suspensas e o programa deixou de vigorar.

dos estudantes às bolsas de estudos no que diz respeito às áreas elegíveis; tendo enfrentado, ainda, críticas pela admissão de candidatos sem proficiência na língua oficial dos países-destino, pela pouca frequência dos alunos às aulas nas universidades do exterior e pela falta de acompanhamento e avaliação dos estudantes que voltam ao Brasil⁴.

Essas polêmicas evidenciaram muitas falhas do programa em seu aspecto de iniciativa educacional, mas principalmente a exclusão de determinadas áreas de conhecimento provocou questionamentos importantes sobre a concessão de bolsas e a valorização de certos tipos de conhecimento produzidos. Ao definir previamente as áreas que podem ser eleitas, “ciência”, no nome do programa, já restringe em um primeiro momento o que pode ou não ser considerado como tal nesse contexto específico, e já nos dá uma pista do que não pode. É justamente essa questão que serve como ponto de partida para este trabalho.

O programa destina-se a atender estudantes de áreas específicas, definidas como áreas prioritárias; as áreas humanas, além de não aparecerem na lista de prioritárias, em alguns editais ainda são explicitamente excluídas, juntamente com as artes e as ciências sociais. Para ilustrar essa situação, citamos o caso no qual os estudantes impossibilitados de participarem da seleção, por não pertencerem a nenhuma das áreas contempladas, viram na área elegível “Indústria Criativa” a oportunidade de conseguir uma bolsa de estudos pelo Ciência sem Fronteiras. A indefinição e certa ambiguidade do que possa vir a ser uma área criativa, voltada à indústria criativa, levou muitos estudantes de ciências humanas a se inscreverem e serem aceitos no programa, o que levou as agências de fomento que financiam o CsF a “refinar” a definição e a abrangência da área nos editais, para “voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação”. Por meio dessa medida, tomada no ano de 2013, ficou clara a intenção em excluir de suas seleções os alunos de áreas que não sejam voltadas à tecnologia e inovação, ou seja, reforçou o sentido de que as áreas de humanas não oferecem essa possibilidade e adotou mais uma resolução para que os alunos desse campo do saber não sejam eleitos para o programa aproveitando-se de “brechas” como essa.

Desse modo, antes do refinamento da área de indústria criativa, em 2013, o nome “áreas prioritárias” parecia adequado, visto que havia áreas que detinham o maior número de bolsas, a saber, as ciências puras, engenharias e demais áreas tecnológicas;

⁴ Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/25/debatedores-apoiam-ciencias-sem-fronteiras-mas-cobram-avaliacao-do-programa>> Acesso em 10 jul. de 2016.

mas havia também espaço para as outras áreas, como as ciências humanas, que se enquadravam na área de indústria criativa. No entanto, a partir desse refinamento, evidenciou-se que as áreas prioritárias, na verdade, eram as únicas elegíveis.

Fica evidente que o sentido de ciência subjacente aos editais, e ao Ciência sem Fronteiras em geral, é um de modo que nem todos os campos do conhecimento podem ser assim considerados, e essa questão suscitou uma série de debates sobre a exclusão das “ciências” humanas, cujos representantes reivindicavam um reconhecimento da área enquanto ciência na relação com o programa e seus editais. Os debates, ao trazerem diferentes perspectivas e dizeres, colocam em evidência diferentes pontos de vista, das autoridades responsáveis pelo programa, como o Ministério de Estado da Ciência e Tecnologia e seu ministro na época de lançamento do programa, Aloízio Mercadante, que reafirmam as áreas prioritárias e os motivos pelos quais o são; e dos estudantes de humanas que reivindicam sua participação.

Assim, o corpus a ser brevemente analisado, cuja seleção levou em consideração esse embate, é composto, de um lado, por textos oficiais do Ciência sem Fronteiras que constam no *website*, como os textos de apresentação, os editais de intercâmbio, as áreas e países elegíveis e o documento de lançamento do programa pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Por outro lado, o corpus é composto também por petições online, do site Avaaz, para inclusão das ciências humanas nos editais. Desse modo, mobilizamos lugares enunciativos diferentes e discursos também distintos, ao tomarmos de um lado o discurso oficial do programa, e, do outro, de estudantes excluídos, que enunciam por meio das petições.

O objetivo geral que conduz esse trabalho é observar quais sentidos de *ciência* vão sendo produzidos nesse corpus, em sua relação com os diferentes campos do saber e os sujeitos, tomando como ponto de partida o nome *Ciência sem Fronteiras* e seu funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo. Desse modo, na medida em que sentidos de ciência são produzidos – e apagados – a partir do próprio nome do programa, interessa-nos também observar de que forma, a partir das figuras supracitadas e seus respectivos dizeres, o programa constitui-se como um espaço político, de disputa entre as áreas do conhecimento e pelo direito de dizer no discurso científico.

Perguntar-se que sentidos são produzidos é assumir que na língua não há um sentido definitivo e uno, estanque e imutável; e que, por não ser referencial, não está

determinado pela relação com a verdade como algo exterior, absoluto e único. É esse funcionamento que possibilita que novos sentidos sejam produzidos ou que sejam apagados e que, assim, algo possa ser ressignificado na língua. Nessa direção, situamos nossa análise no quadro teórico da Semântica do Acontecimento, fundada por Eduardo Guimarães, que considera o sentido enunciativamente. Esse campo teórico, como nos traz o próprio autor, estabeleceu-se em diálogo com diversas outras áreas, como a filosofia da linguagem, teorias da enunciação e Análise do Discurso como a praticada por Pêcheux, à qual se filia através do materialismo histórico e, por esta via, considera que a linguagem não é transparente e que a relação da língua com o real é histórica (GUIMARÃES, 2005a).

A essa perspectiva o que interessa é retomar aquilo que ficou excluído pelo corte saussuriano, ou seja, a relação da língua com algo que está fora dela, como o sujeito e a história; exterioridade diferente da que é levada em conta pelos teóricos referencialistas, por exemplo, para os quais o sentido se constitui na medida em que a língua aponta para objetos ou verdades absolutas no mundo, enquanto aquilo que lhe é exterior. O que interessa para a semântica é, como nos traz Guimarães (2005a), saber como ao falar de algo (enquanto objeto no mundo), se fala *sobre* esse algo [grifo nosso].

Assim, o sentido de uma forma linguística é o seu funcionamento no enunciado e texto em que está, o que situa a significação no acontecimento da enunciação; e, embora não se considere a princípio nenhum a priori no que diz respeito ao significado das palavras ou uma realidade à qual as palavras se reportem, há um real que elas significam, pois as palavras têm sua história de enunciações. O que se busca então é o que uma palavra *designa*, entendendo a *designação* como essa relação linguística de sentido enquanto exposto ao real, uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2005a.).

Nosso trabalho situa-se, portanto, nessa perspectiva teórica, e está dividido em duas partes: a primeira, de cunho teórico, é composta por dois capítulos; e a segunda, de análise, é composta por dois capítulos, também, nos quais o corpus recortado será analisado a partir do embasamento teórico e metodológico da Semântica do Acontecimento, mobilizando conceitos fundamentais nesse âmbito, como o conceito de *Político*, *Espaço de Enunciação*, *Cena Enunciativa*, *Domínio Semântico de Determinação*, e procedimentos teóricos como a *Reescrituração*.

No capítulo 1 faremos um percurso teórico, buscando situar o tratamento da significação no âmbito da Semântica do Acontecimento, passando por Bréal e o estabelecimento da semântica como disciplina linguística e pelas teorias da enunciação. No capítulo 2 faremos breves considerações sobre os conceitos e procedimentos teórico-metodológicos que respaldaram e deram subsídios para as nossas análises.

No capítulo 3 partiremos do próprio nome do programa, *Ciência sem Fronteiras*, para analisarmos seu funcionamento morfossintático, baseando-nos no tratamento dos nomes pela Semântica do Acontecimento. Assim, considerando que “ciência” é parte que compõe o nome próprio do programa, analisaremos e descreveremos os sentidos dessa palavra. O que nos interessa é ver como esses sentidos são produzidos – e apagados – nos textos em que aparecem, de que forma eles vão sendo construídos e o que “ciência” designa a partir de sua relação com outras palavras que a determinam, a partir de determinados procedimentos teórico-metodológicos desse campo teórico.

No capítulo 4 observaremos as formas de representação da temporalidade nos enunciados e de que modo tais representações contribuem não só para a constituição de um “tempo da ciência”, mas também para a construção dos sentidos de ciência, dando continuidade ao que foi discutido no capítulo anterior. A partir disso interessa-nos observar de que forma tais sentidos contribuem para a inscrição enunciativa de um espaço *político*, de conflito entre aquelas que são consideradas ciências e as não-ciências e como se distribuem os direitos de dizer nesse espaço.

No que tange aos sentidos de ciência que são produzidos no *Ciência sem Fronteiras*, perguntamo-nos o que essa palavra designa enquanto tomada na história de suas enunciações, para além do corpus, o que questiona a evidência dos sentidos dicionarizados e mesmo as diferenças já postas entre ciências exatas e humanas, que se nos mostram como evidências, como óbvias. O que nos interessa é colocar em cheque essas evidências e mostrar que estas são, fora de um enfoque epistemológico, questões de linguagem, e, portanto, de línguas, na medida em que são também construídas linguística e politicamente, sendo a linguagem o lugar por excelência da desigualdade.

Considerando o fato de que a palavra “ciência” aparece, antes de tudo, no nome do programa, predicada por “sem fronteiras”, pressupõe-se a existência de uma ciência com fronteiras. Partindo, então, desse nome próprio, que ciências são essas, com e sem

fronteiras? Que fronteiras são essas? E quais as relações dessas fronteiras com as diversas áreas do conhecimento?

Primeira parte

Capítulo I

A significação à luz da Semântica do Acontecimento e teorias da enunciação: breve percurso teórico.

A Semântica se legitima como disciplina linguística no fim do século XIX tendo como marco principal o livro de Michel Bréal, *Ensaio de Semântica*, de 1897, no qual o autor traz aos estudos linguísticos novas considerações a respeito de como, segundo ele, deve ser tratada a questão da significação. Na ocasião, Bréal traz duas considerações que inauguraram um novo olhar com relação às questões da significação e que se mantiveram no decorrer de sua obra, tal como ressalta Guimarães (2010, p.13): uma que postula que as questões de significação não podem ser tratadas pela via etimológica, senão pela consideração de seu emprego, e outra, complementar a esta, que diz que é preciso considerar uma palavra em suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico e nas frases em que aparece. Sobre isso Bréal (1883) afirma:

Considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe a influência próxima ou longínqua. (...) As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases (BRÉAL, 1883, p. 133).

Tais considerações de Bréal a respeito da significação de uma palavra são fundamentais para o tratamento da significação fora de uma perspectiva que considera o sentido em relação ao mundo, como as teorias referencialistas. Eduardo Guimarães filia-se a esta perspectiva semântica que, por colocar no centro da significação o elemento subjetivo, coloca as questões semânticas em uma perspectiva que abre caminhos para os estudos enunciativos. O autor da *Semântica do Acontecimento*, inscrevendo sua posição enunciativa no materialismo histórico, vai postular que o sentido de um elemento linguístico e as relações de sentido entre elementos dão-se no acontecimento, na enunciação, e dentro do enunciado e do texto nos quais estão inseridos, sempre em relação a outros elementos ali presentes. Isso se dá a partir do funcionamento da história, tomada como constitutiva da linguagem, fora de uma perspectiva cronológica. Esse modo de

tratar o sentido resulta de uma posição teórica que considera a linguagem particularizando e referindo algo no momento da enunciação, enquanto acontecimento da linguagem, que, pelo funcionamento da língua, é o que refere e, ao referir, faz significar, já que não existe referência sem designação, sem atribuição de sentidos. E os sentidos são históricos.

Ao dedicar-se a um tratamento enunciativo do sentido, Guimarães traz a enunciação como ponto de partida para suas considerações, o que coloca em uma posição filiada àquela que assumiu Benveniste ao tratar da mesma questão em “O Aparelho Formal da Enunciação”. Esse autor, de orientação estruturalista, partiu de muitos postulados saussureanos no desenvolvimento de sua teoria, tanto na concepção de língua - e seus desdobramentos enquanto sistema de signos – quanto em suas considerações teórico-metodológicas. O autor buscou, no entanto, repor no campo da Linguística questões excluídas por Saussure, como a enunciação e o sujeito, que se manifesta através da intersubjetividade – entendida como uma propriedade da linguagem - e de paradigmas do próprio sistema, como os pronomes pessoais.

A distinção que o autor faz entre os modos de significar semiótico e semântico mostra que o tratamento que ele faz do sentido vai além da descrição sistemática da língua, herdada de Saussure, já que ele considera que, inerente às formas que são parte desse sistema, coloca-se a questão do sentido e da intersubjetividade como fazendo parte do funcionamento da língua. Tal como ressalta Guimarães (2010, p.46), essa posição mostra uma clara filiação a Bréal, que trata o elemento subjetivo como uma questão linguística. É justamente o tratamento da relação semiótico x semântico que caracteriza Benveniste como um linguista da Enunciação, pois ao tratar da subjetividade manifestada através das formas linguísticas, ele mostra que é o fato de o locutor se apropriar da língua que a semantiza; ou seja, traz a enunciação como produtora de sentidos (op.cit).

Assim, o tratamento da questão do sentido deve se dar como uma questão enunciativa.

Nesse tratamento enunciativo do sentido a enunciação é vista historicamente (Guimarães, 2010, p.66), visto que é determinada por condições sociais. E mesmo estando a significação situada no acontecimento da enunciação, segundo o autor, ainda que não se considere a princípio nenhuma realidade à qual as palavras se reportem, há

um real que elas significam, e que pode ser tocado na história de suas enunciações. Desse modo, no âmbito da perspectiva de Guimarães, o que se busca é mais que o sentido de uma palavra, é apreender o que uma palavra *designa*, entendendo a *designação* como essa relação linguística de sentido enquanto exposto ao real, uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2005).

Essa perspectiva nasce em um diálogo com outras teorias que consideram a constituição histórica do sentido, como a Análise do Discurso. E como parte desse diálogo, trazemos em um breve percurso teórico os autores que formam a base do pensamento de Guimarães e da Semântica do Acontecimento, Bréal e Benveniste.

1.1. O Ensaio de Semântica, de Michel Bréal.

Eduardo Guimarães ao apresentar a obra, a qual traduziu do francês, o faz com a seguinte pergunta-título “A linguística é uma ciência histórica?” (2008, apud BRÉAL, 2008, p.9). Essa pergunta é importante não só por trazer um questionamento quanto ao estatuto histórico do campo, mas principalmente para situar a questão da historicidade na obra de Bréal e em seus estudos sobre a significação. No que diz respeito à questão posta nessa pergunta inicial de Guimarães, Bréal vai discuti-la em seu artigo “La linguistique est-elle une science naturelle?”. Com essa pergunta-título e a partir de uma posição de confronto, o autor francês traz a perspectiva dos naturalistas, à qual se opõe: para ele, a linguística não é uma ciência natural, é, antes, uma ciência histórica na medida em que seu objeto – a linguagem - não existe na natureza, senão como produto do homem e sem existência fora da atividade humana (BRÉAL, 2008, p.195). Desse modo, define-se a natureza do campo de saber em função da natureza de seu objeto.

Ainda que postule que a linguagem é fruto da atividade humana e também um instrumento de comunicação que nos é confiado, passado de geração em geração, Bréal questiona a consideração de que a linguagem é um instrumento de comunicação. Fazê-lo é pressupô-la como algo fabricado e, portanto, externo ao homem; para ele, a linguagem é a condição pelo qual o homem se constitui como tal, e, por não possuir existência própria, só existe nele e por meio dele. Por isso, ele é contra qualquer atribuição de traços animados a ela, tanto quando considerada um organismo, como quando se fala em “língua-mãe” e “língua-filha”, o que impossibilita que, em sua perspectiva, possamos atribuir causas “naturais” às suas mudanças ou qualquer outra causa que não seja

originada na vontade dos homens, “uma vontade obscura, mas perseverante” (2008, p.19).

Ainda nessa direção, ele opõe claramente as ciências históricas às ciências naturais, defendendo que a semântica deve pertencer ao grupo de pesquisas históricas, com a justificativa de que “não há uma única mudança de sentido, uma única modificação da gramática, uma única particularidade que não deve ser considerada como um pequeno acontecimento da história” (BRÉAL, 2008, p.168).

Com afirmações desse tipo, o autor se inscreve no âmbito do historicismo de sua época, tal como ressalta Guimarães (2008, apud BRÉAL, 2008, p.9), em uma perspectiva na qual a linguagem se desenvolve e progride. Portanto, Bréal não se confunde com seus contemporâneos naturalistas, por exemplo, como o alemão August Schleicher, que postulou uma teoria evolucionista das línguas, dentro da qual elas eram vistas como organismos vivos, que nascem, desenvolvem-se e morrem. Tal ponto de vista foi criticado por ele, pois a perspectiva histórica e de progresso de Bréal nada tem a ver com essa; segundo ele, a língua se desenvolve e essa evolução se dá, dentre outros fatores, pela ação do homem na linguagem, fator excluído no corte saussureano, mas que voltaria a aparecer na abordagem enunciativa.

Pensar na historicidade em Bréal não é se colocar numa perspectiva diacrônica, puramente cronológica, e sim considerar que o histórico está no elemento subjetivo, na vontade humana responsável pelas mudanças na língua em direção ao progresso. Assim, o autor, ao questionar a posição naturalista e mecanicista de evolução e também a posição comparatista de que as coisas se sucedem, postula que sentidos diferentes para uma mesma palavra podem, ao invés de simplesmente se sucederem cronologicamente, inclusive coexistir em determinada situação, mostrando que não é a questão cronológica que se coloca em sua perspectiva. Com esse gesto teórico-metodológico, Bréal traz que os fatos não devem ser tomados em si, senão em uma conjuntura da qual fazem parte, visto que podem ou não coexistir, pois a “evolução da língua” não é sucessiva, e que isso se deve a uma gama de fatores. Tal fato, segundo ele, pode levar a questionamentos quanto à simultaneidade de sentidos diferentes:

como essa multiplicidade de sentidos não produz nem obscuridade nem confusão? É que a palavra chega preparada pelo que a precede e pelo que a rodeia, comentada pelo tempo e pelo lugar, determinada pelos personagens que

estão em cena. (...) basta entrar de improviso numa conversação já começada, para ver que as palavras são por elas mesmas guias poucos seguros, e que elas têm necessidade de um conjunto de circunstâncias (...) (2008, p.184).

Aqui, o autor discorre justamente sobre a influência de fatores externos à linguagem na evolução dos seus sentidos, e sobre a própria possibilidade de existência de vários deles. E diz, ainda, que ninguém havia dado um nome a essa capacidade de uma palavra “apresentar-se sob tantas faces” (p.184), então ele mesmo o fez, cunhando o termo *polissemia*.

O autor, ao criticar os estudos comparatistas, principalmente no que diz respeito às descrições de mudanças fonéticas e as que concernem a descrições sistemáticas da linguagem, chama a atenção para a necessidade de a linguística alargar seu olhar e trazer reflexões sobre aquilo que parte de nós humanos e que provoca a evolução da fala, bem como ressalta a importância de se considerar o sentido. Assim, ele propõe – e funda – a Semântica, a qual chama de “ciência das significações”, opondo-se explicitamente à fonética, “ciência dos sons”.

Na primeira parte do Ensaio de Semântica, Bréal vai tratar das Leis Intelectuais da Linguagem, que são as leis através das quais as línguas mudam e evoluem. No capítulo X, A Restrição do Sentido, o autor tece considerações importantes para que compreendamos como ele trata da questão da história ao ressaltar a importância, para a significação, de fatores que são externos à língua. Ele o faz partindo do fato de que há – e sempre haverá- uma falta de proporção entre a palavra e a coisa, o que resulta em não podermos dizer que à língua e às palavras cabem simplesmente apontar para os objetos do mundo:

nossas línguas (...) são condenadas a uma perpétua falta de proporção entre uma palavra e a coisa: a expressão é tanto demasiado ampla, quanto demasiado restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, porque a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias (...) (BRÉAL, 2008, p.81).

Portanto, a significação não está contida somente na relação “palavra e coisa” – ou sentido e referência, como para certa corrente teórica, ela está também na relação da palavra e da coisa com o entorno, com a própria situação de produção e com as circunstâncias que presidem essa relação. Vimos que para ele é preciso que todo o conhecimento sobre a língua seja apoiado na história, pois somente ela pode “dar às palavras o

grau de precisão de que temos necessidade para compreendê-las bem” (Idem, p.83). Assim, considera que, aliado às leis intelectuais, inerentes à própria linguagem, apenas os acontecimentos históricos podem provocar mudanças e, assim, rompe não só com o pensamento naturalista, mas também com o pensamento etimológico vigente na época.

Além das rupturas com autores contemporâneos, Bréal já se opõe a Saussure antes mesmo de este conceber a língua como um sistema, considerando os fatos da língua em sua estabilidade e tratando das sistematicidades da organização dos signos, seja na perspectiva sincrônica, seja na perspectiva diacrônica. Para Bréal:

“uma língua filosófica, (...) uma língua saída de um sistema, em que cada palavra fosse colocada sobre o encadeamento verdadeiro ou suposto das ideias, uma tal língua pode ser conveniente para algumas ciências especiais, como a química, mas aplicada ao pensamento humano em sua variedade e complexidade, com suas flutuações e progressos, acabaria tornando-se, ao fim de algum tempo, um entrave e uma camisa de força. (...) O mesmo não ocorre para essa linguagem ordinária que se critica. À medida que a experiência do gênero humano aumenta, as palavras graças a sua elasticidade, adquirem um sentido novo” (2008, p.166).

Aqui o autor discorda não somente de uma consideração da língua enquanto sistema que, ao ser composta por elementos estáveis, pode se tornar uma “camisa de força”, mas discorda também das perspectivas que a consideram como um sistema filosófico, sujeito a um encadeamento verdadeiro (ou falso) das ideias. E ao fazê-lo, o autor mostra qual é o efeito de ignorar essa propensão natural das línguas à mudança, a propensão dos sentidos movimentarem-se e tornarem-se outros: uma língua engessada, presa em si mesma de modo artificial, diante da qual seria impossível pensar em produção e mudança de sentido e, menos ainda, em uma história de sentidos.

O Ensaio de Semântica é um livro centrado basicamente em discussões sobre o sentido e em formas pelas quais ele é produzido, por isso o rompimento com questões que propõem considerações sobre a língua que fujam dessa abordagem. Como vimos, a principal discordância do autor com relação aos naturalistas diz respeito ao fato de que a questão do sentido não se coloca para eles, visto que se prendem em considerações sobre o que seria a vida de uma língua. Do mesmo modo, o autor se afasta do pensamento etimológico, pois, para ele, a historicidade da língua não está relacionada somente a mudanças na estrutura das palavras ao longo do tempo, e à sua origem em outra(s) líng-

gua(s); Bréal trata os acontecimentos da história como provedores de sentidos às palavras.

Além das considerações pioneiras sobre a significação, o autor vai discutir ainda outro fator importante para esse campo de estudos, que está inscrito na linguagem e se projeta sobre as línguas: o elemento subjetivo. Segundo ele, esse elemento é a parte mais antiga da linguagem e tem a ver com a intervenção de quem fala naquilo que fala, sendo representado pelas palavras, por formas gramaticais e pelo plano geral das línguas (BRÉAL, 2008, P.157). Essa forma de representar a subjetividade tem como objetivo evidenciar as impressões e até intenções dos interlocutores, uma intervenção deles a respeito do que está sendo dito, e não são da mesma ordem que as palavras que servem para expressar os fatos. É como nós fazemos em um sonho, diz ele, “quando somos ao mesmo tempo espectadores intessado e autor dos acontecimentos” (op.cit.).

Desse modo, é como se o autor postulasse que na linguagem há duas “camadas” do discurso: uma objetiva, na qual os fatos são expressos, e uma subjetiva – na qual se dá o funcionamento do elemento subjetivo, na qual estão os comentários dos interlocutores sobre o que foi dito, como suas reflexões e apreciações, em geral com o uso de advérbios, adjetivos e pronomes, o que pode ser feito com intenções diversas (modalizar o que é dito, suavizar, opinar, etc.), mobilizando principalmente a categoria dos verbos, no que diz respeito aos modos e tempos, mas, principalmente, às pessoas. Sobre isso, nos traz Bréal:

Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (e que se convencionou chamar a primeira). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem (BRÉAL, 2008, p.161).

O autor enfatiza o caráter central desse elemento não apenas para a significação, mas à própria constituição da língua, considerando-se que ele se expressa através de formas linguísticas. Portanto, não se trata de um mero componente da linguagem, senão de um aspecto primordial, que não apenas subjaz àquilo que é dito, mas que se mistura a ele como um elemento constituinte do discurso.

O elemento subjetivo, ainda que definido no capítulo que leva esse nome, pode ser visto em diversos momentos da obra de Bréal, como quando esse atribui à vontade humana, obscura, mas perseverante, as mudanças na língua. As considerações sobre esse elemento da linguagem projetam para fora da linguagem e da língua a significação, posteriormente tratada no âmbito de um sistema de língua, por Saussure. Colocar a subjetividade como constitutiva dos sentidos é postular que tais sentidos não são objetivos e, portanto, estáveis, mas que são passíveis de construir-se e modificarem-se, pelo homem, na história.

O Ensaio de Semântica, ao colocar no centro dos estudos da linguagem a significação, apresenta não só a fundação e legitimidade de uma nova disciplina linguística, que nasce sob a forma de uma linguística geral, mas inaugura uma nova forma de olhar para a língua e sua relação com o homem e a história. As contribuições de Bréal são inúmeras, mas para nós o que há de mais relevante são as rupturas com perspectivas e concepções de língua anteriores, e também as bases para o que veio a se constituir como a Semântica e as teorias da Enunciação.

1.2. Émile Benveniste: de Saussure à Enunciação.

A partir de Michel Bréal, vários foram os teóricos que procuraram trazer aos estudos da significação a questão do sujeito na linguagem. Dentre eles, Émile Benveniste, um importante linguista geral e histórico, cujos estudos na área da linguagem foram muito abrangentes. O autor se situa em uma importante conjuntura dos estudos sobre a linguagem, tanto pela orientação histórica de seus trabalhos, quanto pelo tratamento de questões referentes à linguagem humana, como a subjetividade.

Em sua obra *Problemas de Linguística Geral*, composta por dois volumes de textos publicados entre 1939 e 1964, o autor trabalha a linguagem em diversos níveis de análise, como “A comunicação”, “Estruturas e Análises”, “O homem na linguagem”, entre outras, que deixam entrever uma posição curiosa no âmbito desses estudos. A menção a “estrutura”, por exemplo, evidencia sua filiação a um campo de estudos que prima por considerações de cunho estrutural da língua, tal como praticado pelo Estruturalismo Linguístico em voga na época, e com uma concepção de língua e de como ela deve ser trabalhada baseada no que postulou Saussure. Por outro lado, ainda que fosse um estrito saussureano e considerasse o sistema da língua como fechado em si, Benve-

niste, servindo-se da via aberta pro Bréal, postulou um funcionamento linguístico o qual trouxesse o elemento subjetivo como constitutivo da língua, e com paradigmas próprios, tal como nos traz Guimarães (2010).

1.2.1. De Saussure à Semântica.

No início de *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste apresenta a inovação do pensamento saussureano diante das perspectivas de caráter histórico que marcaram a linguística no século XIX e início do XX, como as contribuições de Bréal, por exemplo. Segundo ele, o enfoque apresentado no Curso de Linguística Geral “consistiu em tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma outra dimensão histórica, de que é sincronia e estrutura, e que só funciona em virtude de sua natureza simbólica” (BENVENISTE, 2005, p.05). Segundo ele, a razão da mudança não é o tempo, mas sim a própria natureza e o funcionamento dos elementos que compõem o sistema da língua em determinado momento e as relações entre eles. Assim, essa mudança poderia ser observada na consideração de dois estados sucessivos, numa perspectiva diacrônica.

Ao definir a língua como o objeto da Linguística, Benveniste, via Saussure, se propõe a definir como deve ser o modo de análise dessa ciência, a qual segundo ele deve não somente tratar com rigor esse objeto, como deve adotar uma atitude frente a ele num esforço de formalizá-lo. Para isso, a língua deve ser considerada em si mesma e por ela mesma (BENVENISTE, 2005, p.7), ou seja, excluindo qualquer elemento que lhe seja externo, como feito no corte saussuriano. Considerar a língua dessa maneira é considerá-la como um sistema fechado e estruturado, composto “de elementos formais articulados em combinações variáveis, seguindo certos princípios de estrutura” (op.cit., p.22); e “sistema” pode ser entendido aqui como um “arranjo sistemático de partes”, no qual cada unidade que o compõe se define pelo conjunto de relações que mantém com as outras, bem como pelas oposições entre elas, constituindo-se como unidades relativas e opositivas. Já que não possuem uma definição própria, definem-se, antes, por aquilo que não são, e, ainda, frente a outra unidade (BENVENISTE, 2005). Tais unidades, ou, ainda, os signos linguísticos, têm uma forma específica de organização no sistema, o que confere um caráter estável a ele – ou seja, um estado sincrônico, de acordo com a relação que os signos mantêm uns com os outros no interior da estrutura.

Ressaltando essa necessidade de a Linguística constituir-se como uma ciência formal, rigorosa e sistemática, ele retoma conceitos do Curso com base nos quais discutirá de que modo, nesse campo teórico e com tal concepção de língua, será trabalhado o problema da significação. Diante do que chama de “problema”, a primeira coisa a se fazer é definir o que é a significação, essa função que a linguagem possui de significar, esse “dizer alguma coisa”, em vista do qual a língua se articula (BENVENISTE, 2005, p.8).

O autor parte do ponto de que a significação não deve ser considerada em si e definitivamente, e sim com relação à linguagem, por ser primordial a ela. Assim, segundo ele, dizer que a linguagem significa é dizer que essa propriedade não lhe é conferida, não é algo exterior; a significação não é senão parte de sua natureza e dotada de uma característica de realizar-se vocalicamente, “por meio de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (BENVENISTE, 1989, p.224). Esse caráter da significação diz respeito justamente à constituição dos signos linguísticos, unidades distintas da língua, relacionais e opostas, que se organizam segundo regras próprias de funcionamento do sistema. Assim, o que Saussure não disse, mas que postula Benveniste com base nas contribuições teóricas do genebrino e seu Curso de Linguística Geral, é que o signo é não só uma unidade de significação, mas uma unidade semiótica (BENVENISTE, 1989), e que comporta em si forma e sentido. Nesse ponto é possível perceber, ainda que isso se mostre de forma sutil a princípio, que Benveniste começa a se afastar teoricamente de Saussure, trabalhando questões que sequer apareceram na obra saussureana. Veremos como.

Benveniste parte à descrição das unidades dessa natureza, caracterizadas por comportar forma e sentido, significante e significado. O significante, anteriormente definido como imagem acústica, é a parte formal do signo linguístico, a forma sonora que não se confunde com a unidade sonora da língua – o fonema, visto que o signo não se decompõe imediatamente em fonemas. A análise semiótica não se confunde, pois, com a análise fonética, visto que antes do nível dos fonemas é preciso supor uma estrutura fonemática do significante (op.cit.), ou seja, dizer quais deles pertencem ou não ao sistema linguístico em questão e apresentam uma função distintiva em seu interior. Essa é (uma das) a tarefa de uma análise semiótica.

Se o significante corresponde à parte formal do signo linguístico, já é possível inferir a que tipo de considerações o estudo do significado nos leva. Considera-se, na Semiologia, que um signo possui significação mas que não pode ser definido positivamente senão com algo que outro signo não é; então sua existência só é atestada na sua relação com outros signos. É nesse sentido que ele significa. Dizer que um signo significa ou não, é dizer se ele existe ou não no interior do sistema com base nas relações com os outros; e assim, o que determina essa existência é o uso da língua, pois pressupõe-se que, se algo é dito, é porque existe no sistema. Desse modo, Benveniste traz como critério duas questões até então excluídas: o uso e a compreensão da língua, mas voltadas ao domínio semiótico, isto é, ao que ele vai chamar de “intralinguístico”.

Essa postura frente ao funcionamento do signo linguístico traz três consequências teórico-metodológicas: A primeira delas é que a semiótica não vai tratar da relação entre o signo e as coisas denotadas (relação entre a língua e o mundo); a segunda é que o signo não admite um sentido particular, individual, e a terceira é que as relações de oposição são sempre binárias (“ou é, ou não é parte do sistema”, “um é o que o outro não é”).

Além da função de significar, o autor questiona qual seria a função comunicativa da língua, e aqui chegamos ao ponto em que ele se afasta claramente das contribuições saussureanas, opondo, ao contrário do que faz Saussure, a frase ao signo e postulando que trata-se de unidades totalmente distintas e que, por isso, necessitam de descrições diferentes. Para isso, o autor também opera uma divisão da língua, mas diferente do que faz Saussure ao separar a língua da fala: voltando-se somente à primeira, ele a divide em dois domínios de forma e sentido, um deles é a língua como semiótica, como vimos, e ao outro vai chamar a língua como semântica. Se para a semiótica ele legava a função linguística de significar, para a semântica confere a função de comunicar.

A semântica traz o domínio da língua em uso, no qual apresenta uma função mediadora entre o homem e o mundo, entre os homens e entre o que ele vai chamar de “espírito e as coisas” (BENVENISTE, 1989) e que vai além da comunicação. Sua inserção nos estudos linguísticos pode soar contraditória ao que Benveniste trouxe no início do capítulo, quando disse que a semântica, de caráter fluido e até inconsistente, ocupava-se do sentido, noção vaga; mas o que ele pretende ao explorar o domínio semântico da língua não é tratar, estritamente e em primeiro plano, do significado do signo, senão

do que o autor quer dizer como “a atualização linguística de seu pensamento” (op.cit., p.229).

Entre a língua como semiótica e a língua como semântica há uma mudança de perspectiva considerável, pois a primeira diz respeito a uma propriedade da língua, algo que lhe é intrínseco, enquanto que a segunda resulta de uma atividade do locutor de por a língua em uso, cuja expressão por excelência é a frase. Tal como trabalhado no enfoque semiótico, as noções de sentido e forma também são consideradas no enfoque semântico, ainda que os dois enfoques realizem-se em funcionamentos linguísticos distintos: o semiótico constitui-se numa relação paradigmática, de substituição, e o semântico numa relação sintagmática, de conexão. Essa distinção resulta em distinguir também as unidades de que se constituem cada um desses domínios, e assim, se a unidade semiótica é o signo, a unidade semântica é a palavra, enquanto elemento do discurso.

No que se refere ao sentido, no âmbito da semântica é necessário elucidar a forma pela qual ele se realiza, considerando que nesse domínio é necessário distinguir o sentido da palavra e o sentido da frase, pois se constituem como noções diferentes. A palavra tem como sentido o seu emprego, enquanto que o sentido da frase é sua ideia, o todo resultante da combinação de palavras, uma compreensão do todo. Colocando a questão do referente, tem-se que, independente do sentido, ele é o objeto particular a que uma palavra corresponde, enquanto que no nível da frase a referência é o estado de coisas do qual resulta, a situação do discurso em que é produzida e que não pode ser jamais prevista ou fixada. Isso se dá porque a frase é um acontecimento diferente a cada vez que é proferida e que se extingue após seu proferimento (BENVENISTE, 1989, p.231). Se, por um lado, o sentido de uma palavra é a capacidade que ela tem de fazer parte de um sintagma, o mesmo não se pode dizer da frase: ela não comporta esse emprego.

Portanto, quer se coloque no domínio semiótico ou no semântico, o objeto de análise é o mesmo: a língua. Palavras e signos são, materialmente, os mesmos componentes do sistema linguístico, o que vai determinar sua consideração como um ou outro é o enfoque escolhido. Concluimos, pois, essa parte, lançando mão das palavras do próprio Benveniste sobre esse funcionamento da linguagem, fundado na significação e que a ela nos reconduz:

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre esse fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou palavra (op.cit., p.233-34).

Assim, ainda que partindo de premissas e postulados saussureanos, Benveniste trouxe aos estudos linguísticos considerações que buscaram “abrir” o sistema linguístico, antes considerado em si mesmo.

O afastamento teórico de Benveniste com relação a Saussure dá-se, ainda, em outro ponto fundamental para o que veio a se constituir como enunciação, não somente por considerar a instância do discurso como constitutiva da língua, deixando de considerar o sistema como fechado em si e levando em conta um exterior a ele, como também por trazer considerações que se sobressaíam àquelas postuladas por Saussure sobre a natureza do signo linguístico. Se, por um lado, Benveniste se associava a Saussure pela consideração do plano semiótico da língua, pautado na consideração da língua como sistema, afastava-se pela consideração do plano semântico, que trata da implicação do discurso na língua. De acordo com Agustini (2014), essa implicação produz um “caráter paradoxal do signo linguístico” (op.cit., p.111), na medida em que traz um elemento exterior à constituição sígnica significado x significante.

Saussure postulou que o signo é uma unidade psíquica dupla, composta de um significante e um significado, e que só se constitui como tal quando possui os dois constituintes, ou seja, a imagem acústica e o conceito; de modo que não há signo se houver somente um deles. Segundo ele, o laço que liga essas duas partes, por sua vez, é arbitrário, não motivado; entretanto, assim como traz Benveniste, esse laço ainda que imotivado é necessário para a constituição do signo e, no processo de semantização da língua, isto é, sua conversão em discurso, é um laço necessário para que ela signifique e, num nível mais geral, para que haja língua.

Agustini (2014) chama a atenção para o fato de que, para o falante, nada está na língua antes de sua realização como discurso, mas para isso é necessário que além das partes constituintes do signo, o significante e o significado, seja “colado” a eles um terceiro constituinte, ao qual Benveniste chamou sentido *referendum*, ou seja, dotado de referência. Sobre isso, ele traz que

Esse “sentido” é implícito, inerente ao sistema linguístico e suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos (...) Cada enunciado, e cada termo do enunciado, terá assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso (BENVENISTE, [1964] 1995, p.137 apud AGUSTINI, 2014, p.114).

O sentido *referendum* é próprio do plano semântico da língua, e como o signo não está fora do discurso em que é produzido, há o efeito de que ele [o sentido *referendum*] está “já-la, como parte integrante do signo” (op.cit., p.115).

Assim, Benveniste desloca para a instância do discurso a constituição do signo linguístico: se ao nível da língua o laço entre significado e significante é arbitrário, ao nível do discurso ele é necessário, visto que se estabelece socialmente e proporciona que o falante o reconheça como parte de determinada língua. Na medida em que o falante recebe o signo já no discurso, ele o recebe já semantizado, dotado de significação e já acrescido do sentido *referendum*. Este, por sua vez, apresenta diversos deslocamentos de sentido e possibilidades na língua que já foram estabilizadas socialmente, e que permanecem à disposição dos falantes.

O que nos interessa nessa abordagem de Benveniste é a questão da enunciação que ele coloca ao distinguir o funcionamento semiótico do funcionamento semântico, esse que aponta para algo exterior à língua, para a instância do discurso. Postular essa interface discursiva para o signo linguístico possibilita considerar que os sentidos são mais que unidades estáveis da língua, passíveis de mudarem, refazerem-se a cada nova instância de discurso em que sejam enunciados, a cada vez que os sujeito se apropriam do conjunto de signos da língua.

1.2.2. A Intersubjetividade e a Enunciação.

Benveniste, tal como nos dedicamos a mostrar acima, rompeu com alguns postulados teóricos de Saussure, ao trazer para os estudos linguísticos os elementos por esse

excluídos, como o sentido referendado do signo e a significação enquanto objeto da semântica, além do elemento subjetivo, como veremos. Entretanto, tal como nos traz Guimarães (2010), a semântica a qual ele se debruça tem um caráter estruturalista, na medida em que é feita com base na noção de signo linguístico, como vimos na distinção que faz entre o semiótico e o semântico.

Em *Problemas de Linguística Geral* aborda as generalidades da Linguística e seu objeto, e mesmo as considerações semânticas são tratadas como propriedades da língua e, portanto, parte do seu objeto. Aqui, da mesma forma, ele vai tecer considerações que são a base das teorias da Enunciação, também tratada no interior da Linguística Geral – de base estruturalista, como vimos. No capítulo “Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo”, o autor traz uma descrição do funcionamento dessa categoria gramatical nas línguas, partindo do fato de que essa, juntamente com o pronome, é a única categoria submetida à de pessoa. Segundo ele, as gramáticas consideram que em todas as línguas não há senão três pessoas: eu, tu, ele(a); no plural, singular e em alguns casos no dual. E é com referência a essa categoria de pessoa que se organizam as conjugações verbais, como algo natural e próprio da língua. Para Benveniste, no entanto, a categoria de pessoa se define por incluir duas pessoas (1ª e 2ª) e uma não pessoa. No caso do plano de enunciação histórica, a flexão verbal manifestaria uma “ausência de pessoa”, que seria a 3ª pessoa.

As pessoas verbais não informam nada sobre seu conteúdo, “é preciso, portanto, procurar saber como cada uma se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (BENVENISTE, 2005, p.248) Vemos aqui que essas categorias são distintas nessa perspectiva, pois se opõem no sistema verbal da língua e portanto sua análise deve partir de um princípio semiótico.

Para descrever o sistema de oposições das pessoas verbais, Benveniste lança mão de um quadro de definições árabes, para os quais a primeira pessoa é “aquele que fala”, a segunda pessoa é “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira, por fim, é “aquele que está ausente” (op.cit., p.250). As definições nos mostram que há uma disparidade entre as três, de modo que a terceira se opõe às duas primeiras, fato para o qual o autor nos chama a atenção. Na primeira e na segunda pessoa há simultaneamente uma pessoa implicada e algo que é dito, um discurso, sobre ela. Assim, em primeiro lugar, se “eu”

se refere a quem fala, isso significa que essa pessoa diz algo de si ao enunciar a forma “eu”. O “tu” é instaurado a partir e por esse mesmo “eu”, é a quem a primeira pessoa se refere e predica algo, o que os coloca na mesma situação comunicativa. O mesmo não acontece com a terceira pessoa, que não se encontra na mesma instância discursiva que “eu” e “tu”; “ele” é antes mencionado por “eu”, mas nunca a quem “eu” se dirige.

Essa configuração fará Benveniste (2005) questionar a sua legitimidade como pessoa, principalmente porque “eu” e “tu” se referem a pessoas específicas, visto que a pessoa que enuncia se refere a um interlocutor que sabe quem é; enquanto que “ele”, e a forma verbal que lhe corresponde, pode se referir a qualquer coisa, não necessariamente a uma pessoa, quanto menos a uma pessoa específica. Além disso, o autor trará outra característica dessa configuração, que é o fato de que “eu” e “tu” podem trocar de lugar: o “eu” que fala pode se tornar um “tu” quando o outro tomar a palavra, e o mesmo acontece inversamente. Isso não pode ser observado com a terceira pessoa, “ele”, que não é intercambiável com nenhuma das outras duas. Assim explicita Benveniste:

Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como “pessoa” (BENVENISTE, 2005, p.253).

A própria estrutura do “ele” mostra esse funcionamento: os verbos conjugados em terceira pessoa são os que compõem as sentenças com formas impessoais, com verbos que exprimem fenômenos da natureza/ orações sem sujeito e mesmo para a construção do sujeito indeterminado.

Benveniste opõe as pessoas verbais e descreve seu funcionamento considerando que elas são empregadas em uma instância discursiva. Essas descrições, à primeira vista, mostram o funcionamento das formas linguísticas que fazem parte da estrutura linguística, como os dêiticos, que junto a elas ele traz uma noção de uso da língua, visto que seu funcionamento é descrito a partir da enunciação, do momento em que o locutor se apropria da língua para dizer “eu”.

Isso pode ser observado quando ele descreve a natureza dos pronomes, em capítulo de mesmo nome, quando se propõe a discutir o problema dessas formas linguísticas

enquanto fatos de linguagem, para mostrar que têm diferentes modos de funcionamento: algumas são características da sintaxe da língua, enquanto outras fazem parte do que ele vai chamar de “instâncias do discurso”, que ele vai definir como “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p.278).

Isso está relacionado ao que foi descrito por ele quando discutiu as relações de pessoa no verbo, alargando a visão de que se trata de uma forma linguística que pertence unicamente ao sistema da língua. Sobre este ponto, ele nos traz que

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como eu ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (op.cit.).

De acordo com o que nos traz, o autor considera que a forma “eu” não pode ser identificada a não ser na instância de discurso, pois não possui um valor *a priori*, a não ser nessa instância. Portanto, a sua existência linguística só pode ser atestada no discurso que enuncia e que a contém, no qual ela é o referente e, por falar de si, o referido. Desse modo, em uma situação de alocução, o pronome de primeira pessoa instaura um “tu”, ou seja, “o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância “tu” (op. cit., p.279), que é intercambiável com “eu”, como vimos. Essas definições de primeira e segunda pessoa apresentam-se, pois, como categorias de linguagem relacionadas à posição que ocupam nesse âmbito.

Os pronomes pessoais “eu” e “tu” não são as únicas formas linguísticas que apresentam esse funcionamento, eles se combinam com outras forma, como os advérbios e outros pronomes, de modo que haja uma referência constante à instância do discurso e a uma realidade discursiva. Benveniste vai trazer em primeiro lugar o caso dos demonstrativos para mostrar como eles estão calcados na instância do discurso instaurada pela primeira pessoa do singular, e que não existem senão nelas, por exemplo, “*esse(a)*” será o objeto designado por extensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (...) associando-o a *eu*, a *tu*.” (op. cit., p.279).

Além dos demonstrativos, alguns advérbios como *aqui* e *agora* apresentam esse mesmo funcionamento, geralmente definidos em função da dêixis. Segundo Benveniste (2005), essa consideração só é válida se consideramos a dêixis como simultânea à instância discursiva que contém o índice de pessoa, ou seja, com um funcionamento pautado no fato de que em seu uso há sempre uma referência, ainda que implícita, àquele que fala. Segundo ele essas formas linguísticas são signos vazios, desprovidos de referência material, cuja significação se dá na medida em que o locutor, que se assume como “eu”, os profere em sua instância discursiva. Assim, esses signos são móveis e só remetem à instância em que são proferidos, tanto que para os casos em que tais signos são mencionados - estando, portanto, fora da instância discursiva- há correlatos na língua (hoje = naquele dia, ontem = no dia anterior, etc.), que não possuem o mesmo funcionamento.

Observa-se, aqui, uma dupla configuração da linguagem: como sistema de signos, dotada de uma estrutura, e a linguagem como exercício do indivíduo, pelo qual se assume como “eu”. Essa segunda configuração se manifesta não através de signos que remetem a uma realidade objetiva, como vimos, mas a sua própria enunciação, através de formas linguísticas que só adquirem significação na instância do discurso.

Vemos que Benveniste, ao se dedicar a descrever o funcionamento da língua e de algumas de suas formas, como as pessoas verbais e os pronomes, o faz afastando-se daquilo que Saussure postulou sobre como deveria ser uma análise linguística. Fora de uma perspectiva na qual a língua só deve ser considerada e analisada enquanto um sistema fechado em si, ele traz considerações semânticas (ainda que em um primeiro momento com uma base estrutural, como dissemos) e considerações sobre o funcionamento discursivo da língua que está baseado no que disse Bréal anos antes, no que diz respeito à consideração do elemento subjetivo na linguagem. Ainda que Benveniste não tenha nunca se referido ao fundador da Semântica em seus estudos, é evidente que as suas contribuições sobre o estudo das formas que conhecemos como dêiticas, calcadas na análise do paradigma das pessoas verbais, faz ressoar a todo momento o que desenvolveu Bréal em seu *Ensaio de Semântica*. Observa-se nesses capítulos que citamos, de Problemas de Linguística Geral I, que o tratamento das pessoas do verbo e da natureza dos pronomes é feito com base no que Bréal postula como o funcionamento do elemento subjetivo na linguagem, que é fundador de seu pensamento – e por que não dizer, da Semântica – e que será mais claramente desenvolvido por Benveniste no capítulo intitulado “Da subjetividade na linguagem”.

Neste capítulo são retomadas algumas dessas considerações para explicitar como a instância discursiva está relacionada à linguagem e a algumas de suas funções, na medida em que é nela e através dela que algumas formas linguísticas existem e funcionam enquanto parte das línguas.

Benveniste começa por questionar a comparação da linguagem a um instrumento, mais precisamente a um instrumento de comunicação, pois ela a coloca em oposição ao homem, como algo fabricado e, portanto, externo a ele. No entanto, a comunicação seria a função desempenhada pela palavra, cuja função é, aí sim, comunicar, ser um instrumento de “troca” entre os homens; e se o faz é porque está habilitada pela linguagem. Esta, por sua vez, não pode ser reduzida a um instrumento devido à sua complexidade, sua natureza imaterial, seu funcionamento simbólico e sua organização, por exemplo (BENVENISTE, 2005, p.285).

Postular a linguagem como instrumento de comunicação, é colocá-la no mesmo nível de artefatos construídos pelo homem; mas não é possível, no entanto, considerar que ela está fora dele, como dissemos, e tampouco conceber o homem em si mesmo, com uma existência autônoma, pois “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta a realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (op. cit., p.286). Essas considerações, inovadoras diante do pensamento saussureano, dialogam com o que disse Bréal sobre esse fenômeno da linguagem, fato que deixa entrever o deslocamento de Benveniste em direção a um tratamento semântico e enunciativo do sentido.

A subjetividade é substancial à linguagem, e se expressa através do funcionamento de determinadas formas linguísticas, conforme vimos na descrição do funcionamento das pessoas no paradigma das conjugações verbais e da natureza dos pronomes. Essa propriedade pela qual o homem se torna sujeito só é possível devido às relações de oposições situadas na estrutura da língua, como quando ao enunciar “eu”, oponho-me ao meu alocutário “tu”, que implica em uma complementaridade e reciprocidade entre as duas pessoas verbais. Essa relação dialética, que mobiliza a categoria de pessoa é o que vai constituir o fundamento linguístico de subjetividade.

Essa configuração da linguagem faz com que ao enunciar “eu” cada locutor esteja se apropriando da língua, ao enunciar-se dessa forma, esse locutor instaura não só um “tu”, constituindo o paradigma verbal, mas também instaura uma noção de tempo, em

torno do qual, traz Benveniste, organizam-se as formas linguísticas da subjetividade, que é a instância temporal simultânea à enunciação. Pouco importa, diz ele, que essa noção seja expressa por uma flexão verbal ou por meio de outras palavras, pois de qualquer forma trata-se de um problema estrutural (BENVENISTE, 2005, p.289).

Presente em todas as línguas, ainda que se organize de maneiras distintas, a marca temporal é sempre uma referência ao presente, que, por sua vez, “tem por referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve, e essa marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso” (op. cit.). A temporalidade, produzida na e pela enunciação, nasce na instauração do tempo presente, no qual o sujeito se enuncia como “eu”, colocando-se como a própria origem do tempo. É por isso que o tempo verbal se organiza em torno do presente, visto que é a partir dele que se torna possível conceber um passado e um futuro no paradigma verbal.

Ao tratar da intersubjetividade na linguagem e nas formas cujo sentido é produzido na instância do discurso, Benveniste traz a questão da enunciação, que será melhor trabalhada no capítulo “O aparelho formal da enunciação”, de Problemas de Linguística Geral II, que resume as questões de subjetividade trabalhadas em outros textos, às quais já nos referimos aqui. Nessa parte, ele introduz uma distinção entre as condições de emprego das formas linguísticas e o emprego da língua, trazendo, com relação a esse último, que “a enunciação é esse colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p.82), o que pressupõe um sujeito que enuncia apropriando-se da língua.

O emprego das formas, por sua vez, está ligado a um modo de significar ao qual o autor chamou de semiótico, como vimos, enquanto o emprego da língua se constitui como algo diverso, pois, segundo Benveniste (op. cit.) o emprego da língua a afeta por inteiro, e mostra-se como algo à parte: o emprego, o uso, não é a língua, é, na verdade, a enunciação. Assim, a enunciação pressupõe uma relação entre o sujeito e a língua, é o ato que resulta da apropriação e da mobilização da língua pelo locutor e tem como sua condição específica o ato de produzir o enunciado, ao passo que o discurso é a manifestação da enunciação e o enunciado, seu produto.

A definição de enunciação trazida por Benveniste a caracteriza como um ato individual e coloca o locutor como uma condição primordial e necessária para sua realiza-

ção. Ao dizer que a enunciação consiste em colocar a língua em funcionamento, o autor postula que a língua não existe, ou, antes, só existe como possibilidade, até que o locutor enuncie, em determinada instância discursiva por ele instaurada. Assim, trata-se de uma apropriação da língua por meio de seu aparelho formal por um locutor que se marca nessa enunciação, através de índices específicos (op.cit., p.84).

Esse aparelho formal, que dá nome ao capítulo, funciona quando o locutor se declara como “eu” e produz o “outro”, alguém a quem se dirige, um “tu”; funcionamento que projeta sempre um alocutário. Além de instalar uma situação de alocação, a enunciação vai colocar a língua em relação com o mundo, a partir da necessidade que tem o locutor de referir pelo discurso, assim com tem o outro de co-referir identicamente (BENVENISTE, 1989). Aqui, Benveniste traz a questão da referência, como parte da enunciação.

Com base nisso, vemos que na perspectiva benvenistiana é a enunciação que dá existência a certas categorias de signos, que funcionam de forma distinta de outros signos da língua, por não possuírem um estatuto próprio. É o caso dos pronomes pessoais e os dêiticos, como vimos, que se definem em função de um “eu” e no momento da enunciação instaurado por ele, que produz um “aqui-agora”, como nos traz Benveniste (1989, p.86). É sobretudo este estudo sobre o funcionamento do elemento subjetivo, que constituem a intersubjetividade na linguagem, que o autor é considerado como o precursor das teorias enunciativas.

1.3. A Semântica do Acontecimento

1.3.1. História e sentido

A Semântica do Acontecimento é um campo teórico fundado por Eduardo Guimarães e constituído a partir de uma série de filiações e rupturas. Das muitas contribuições para a formação do campo, destaca-se a semântica de Michel Bréal, que desenvolveu-se como uma Linguística Geral e histórica, e cujas contribuições sobre o elemento subjetivo serviram de base para Benveniste em suas considerações sobre a intersubjetividade da linguagem e a Enunciação, tal como supracitado. Além disso, Guimarães se

filia à Análise do Discurso de orientação francesa, a partir das contribuições de Orlandi e Pêcheux, com sua inserção no materialismo histórico.

De tais perspectivas, que rompem com os postulados saussureanos e são as bases da Semântica do Acontecimento, o autor traz como pilares de sua teoria o sujeito e a história, ou seja, a perspectiva da enunciação; na qual esta é determinada historicamente,

no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade. A construção dessa concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2010, p.66).

No entanto, essa ruptura com Saussure traz consigo, de forma latente, uma concepção de linguagem e língua também diversa daquela proposta pelo genebrino. Com o intuito de constituir um conceito sócio-histórico da enunciação, entendida como uma prática de linguagem, o autor propõe um conceito de linguagem que considere a história como elemento fundamental. Desse modo ele a define como um fenômeno histórico, funcionando como um conjunto de regularidades que são socialmente construídas e que podem permitir mudanças sem que isso incorra em um desvio da regra, ao passo que a língua constitui uma dispersão de regularidades, o que a caracteriza também como um fenômeno sócio-histórico (GUIMARÃES, 1987).

Ao trazer esses elementos ao seu campo teórico, Guimarães afasta-se também das teorias referencialistas, pois não considera que cabe à língua apontar para os objetos do mundo, e tampouco que o sentido se apresenta a partir de um conceito de verdade. A proposta do autor, então, é tratar o sentido enunciativamente, e, para isso, ele considera a representação do sujeito na sua constituição. Por meio da questão da subjetividade na linguagem – pela via aberta por Bréal e Benveniste, a enunciação é vista como um acontecimento, espaço no qual o sujeito se relaciona com a língua marcado pela história. Nessa perspectiva essa relação é pensada levando em conta que enunciar é uma prática política (op.cit., p.8), e que deve ser pensada historicamente, sendo aqui o político⁵ e a história fatores que determinam o funcionamento das formas linguísticas e suas relações com o que está fora da linguagem.

⁵ Conceito a ser trabalhado adiante.

No que diz respeito ao conceito de enunciação, que é fundamental no âmbito da Semântica do Acontecimento, ainda que o autor mostre clara filiação aos modos com que Benveniste e Ducrot o desenvolveram, ele apresenta também uma ruptura com relação a esses dois autores. Em Benveniste, como vimos, a enunciação é o por em funcionamento a língua pelo sujeito, um ato individual de apropriação da língua, que instaura a temporalidade (BENVENISTE, 2005). Ducrot, por sua vez, define a enunciação a princípio como um “evento de aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1984 apud GUIMARÃES, 2005, p.11), e, posteriormente, com Anscombre a define também como uma ação individual, a “atividade exercida por aquele que fala no momento em que fala. Ela é, pois, por essência, história...” (ANSCOMBRE E DUCROT, 1976 apud GUIMARÃES, 1989, p.71).

Essas três definições trazem em comum a “irrepetibilidade” da enunciação, tal como nos diz Guimarães (1989), como uma característica de “sempre novo”, de uma enunciação que nunca se repete, que e sempre inédita, o que mostra que a história é tratada na perspectiva desses autores como tendo um caráter temporal. E é justamente nesse ponto que o autor rompe com tais conceitos, pois para ele é necessário estabelecer um conceito de enunciação que seja histórico, no sentido de que a enunciação precisa ser caracterizada como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, e não em âmbito temporal. Dessa forma, ele traz a história não mais como um conceito de “sucessão cronológica, mas a do passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente de uma enunciação” (GUIMARÃES, 1987, p.24).

A fim de sair da perspectiva temporalista da história e em busca da constituição de um conceito sócio-histórico de enunciação, o autor filia-se à Análise do Discurso de orientação francesa, que trabalha com a abordagem de que enunciar é estar determinado socialmente. Como base nisso, ele toma o enunciado como uma unidade discursiva e o caracteriza como um elemento da prática social – da enunciação enquanto tal, determinado pela sua relação com o sujeito e diferentes posições de sujeito, e com um sentido que se constitui no conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor (GUIMARÃES, 1989). Mas conceituar o enunciado como unidade discursiva não basta se não se explicita qual o conceito de discurso que embasa essa definição; consequentemente, abrindo esse diálogo com a AD, Guimarães recorre à definição proposta por Orlandi, com base em Pêcheux, que diz que “o discurso é efeito de sentido entre locutores, é o lugar de contato entre língua e ideologia (ORLANDI, 1992, p.20 apud GUI-

MARÃES, 2010, p.66). Desse modo, ao tomar o enunciado como unidade do discurso, traz-se a questão da ideologia e dos sentidos que se produzem na interação entre os locutores, o que deixa de lado uma consideração do sentido como uno e estável, e o coloca como sujeito à instância do discurso e, ao mesmo tempo, situa-o na história ao tomá-lo em relação com outros enunciados.

Outro conceito da Análise do Discurso fundamental numa perspectiva que considera o sentido na história é o conceito de *interdiscurso*, que consiste na relação de um discurso com outros discursos, na medida em que um discurso se produz a partir e levando em conta outros. Observa-se que há uma noção de história muito forte na representação e no conceito de interdiscurso, o qual define Orlandi como “o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido” (op.cit.), exterior tanto à língua quanto ao sujeito, e que se apresenta como um já-dito, pois “se apresenta como série de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória” (op.cit.). É a memória do dizer. Esse conceito é importante na semântica de Guimarães pois ele considera que a produção dos sentidos se dá na enunciação, mas como efeito do interdiscurso, efeito do cruzamento de vários discursos anteriores, que não são também estáveis, mas que se produzem e reproduzem incessantemente na enunciação.

Com base nisso, uma expressão não pode ser considerada isoladamente, pois seu sentido é, como vimos, construído no enunciado e no acontecimento enunciativo em que ela é produzida; saber o que ela significa é dizer de que modo o seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado e, mais ainda, de que modo funciona nesse enunciado, enquanto parte de uma unidade mais ampla. Assim, não se pode considerar uma forma e seu sentido sem considerar que ela faz parte dessa unidade que é constitutiva do sentido, o texto (GUIMARÃES, 2005).

O texto é definido primeiramente por Guimarães como uma unidade complexa de significação (GUIMARÃES, 2010) que, por integrar enunciados no acontecimento da enunciação, acaba por constituir-se como unidade, uma “unidade empírica com começo, meio e fim” (GUIMARÃES, 1987, p.13). Dizer que um texto integra enunciados é diferente de dizer que ele é composto por enunciados, pois a relação de integração coloca em relação um enunciado com outros, e os faz significar em função dessa relação. Benveniste considera esse funcionamento como o “movimento integrativo de uma unidade linguística (BENVENISTE, 2005 apud GUIMARÃES, 2005, p.7), e é ela que

produz o sentido de unidade. O sentido constitui-se, então, como algo mais complexo que a relação entre uma palavra e uma coisa, para estender-se, nessa perspectiva, ao texto, considerado como unidade. Enquanto Benveniste postula que essa relação acontece apenas no limite do enunciado, Guimarães considera que ela pode se dar na passagem do enunciado ao texto, e mesmo entre textos.

O enunciado, enquanto integrante do texto, constitui-se como a unidade de análise da Semântica, e Guimarães o define como um “elemento de uma prática social e que inclui na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições de sujeito (...)” (GUIMARÃES, 1989, p.73). Essa definição nos leva a tomar dois aspectos dos enunciados: a primeira delas é que, considerando seu lugar no texto, não podemos pensar na existência de um enunciado único, ou seja, pensa-lo fora de uma relação com outros enunciados; e a segunda delas é que essa relação de integração se dá na e pela enunciação, o que nos leva a observar, como nos traz Guimarães, o “caráter inescapavelmente histórico da linguagem” (op.cit., p.74).

No que diz respeito a considerar o texto como uma unidade, vemos que o que lhe confere caráter de unidade de significação é a sua propriedade de produzir sentido, e fazê-lo enunciativamente. Entretanto, é preciso que não se confunda o fato de o texto possuir esse caráter de unidade com “ter” unidade, unicidade de sentido, pois o autor chama a atenção justamente para o fato de que o texto, enquanto unidade, não é uno. Além do caráter de unidade, Guimarães nos chama a atenção também para o caráter de dispersão que apresenta um texto: ele é uma unidade, pois integra enunciados, mas é dispersão porque pode apresentar diferentes posições de sujeito e constituir-se como um lugar de discursos dispersos e, portanto, sentidos também dispersos (GUIMARÃES, 1989, p.14).

Essa dispersão dos enunciados e dos sentidos é postulada por Guimarães com base no conceito de Polifonia, constituído por Bakhtin e posteriormente retomado por Ducrot (1984) que vai fornecer as bases para que o autor deixe de lado as concepções de um sujeito uno e homogêneo, como postula Benveniste, para a consideração das diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado, com a formulação da Cena Enunciativa. A coexistência de vozes não se observa somente no nível do enunciado, os textos se reportam sempre uns aos outros, “há no acontecimento do texto sempre o dizer

de outros” (GUIMARÃES, 2012, p.36), calcados não só na memória de dizeres, mas na história.

Assim, a Semântica do Acontecimento não só propõe um novo olhar dentro das ciências da significação, como apresenta o caráter de uma semântica histórica da enunciação, isto é, postula que o sujeito, a história e a enunciação participam nos processos de produção de sentido e, portanto, são constitutivos do funcionamento da linguagem – e das nossas línguas.

1.3.2. Postulados teóricos: Acontecimento e temporalidade

Guimarães define a enunciação como um acontecimento de linguagem, e essa noção – a de acontecimento – é também fundamental em sua perspectiva. Segundo o autor, ele é composto por quatro elementos decisivos: a língua, o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo, a temporalidade e o real ao que o dizer se expõe ao falar dele – materialidade histórica do real, e não empírica. Só se enuncia enquanto sujeito afetado pelo simbólico (GUIMARÃES, 2005a).

O acontecimento não se constitui, entretanto, como um fato novo, um evento de aparecimento do enunciado, ou enquanto diferente de qualquer outro que tenha ocorrido antes no tempo, ele é distinto dos demais por aquilo que ele temporaliza; ele instala sua própria temporalidade, abrindo uma latência de futuro, ou seja, uma projeção de interpretações, e recortando um passado como memorável de enunciações anteriores. Nesse ponto, ele discorda novamente de Benveniste, para quem o tempo da enunciação é simultâneo ao fato de enunciar, pois, para este, o tempo é constituído pelo sujeito que diz “eu” no presente e, assim, constitui um passado e um futuro com relação a esse presente da enunciação. Guimarães, no entanto, vai dizer que “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (op.cit., p.12).

A temporalidade, por sua vez, também não se reduz ao tempo da enunciação, ou mesmo à organização do tempo cronológico em passado, presente e futuro, ela é “um espaço de conviviabilidade dos tempos” (GUIMARÃES, 2005), que assim define o autor:

De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro (op.cit, p.12).

Entretanto, a temporalidade não funciona somente enquanto projeção; o presente e o futuro funcionam porque há um passado que lhes confere significado, que também abriu em si uma latência de futuro, que projetou sentidos. Desse modo, o acontecimento da enunciação significa porque abre em si essa futuridade e porque recorta um passado como memorável; o qual, por sua vez, não se confunde com a lembrança, não é senão uma rememoração de fatos anteriores que significam no acontecimento. É a temporalidade, portanto, que faz com que cada acontecimento seja único, devido ao que ele recorta como passado e projeto como futuro.

Da mesma forma como a temporalidade não se confunde com o tempo da enunciação, o acontecimento também não se dá no tempo e nem no locutor; é ele que temporaliza, ele que abre em si uma latência de futuro e que recorta um passado como um memorável. Esse funcionamento traz, segundo Guimarães (2005), uma disparidade entre o tempo do acontecimento, no qual o sujeito se apropria da língua, e a representação da temporalidade pelo Locutor, que se divide no acontecimento.

O autor trata dessa questão do locutor de modo bastante diferente do que faz Benveniste, que traz um sujeito central e uno. Para Guimarães, o Locutor está dividido porque fala e enuncia enquanto sujeito e, ao concebê-lo dessa forma, retoma sua filiação à posição da Análise do Discurso francesa, para a qual o sujeito só é sujeito porque fala a partir do interdiscurso, ou seja, da memória de sentidos, e a partir de uma posição sujeito (ORLANDI, 1999 apud GUIMARÃES, 2005). Assim, ainda que o Locutor represente a enunciação no tempo presente, o sujeito não está no tempo, está na memória de sentidos. E na medida em que o acontecimento enunciativo temporaliza, levando em consideração a posição do sujeito nessa memória de sentidos, o interdiscurso, o passado desse acontecimento não é senão uma “rememoração de enunciações por ele recortada” (2005,p.15), o memorável da enunciação.

1.3.3. *Postulados teóricos: O Político, o Espaço de Enunciação e a Cena Enunciativa.*

Guimarães, como dissemos, constituiu sua semântica com base em um conceito histórico de enunciação, considerando-a, dentre outras características, como uma prática social. As práticas sociais, por sua vez, são carregadas de embates e disputas, qualquer que seja a esfera social; não seria diferente, portanto, com a linguagem. Nesse sentido, tomando o acontecimento da enunciação, o autor trabalha o conceito de *político*, enquanto conflito, como algo que é próprio da divisão que afeta a materialidade da linguagem (GUIMARÃES, 2005a, p.15). Ele o define como

a contradição da normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (op.cit., p.16).

O político instaura uma disputa pela palavra, e, ainda que se trate de um conflito inevitável ele é, por um lado, necessário, pois é ele que fundamenta e regula as relações sociais; e, por outro, incontornável, pois o homem fala e assume a palavra, por mais que lhe neguem assumi-la. Assim, o político se constitui por um contrassenso, uma “contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (op.cit., p.17), dos que buscam seu pertencimento diante da divisão desigual do real. E assim, ele, o real, se divide e redivide continuamente, na manutenção dessas relações de pertencimento e não-pertencimento a partir do funcionamento do político.

Esta definição de político deixa entrever outro conceito importante para nossa análise. No que diz respeito às línguas, o aspecto histórico de seu funcionamento é que elas funcionam sempre com relação a outras línguas (GUIMARÃES, 2005b) e numa relação com seus falantes; mas isso não se dá como uma relação empírica, senão em um acontecimento de linguagem tomado como um acontecimento político, como uma relação desigual de distribuição dos direitos do dizer. E essas relações acontecem em um espaço específico, que o autor chamou de *Espaço de Enunciação*.

Espaço de enunciação é o espaço de línguas e falantes, mas que não pode ser definido como uma relação empírica entre línguas e falantes, como se “e tal situação se fala uma língua X e em outra, uma língua Y”. Esse espaço nos interessa enquanto regulado por uma disputa entre palavras e línguas, se constituindo, portanto, como um espaço dividido politicamente.

Da mesma forma que o espaço de enunciação é dividido entre línguas, uma língua é também dividida (normativamente); no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político (GUIMARÃES, 2005a), é o meio pelo qual se dá a condição de se firmar o pertencimento, a igualdade e desigualdade entre os falantes. Ainda segundo o autor, uma língua, ao contrário do que supõe a sociolinguística quantitativa, não é variável, é dividida justamente pelo fato de que os falantes se identificam pela divisão. E estar identificado por essa divisão é poder dizer certas coisas e não outras, de determinados lugares de locutor e não de outras, para certos interlocutores e não outros, e assim por diante. Os falantes são assim entendidos como uma categoria linguística enunciativa, uma figura política constituída pelos espaços de enunciação e que são determinados pelas línguas que falam.

Tal como citado acima, e ainda de acordo com Guimarães (Id: p.18), os Espaços de Enunciação:

São espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui os papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...) (GUIMARÃES, 2005a, p..)

O Espaço de Enunciação é decisivo para considerar a enunciação não como uma prática individual, subjetiva, e nem sob uma perspectiva estratificada, mas sim como uma prática política. Falar, como nos traz o autor, é assumir a palavra no espaço de enunciação, ou seja, neste espaço dividido de falantes e línguas, o que é, para o autor, uma obediência e /ou uma disputa.

Considerando que “enunciar é estar na língua em funcionamento” e que “a língua funciona no acontecimento, e não pela assunção do sujeito” (op.cit.), ele postula que a enunciação se dá através de “agenciamentos” específicos desse sujeito na língua, agenciamentos políticos. Assim sendo, os falantes são agenciados enunciativamente, a partir de uma configuração política, que, como vimos, está estritamente ligada à forma como se dá a assunção da palavra a partir das disputas pelo acesso ao(s) direito(s) de dizer.

Esses diferentes modos de assumir a palavra, em função das relações entre as formas linguísticas e as figuras enunciativas, constituem a *cena enunciativa* (GUIMARÃES, 2005), a qual o autor define como:

Um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoa mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não-pessoas do nas de seu dizer (GUIMARÃES, 2005, p.23).

A enunciação representa mais de um enunciador no enunciado, o que, segundo Guimarães (1987), traz a polifonia constitutiva da enunciação como uma coexistência de várias vozes no enunciado, o que o leva a constituir um sujeito descentralizado e dividido no acontecimento da enunciação. Esse sujeito é representado na distribuição dos lugares do dizer que caracteriza a Cena Enunciativa, e que se faz pela temporalização que é própria do acontecimento (GUIMARÃES, 2005).

Assim, o autor começa por definir o que é o falante, o qual define como sendo a figura da enunciação que é determinada pelo Espaço de Enunciação, enquanto falante de uma língua; mas não sob um ponto de vista empírico, como pessoa físico-psicológica: é, antes, “uma figura constituída pelas relações das línguas com quem as fala” (GUIMARÃES, 2012, p.31).

No entanto, o falante, em sua representação no acontecimento enunciativo, assume a palavra e assim toma o lugar daquele que enuncia, ou seja, o lugar do Locutor, com letra maiúscula: “o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.23). Ao fazê-lo, ele representa o tempo da enunciação como

contemporâneo a si e situa o seu dizer nesse presente. No entanto, essa figura enunciativa também não é una e homogênea, pois o Locutor é “díspar a si” e para falar do lugar de L “é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes)” (op.cit.,p.24). Desse modo, é somente enquanto tomado por um lugar social, que é variável, e que constitui o Locutor é que esse pode falar, decretar, declarar algo, etc. Guimarães (2012) define esse lugar social como *locutor-x* (com minúscula), no qual a variável “x” representa esse lugar (seja ele de professor, de juiz, de mãe, etc), assim, o Locutor só se dá como tal enquanto predicado por esse lugar social, ou seja, o Locutor só o é se houver se constituído, também, como locutor-x, lugar de dizer dependente e calcado na história. Essa é a disparidade da figura do Locutor, que instaura também uma disparidade entre o presente de L e a temporalidade do acontecimento, e é condição para a existência e constitutiva da enunciação (GUIMARÃES, 2012).

Tomando o exemplo do próprio Guimarães, passamos então a outra figura enunciativa por ele proposta: o enunciador. Segue o que ele diz:

Tomemos um enunciado do cotidiano como “eu prometo que vou a sua casa”. Aqui parece se poder dizer que a promessa é do eu dado como origem da promessa, distinto do *eu* de *vou*, aquele que deverá cumprir a promessa. Ao contrário disso diria que neste caso a expressão da primeira pessoa em *prometo* é só a marca da representação da origem, masca que representa seu presente como o tempo do dizer. Ou seja, este *eu* é a representação de que não há lugar social no dizer. É, de um lado, a marca do desconhecimento do locutor a propósito do lugar do qual fala: de amigo, de pai, de filho, de vendedor, etc. Ou seja, de que lugar pode prometer algo a alguém. Em outras palavras, o eu do Locutor é o eu que não sabe que fala em uma cena enunciativa. É assim um eu que desconhece que fala de algum lugar. A tal ponto que se toma como pessoa, meramente enquanto tal, que deverá cumprir sua própria promessa. (GUIMARÃES, 2005, p.25)

No exemplo citado acima, “eu prometo que vou a sua casa”, o Locutor não aparece predicado por um lugar social de dizer, apresenta-se predicado simplesmente por um lugar de dizer; nesse caso, um lugar de dizer individual. Nesse caso, temos um enunciador-individual, ou seja, que fala a partir da representação da individualidade em

uma enunciação que se mostra independente da história. É, como nos traz o autor, a “representação de um lugar que está acima de todos” (op.cit.).

Outro lugar de dizer que apaga o lugar social e que se mostra independente da história é o de enunciador-genérico. Nesse caso, segundo Guimarães (2005), o Locutor também enuncia simulando ser a origem do que diz, e o faz não de um lugar individual, mas é como se dissesse por todos, em nome de todos e fora da história. É o caso dos ditos populares, como nos traz o autor, nos quais se diz no sentido de repetir esse dito popular, em nome desse “todos diluído” (GUIMARÃES, 2005).

Por fim, o autor nos apresenta o lugar de dizer do enunciador-universal, aquele que, ao se apresentar nesse lugar, apresenta-se como dizendo uma verdade absoluta e irrefutável, como é o caso dos discursos religioso e científico. Esse lugar social não só se representa como fora da história, mas como estando acima dela, “significando o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro ou falso” (op.cit.,p.26), sempre em relação ao que seria “a verdade das coisas”.

A Cena Enunciativa, como se vê, mobiliza de um lado os lugares sociais do locutor (locutor-x) que apresentam, como nos traz Guimarães, papéis enunciativos que constituem o Locutor; e, de outro, seus lugares de dizer, que trazem um apagamento do lugar social e da história, situando-se fora ou acima dela, na medida em que são lugares próprios de uma certa história (op.cit).

No que diz respeito à configuração da Cena Enunciativa no texto, o autor postula que se a nível do enunciado apresenta-se um engajamento particular do Locutor, o mesmo se dá a nível do texto, mas com o agenciamento do falante em autor, em determinados Espaços de Enunciação. Segundo ele, a figura do falante está relacionada às línguas e à função autor, enquanto que o engajamento do Locutor é uma relação do acontecimento da enunciação e, neste sentido, uma relação – fundamental - com o texto (GUIMARÃES, 2012). Essas considerações expõem uma importante característica do texto, pois ele se apresenta na enunciação como uma unidade que integra enunciados, e numa relação com a exterioridade a partir da representação do lugar social de locutor (o lugar de autor).

1.3.4. *Funcionamentos semânticos e procedimentos teórico-metodológicos*

A partir do modo como a Semântica do Acontecimento considera o sentido, Guimarães vai trazer alguns mecanismos pelos quais ele se produz, modifica, refaz, etc., partindo do fato de que isso se dá em uma relação integrativa, não segmental, a partir do modo como uma palavra ou expressão se integra em um enunciado, na medida em que é também um elemento do texto.

O tratamento dado por Guimarães aos nomes no interior da Semântica do Acontecimento é um modo que nega a consideração de que à linguagem cabe somente indicar, de modo transparente, as coisas existentes. Segundo ele, “para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas. Ou seja, (...) a questão é simbólica” (GUIMARÃES, 2005a, p.9). É necessário buscar o sentido enquanto relação tomada na história, considerando que a linguagem fala de algo fora dela, mas não como fazem os referencialistas ao buscar uma correspondência direta entre palavra e objeto no mundo, pois só se pode referir algo com determinada palavra porque a linguagem identifica os seres em virtude de significá-los, significando o mundo.

Levando em conta que a produção da significação se dá no acontecimento enunciativo, e que essa propriedade traz a questão da historicidade ao tomar as relações entre enunciações o autor vai trazer a *designação*, relação de sentido tomada na história, para analisar o funcionamento dos nomes enquanto constitutiva de seus sentidos, a qual distingue de outros funcionamentos semânticos, como a nomeação. Assim ele a define:

o que um nome designa é construído simbolicamente, esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos. (GUIMARÃES, 2005, p.91)

Para o estudo desse funcionamento semântico, ele se propõe a observar suas relações com outros dois funcionamento específicos, o da nomeação e da referência. Se-

gundo ele, a nomeação e o modo como é feita são constitutivos da designação, de modo que se trata de uma relação entre acontecimentos enunciativos distintos.

A referência, que também se relaciona com a designação, é definida por Guimarães como a particularização de alguém por seu nome, e no caso dos nomes próprios referem exatamente porque sua designação identifica a pessoa enquanto sujeito na sociedade. Ainda que essa identificação seja constituída pela designação, a nomeação também é parte do que constitui essa designação, o que evidencia que são processos que andam juntos no modo de nos referirmos a um objeto ou indivíduo. Na relação entre a designação e a referência, por sua vez, o que o autor vai dizer é que a referência deve ser considerada no âmbito do texto do qual a expressão analisada faz parte, e de que forma ela é referida nesse texto. Assim, diz Guimarães:

“é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência de substituíbilidade. Neste caso os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo. E neste sentido é que constituem a designação do nome em questão (op.cit., p.27).

Tomando o caso dos nomes próprios, a designação, enquanto processo de identificação, constitui-se também como um processo de subjetivação (GUIMARÃES, 2005a) na medida em que receber um nome faz com que o sujeito se identifique consigo mesmo a partir de seu nome. Além disso, a nomeação também permite o funcionamento da referência, pois o nome, ao identificar o sujeito, o identifica na sociedade e, assim, o está referindo.

O processo de nomeação, como vimos, é parte da constituição do funcionamento da designação e da referência, mas, além disso, quem nomeia também participa da identificação do sujeito, visto que a nomeação não acontece sozinha, não se autogera, ela parte de alguém. No caso dos nomes próprios, a relação não é de nome e pessoa, senão uma relação entre quem nomeia, o nome e a pessoa nomeada, na qual a o responsável pela nomeação o faz a partir de certo lugar social, como o de pai, por exemplo. No caso dos nomes comuns, a designação é constituída pela divisão do real pelo simbólico, isto é, trata-se também de um processo de identificação do real pela linguagem (op.cit.), a partir do qual ela passa a referir os objetos particulares no acontecimento enunciativo.

Guimarães traz um questionamento importante com relação ao funcionamento do nome, mais especificamente com relação à identificação. O que a constitui, a nomeação ou a identificação? Segundo ele, é a designação, pois é “a designação da palavra que divide e redivide o real” (GUIMARÃES, 2005a, p.92); entretanto, no caso dos nomes próprios, a nomeação também participa do processo de identificação, na medida em que constitui a designação, como dissemos.

Assim, para analisar o sentido de uma expressão, é preciso levar em consideração a relação entre esses funcionamentos semânticos. No que diz respeito à relação entre designação e nomeação, é necessário tomar a relação entre enunciações, pois em determinado acontecimento, no qual um nome funciona, o processo de nomeação é recortado como memorável a partir de temporalidades específicas (op.cit.).

No que tange à relação entre a designação e a referência, por sua vez, deve-se observar como o nome em questão aparece referindo no texto do qual faz parte, na relação com outros nomes, funcionando na textualidade. Neste caso, a designação é constituída pelos “conjuntos de modos de referir” que se organizam em torno de um nome, e que são “um modo de determina-lo, de predicá-lo” (op.cit., p.27).

Como forma de analisar os sentidos produzidos a partir do funcionamento semântico explicitado acima, Guimarães propõe o conceito de *reescrituração*, que, tomado como procedimento de textualidade, articula uma designação e um acontecimento, e que, referindo o termo reescriturado como o mesmo, refaz sua designação.

Em seu texto *Domínio Semântico de Determinação* (2007), o autor traz que, dentro de um texto, certas expressões sofrem diversas transformações que o vão integrando e construindo, através de procedimentos de Reescrituração, processo que se destina a ligar pontos dentro de determinado texto ou de um texto para outro, o qual pela enunciação rediz de outras formas o que já foi dito, de modo a reafirmar os sentidos estabelecidos, mas, também, produzir outros, que possibilitam diferentes formas de interpretação. Como afirma o autor, este processo “atribui (predica) algo ao reescriturado”, ou seja, é uma operação de predicação e também de determinação, na qual, no momento da enunciação, uma expressão se relaciona a outra por diversos procedimentos (GUIMARÃES, 2007).

A reescritura, por se tratar da relação do dizer com aquilo que se fala, produz novos sentidos, mas, além disso, instaura referentes, que são os responsáveis por dar as características de como se particulariza um objeto. Do mesmo modo que reescrever é produzir novos sentidos a cada reescrituração, segundo Guimarães (2010), estabelecer o sentido de uma palavra é, ao observar o funcionamento dela no texto em que ocorre, enquanto parte deste texto, é estabelecer seu Domínio Semântico de Determinação - DSD, levando em consideração sua história de enunciações e o real que ela significa.

Assim, a partir dos funcionamentos semânticos da designação, nomeação e referência, a significação é tratada na Semântica do Acontecimento a partir de uma posição anticomposicional, segundo a qual o sentido de uma expressão ou de um texto não é constituído por suas partes, consideradas isoladamente, é, antes, construído pela forma como uma expressão se relaciona com outras, seja para reportar-se ou remeter a elas, seja para redizê-las dentro do texto. Esse tratamento do sentido remete à textualidade, nos diz Guimarães (2005a) e não às relações a nível do enunciado - daí a importância de uma concepção de texto que considere a integração de enunciados, como o autor nos propõe. E é importante também considerar que esses funcionamentos semânticos se dão nos acontecimentos enunciativos, como a instauração de uma temporalidade específica e em um determinado espaço de enunciação, na relação dos falantes com as línguas.

Capítulo II

Metodologia

2.1. Constituição do corpus

O objetivo geral desse trabalho, como trouxemos na introdução, é analisar quais são os sentidos de “ciência” que são produzidos, reproduzidos e veiculados no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras. Partimos do fato de que há uma diferença entre as áreas do conhecimento que são socialmente consideradas como ciência ou não ciência, mas o que nos interessa aqui é ver como esses conflitos, com base em determinada concepção de ciência, são produzidos linguisticamente e no texto, em uma relação com outras palavras.⁶

Cumpramos ressaltar que não consideramos como âmbito do programa somente os textos oficiais, como os que constam no *website* do CsF; consideramos como tal aquilo que foi/é dito sobre o programa, principalmente levando em conta o conflito ciência *versus* não ciência, explicitado quando da exclusão das ciências humanas dos editais e a consequente reivindicação de estudantes das áreas excluídas. Assim, na constituição do corpus de análise tomamos de um lado os textos oficiais do governo e do outro textos que trazem, não a “voz” oficial, mas a voz daqueles que, excluídos do programa, reivindicam sua participação; ou seja, a o recorte do corpus foi feito com base nas polêmicas que envolveram o programa Ciência sem Fronteiras, principalmente no que diz respeito às áreas elegíveis e aquelas que não o são, e que mencionamos brevemente na introdução desse trabalho. No centro dessa polêmica estão os estudantes de cursos não contemplados pelo programa que, em relação com a produção de conhecimento, reivindicam sua participação nos editais de bolsas.

Com base nisso, mobilizamos o que Orlandi (2008) trouxe como um *discurso de* e um *discurso sobre*, que trazem lugares de dizer e sociais distintos. No caso do *discur-*

⁶ Dada a heterogeneidade dos recortes que compõem o corpus, como veremos, faz-se necessário encontrar um eixo organizador, um conceito que nos permita analisá-los da mesma forma, sem considerar as diferenças de gênero ou de suporte - visto não ser esse nosso interesse, mas em função dos sentidos neles veiculados e produzidos. Desse modo, à luz da Semântica do Acontecimento, consideramos tais recortes como *textos*, ou seja, como unidades de significação que integram enunciados (GUIMARÃES, 2010), enunciados nos quais as designações de “ciência” apareçam, e cuja análise do sentido remeta à textualidade.

so de temos os textos oficiais do programa Ciência sem Fronteiras, em uma relação com o governo; são eles: textos extraídos do *website* homônimo e o documento de lançamento do programa atribuído ao ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação à época, Aloizio Mercadante, que se mostram como os “discursos do Ciência sem Fronteiras”. No caso do *discurso sobre* tomamos textos do site Avaaz, mais especificamente petições para a inclusão de áreas humanas no CsF.

Ao mobilizar esses lugares de dizer e sociais distintos estamos diante de cenas enunciativas também distintas, nas quais as disputas pelo direito de dizer estão calcadas em determinados sentidos de ciência, que se produzem, refazem-se e se entrecrocamos, muitas vezes em busca de legitimidade na produção de conhecimento. E esse embate se dá numa relação não só com a produção de conhecimento e o “fazer ciência”, mas numa relação também com as línguas, em um espaço enunciativo que coloca em jogo “as línguas da ciência”.

2.1.1. O discurso de

Nessa subdivisão do corpus estão os textos oficiais sobre o programa Ciência sem Fronteiras, que consideramos como o discurso do governo - mas que é remetido a diferentes locutores, como veremos. Trata-se do discurso de origem do programa, digamos assim, a “voz do Ciência sem Fronteiras”.

O primeiro recorte é do site do programa⁷, no qual há várias abas (ou links), dentre os quais tomamos:

- “O programa”
 - O que é;
 - Objetivos;
 - Metas;
 - Áreas contempladas.
- “Inscrições e Resultados”
 - Graduação Sanduíche para Alemanha
 - Doutorado Sanduíche –Calendário de bolsas
- “Países parceiros”

⁷ Disponível em: <www.cienciasemfronteiras.gov.br>

- “Empresas”
- “Notícias” - “Mercadante lança Programa Ciência sem Fronteiras”, de 27 de novembro de 2011, quando do lançamento do CsF pelo então ministro da Ciência e Tecnologia.

O segundo recorte, por sua vez, é o próprio documento de lançamento do programa, disponível no site do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (à época de lançamento, somente Ministério da Ciência e Tecnologia)⁸, atribuído ao seu então ministro, Aloizio Mercadante. O documento tem como título “Ciência sem Fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação”; que traz o *slogan* “Para que o país seja rico sem pobreza”, do governo presidencial de Dilma Rousseff.

2.1.2. O discurso sobre

O recorte dessa subdivisão traz textos do site Avaaz, uma comunidade de criação de petições online, definida, na página inicial do site, como uma “comunidade de campanhas de mobilização online que leva a voz da sociedade civil para a política global”⁹. Essas petições são compostas por um remetente (que geralmente fala em nome de um grupo), um destinatário (que deve ser uma pessoa ou organização que pode atender ao pedido), o pedido em si e porque sua concessão é importante.

Para a composição do corpus, tomamos três petições que se referem ao Ciência sem Fronteiras e que pedem a inclusão de cursos excluídos dos editais. São as únicas petições cujo objetivo é conseguir a participação de cursos são listados como prioritários no programa. São elas:

- Petição de 26/03/13, “Pela participação dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras”, criada por uma estudante de ciências humanas e a ser entregue para Manoel Erhardt, desembargador federal;
- Petição de 09/09/13, “Ciência sem Fronteiras para TODOS” (sic), criada por um estudante de área não contemplada no programa, a ser entregue à Presidenta do Brasil Dilma Rousseff;

⁸ Disponível em: << http://www.mct.gov.br/upd_blob/0217/217221.pdf>>.

⁹ Disponível em: << <http://www.avaaz.org/po/>>>.

- Petição de 25/10/13, “Inclusão dos CURSOS DE LETRAS no programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (sic)”, criada por uma estudante de Letras e a ser entregue para o Ministro de Estado da Educação: Aloizio Mercadante.¹⁰

2.2. Procedimentos de análise

Como dissemos, o objetivo geral que conduz esse trabalho é observar quais sentidos de “ciência” vão sendo produzidos nesse corpus, e para isso, é importante ressaltar que consideraremos essa palavra enquanto parte do nome próprio *Programa Ciência sem Fronteiras* e nos textos recortados para compor o corpus. Situando-nos no quadro teórico da Semântica do Acontecimento, respaldamos nossas análises no que postulou Guimarães (1987, 1989, 2005a, 2007, 2010 e 2012) sobre o tratamento enunciativo do sentido e em seus procedimentos teóricos-metodológicos, acima explicitados.

No capítulo 3, analisaremos o processo de composição do nome *Programa Ciência sem Fronteiras*, baseando-nos nas considerações feitas por Guimarães (2005a) sobre os nomes próprios, tomando-o como único por identificar um objeto também único, que é o programa do governo. A partir disso, e da consideração do acontecimento de enunciação no qual se deu sua nomeação, descreveremos seu funcionamento morfossintático, que, a partir de uma relação de determinação no interior do sintagma nominal, resulta em um certo funcionamento semântico- enunciativo nos textos em que aparece. É esse funcionamento, em relação a outras palavras do texto, que nos interessa para descrever e analisar os sentidos de ciência no corpus, ponto que será desenvolvido em outro capítulo.

Em seguida, ao buscarmos os sentidos de *ciência*, tomaremos essa palavra em busca de sua designação, ou seja, seu sentido tomado na história (GUIMARÃES, 2005a), mas sem considerá-la isoladamente, senão relativamente a outras palavras do texto em que ocorre, no acontecimento da enunciação. A propriedade de “remeter a”, de uma palavra como “ciência”, no nosso caso, que se relaciona com outras no texto em que aparece, é essencial para observarmos como os sentidos se produzem e modificam-se nessa relação, à qual o autor chamou *determinação* (GUIMARÃES, 2007), na qual

¹⁰ Cabe esclarecer que Aloizio Mercadante era Ministro de Ciência e Tecnologia na data de lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras, entre 2011 e 2012, assumindo o Ministério da Educação em 2012, após a saída de Fernando Haddad.

um termo é determinante e outro determinado. Trata-se de uma relação de sentido que possibilita estabelecer o *Domínio Semântico de Determinação*¹¹, que não é senão a significação de uma palavra construída enunciativamente, sua designação.

No capítulo 4, denominado *Dos sentidos ao tempo da ciência: o CsF como espaço político*, o que nos interessa é observar de que forma tais sentidos contribuem para a inscrição enunciativa de um espaço *político*, de conflito entre aquelas que são consideradas ciências e as não-ciências e, a partir disso, como se distribuem os direitos de dizer no *espaço de enunciação* científico projetado pelo programa, com base nas disputas entre as diferentes áreas do conhecimento e da língua que perpassa a prática científica.

¹¹ Conceitos melhor desenvolvidos e trabalhados adiante.

Segunda Parte

Capítulo III

Ciência sem Fronteiras: os sentidos de “ciência” no âmbito do programa

Tal como trouxemos na introdução deste trabalho, o objetivo geral que nos conduz é observar quais sentidos de “ciência” vão sendo produzidos no corpus selecionado, partindo do fato de que essa palavra ocorre, antes de tudo, no nome do programa, *Ciência sem Fronteiras*. Assim, em um primeiro momento, interessa-nos analisar os sentidos dessa palavra no interior desse nome próprio, na relação de predicção que o compõe (“ciência” sendo predicada por “sem fronteiras”) e a partir de seu funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo.

Em um segundo momento, voltando-nos à palavra “ciência” não mais na estrutura do nome próprio, o que nos interessa é ver como ela aparece nos textos que compõem o corpus, tanto nos discursos do programa, quanto nos discursos sobre ele. Que sentidos vão sendo produzidos – e apagados – na sua relação com os campos de conhecimento?

3.1. Ciência sem Fronteiras: o nome próprio na perspectiva enunciativa

O tratamento dos nomes próprios é analisado, no âmbito da Semântica do Acontecimento, a partir do funcionamento da designação que, como vimos, é a relação de sentido tomada na história de enunciações. Tal como nos traz Ferrari (2001) em sua reflexão sobre a perspectiva de Guimarães, o sentido de um nome, ou, antes, sua designação, estaria composta tanto pela nomeação quanto pela referência, considerando que se dão no acontecimento enunciativo.

A nomeação é o ato primeiro no qual se enuncia um nome próprio, enunciando, ao mesmo tempo, a existência de um objeto. Esse ato performativo estabelece uma relação entre nome e objeto e, ao fazê-lo, possibilita que outras enunciações sejam possíveis. De acordo com o que considera Guimarães (2005, p.33), o nome próprio traz a relação entre um nome e algo que é nomeado, considerando que se tem um nome único para um objeto único, ou seja, trata-se de uma relação de particularidade. A referên-

cia, por sua vez, não se constitui como um objeto no mundo ou um indivíduo, e sobre isso o autor nos traz:

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado.

Assim a unicidade do nome próprio de pessoa é uma construção da disparidade que acompanha seu funcionamento. O que ele refere hoje é o que uma nomeação passada (de um locutor-pai) nomeou. O que ele significa numa dada enunciação (com sua temporalidade) é toda sua história de nomeações, renomeações e referencias realizadas (com suas temporalidades próprias). (GUIMARÃES, 2002 p. 42)

Para nossas análises, filiamo-nos a essa forma com que Guimarães tratou a questão do sentido, pois com o estudo do nome próprio e a sua relação com um objeto exterior à língua o qual ele nomeia, o autor traz questões pertinentes para a análise que faremos, a partir de uma perspectiva que considera a relação entre a linguagem e o mundo e entre a linguagem e o sujeito (GUIMARÃES, 2005a). Desse modo, analisando os aspectos morfossintáticos dos nomes próprios e, posteriormente, suas características semântico-enunciativas, o autor mostra de que forma vão sendo produzidos sentidos nos acontecimentos nos quais esses nomes são enunciados. Ainda que tais postulados se refiram à composição e análise de nomes próprio de pessoa, baseamo-nos em tais considerações para analisar o funcionamento do nome próprio *Ciência sem Fronteiras* em nosso corpus.

Quando levamos em conta o nome acima, temos um nome próprio cujo funcionamento identifica um objeto, através da designação: o programa do governo; e esse nome apresenta-se como único, para um objeto único. Entretanto, o programa aparece nomeado de duas maneiras bastante próximas nos textos que compõem nosso corpus, e as duas formas de denominação observadas são semelhantes aos dois tipos de construção de nome próprio trabalhadas por Bosredon e Guérin (2005) em “*Le Cluny, le Champollion: d’un emploi non prototypique de nom prope modifiée*”. O primeiro tipo de construção proposto pelos autores consiste na junção de artigo definido + nome +

nome próprio¹², o que corresponde ao que observamos na construção “O Programa Ciência sem Fronteiras”, enquanto que o segundo tipo consiste na junção do artigo definido + nome próprio, tal como em “O Ciência sem Fronteiras”, o que seria, segundo os autores citados, uma abreviação do primeiro tipo, a denominação original.

Kleiber (1985 apud Bosredon e Guérin, 2005) vai chamar essa denominação original – a construção artigo definido + nome + nome próprio - de denominação descritiva, na qual um predicado descritivo (o nome comum) e o predicado de denominação próprio (nome próprio) assumem conjuntamente um papel denominativo. Essa estrutura pode ser observada em “Programa Ciência sem Fronteiras”, no qual “Programa” é o predicado descritivo - que descreve do que se trata o objeto nomeado- e “Ciência sem Fronteiras” é o predicado de denominação próprio. Assim, ao mesmo tempo em que “Programa” constitui parte do nome próprio, ele age também como um classificador, indicando a qual categoria referencial a entidade nomeada pertence (Idem). No nosso caso, “Programa” identifica o Ciência sem Fronteiras por meio de uma categoria socialmente reconhecida como legítima, a categoria de programas do governo, o que constitui sua particularização no âmbito das políticas estatais.

A segunda denominação que se observa no corpus, como supracitado, é composta por artigo + nome próprio: “O Ciência sem Fronteiras”. Ainda que essa forma de nomear o programa pareça excluir o classificador, podemos considerar que na verdade ele está elíptico, sofre um apagamento. Ainda que essa denominação circule também fora do âmbito das políticas de Estado e, dessa forma, nas enunciações não se mostrar necessária, pois, sua classificação enquanto programa governamental funciona sob o efeito de evidência, na medida em que ela estaria funcionando implicitamente. Dito isso, focaremos nessa segunda denominação, pois o que nos interessa nesse momento não é a categorização do programa – que, como dissemos, está implícita - e sim a relação de determinação que o compõe.

Tomando o nome próprio – e composto - “Ciência sem Fronteiras” temos uma estrutura nome + preposição + nome, através da composição em duas partes, *Ciência*, de um lado, e *sem Fronteiras*, de outro. Essa construção faz com que se estabeleça uma relação de especificação da segunda para a primeira parte, ou seja, *sem fronteiras* especificando e predicando *ciência*. A relação entre essas duas partes é feita pela preposição

¹² “(...) une forme intermédiaire le N NPR” (Bosredon Bernard, Guérin Olivia. Le Cluny, le Champollion : d'un emploi non prototypique de nom propre modifié. In: *Langue française*. N°146, 2005. Noms propres : la modification. pp. 9-22.)

“sem”, categoria gramatical que, situada na segunda parte, liga dois elementos, estabelecendo uma relação de subordinação do segundo elemento ao primeiro, ou, ainda, estabelecendo uma relação de predicação da segunda para a primeira parte, que significa por uma noção de falta. Assim, esse nome próprio é constituído por uma relação na qual se especifica algo sobre o que se nomeia, e que se constitui como uma relação de restrição, por exemplo: a “ciência”, em *Ciência sem Fronteiras*, é determinada por “sem fronteiras”, o que a restringe frente a outras ciências.

A significação de uma palavra, nessa perspectiva, é construída pela determinação, que consiste na relação entre dois termos: um determinante e outro determinado. De acordo com Guimarães (2007) não se trata de uma relação existente a priori, ela é construída enunciativamente, de modo que o que é determinante não é algo intrínseco ao determinado. Sendo assim, o sentido também não é algo que não existe *a priori* e que, tal como formulado por Bréal e aqui retomado por Guimarães, as palavras não devem ser consideradas isoladamente, senão como parte de uma unidade maior, o texto.

A construção morfossintática, ao trazer essa relação de determinação, resulta no funcionamento semântico-enunciativo do nome *Ciência sem Fronteiras*, que é um de modo que se tem uma ciência especificada como “sem fronteiras”, que a oporia implicitamente a uma ciência com fronteiras, ou a uma ciência que permanecerá com fronteiras fora do âmbito do programa. Essas considerações vão na direção de apreender os sentidos de ciência que se produzem no âmbito do programa, ou, antes, o que essa palavra designa. A designação, como vimos, tomada na história de enunciações, é composta pelo ato de nomeação, que como a enunciação primeira do objeto funciona não só como atribuidora de sentidos, mas também como memorável de enunciações futuras.

Mas antes de observar o funcionamento morfossintático e enunciativo do nome *Ciência sem Fronteiras*, começaremos por analisar sua nomeação, que se dá em condições específicas, num determinado Espaço de Enunciação. Esse, como vimos, é o espaço de línguas e falantes, e que nos interessa enquanto regulado por uma disputa entre palavras e línguas, se constituindo, portanto, como um espaço dividido politicamente (GUIMARÃES, 2005a). Mas assim como o espaço se divide em línguas, uma língua se divide politicamente, e aqui a que funciona é a Língua Oficial do Estado, aparentemente homogênea, e em um Espaço de Enunciação que se caracteriza como um espaço jurídi-

co-governamental, no qual são nomeados os programas implantados pelo governo brasileiro.

A nomeação acontece em três aspectos: O primeiro deles se refere ao ato mesmo de nomear, o segundo à consideração da época e à conjuntura em que se deu a nomeação, e o terceiro se refere a como se dá a nomeação. O primeiro aspecto é o fato de que nomear é identificar um indivíduo dentre outros (no nosso caso, não se trata de uma pessoa); na medida em que apresenta um funcionamento determinativo, que é o de colocar o elemento nomeado na sociedade com uma identificação (GUIMARÃES, 2005b). Assim, no caso do Ciência sem Fronteiras, podemos dizer que sua nomeação o identifica, em um primeiro momento, no âmbito dos programas governamentais, e que, portanto, sua nomeação também se dá nesse contexto específico.

Como não temos acesso às discussões para a escolha do nome do programa, tomamos o momento de seu lançamento, pelo então ministro de Ciência e Tecnologia¹³, Aloizio Mercadante, como o de sua nomeação. Dessa forma, em 27 de julho de 2011, durante o 38º Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em Brasília, com a presença da então presidenta Dilma Rousseff, do ministro já citado, dentre outras autoridades, o programa foi lançado e seu nome deu-se a conhecer pelo público. O ministro de CT, ao fazer o discurso de lançamento, colocou-se na posição de um enunciador individual, responsável pela enunciação de nomeação, autorizado a fazê-lo pelo seu lugar social do dizer, que é o de Locutor-ministro. Esse lugar o autoriza porque não é qualquer cidadão que pode nomear um programa do governo, tampouco qualquer ministro, como o ministro de Minas e Energia, ou Ministro da Fazenda, por exemplo.

Mas é nesse ponto que se coloca uma questão notável: o programa é uma iniciativa para promover o intercâmbio estudantil, então o mais coerente seria que sua nomeação e lançamento fossem feitos pelo Ministro da Educação, à época, Fernando Hadad. No entanto, é o ministro de Ciência e Tecnologia que o faz e a partir de um lugar autorizado para fazê-lo, sem incorrer em um abuso ou infração e com tamanha legitimidade que não causa estranhamentos. Assim, colocamo-nos a seguinte questão: a proposta é educar ou desenvolver a ciência?

¹³ Como dissemos na Introdução, posteriormente o nome do Ministério recebeu o acréscimo de “Inovação”.

Conforme está dito no site do Ciência sem Fronteiras, quando da apresentação do programa, um dos objetivos da iniciativa do governo era “estimular o avanço da ciência nacional em tecnologia, inovação e competitividade”. Em nenhum momento se fala em melhora na educação superior tomando como modelo instituições estrangeiras, ou em melhora na formação pessoal dos alunos, ou, para resumir: em nenhum momento se fala em educação. Isso comprova que o CSF, ainda que revestido – ou mascarado – por um caráter de iniciativa educativa, não é voltado para esses fins; e, embora palavras como “estudantes”, “cursos”, “instituições de ensino”, estejam sempre presentes nos textos do programa, ele não se configura como uma política pública educativa. E essa menção a palavras do campo semântica da educação acontece porque é justamente nesse espaço em que se capta a mão-de-obra “científica” necessária para que se atinjam os objetivos do programa.

Dessa forma, o Ciência sem Fronteiras é lançado pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e Inovação porque se configura como uma política pública de CTI. Então o programa não é um programa de intercâmbio estudantil, é, antes, um fomentador das demandas econômicas e de mercado através dos resultados da produção científica. Cabe ressaltar, ainda, que o que se pretende não é a formação acadêmica através dos estudos, e sim a formação de mão-de-obra qualificada em áreas que são consideradas úteis e necessárias para o desenvolvimento econômico do país, que produzam resultados concretos e, principalmente, vendáveis. Sendo assim, só serão eleitas para participarem do programa as áreas que mantenham essa relação com o mercado. Discutiremos isso adiante.

Voltando à questão da nomeação; ela, enquanto acontecimento enunciativo, instaura sua própria temporalidade, na medida em que recorta um passado como memorável e projeta uma futuridade. Assim, ao considerarmos a nomeação do programa Ciência sem Fronteiras, o que ela temporaliza? Ou seja, o que projeta como futuridade e o que recorta como memorável? Considerando que “o processo de nomeação pode, então, envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia pode estar citando outra enunciação” (Guimarães, 2005, p.37), podemos dizer que o acontecimento que tomamos como aquele no qual se deu a nomeação do programa - seu lançamento oficial, recorta como memorável a escolha do nome Ciência sem Fronteiras e a enunciação na qual ele foi de fato nomeado, à qual não temos acesso.

Ao tomarmos o acontecimento de nomeação primeira do programa como inacessível, perdemos também o acesso às condições de produção e escolha desse nome, por exemplo. Entretanto, com base nos elementos escolhidos para compor o nome do programa, vemos que essa escolha tem a ver com a conjuntura na qual se deu, a qual pode ser identificada em alguns trechos do programa. Assim está dito na notícia que divulga o lançamento do programa, que consta em seu *website*, e cujos lugar de dizer e lugar social de dizer são apagados:

O Programa Ciência sem Fronteiras objetiva estimular o avanço da ciência nacional em tecnologia, inovação e competitividade, por meio da expansão da mobilidade internacional. Para alcançar esse objetivo é preciso aumentar a presença de pesquisadores e estudantes brasileiros em instituições de excelência no exterior. Além de atrair jovens talentos científicos e investigadores¹⁴ para trabalhar no Brasil¹⁵.

É possível notar que a escolha do nome leva em conta a conjuntura científica contemporânea à criação e lançamento do programa. Assim, se o programa é nomeado “Ciência sem Fronteiras”, o que é recortado como memorável é a escolha desse nome em função de uma fronteira (cuja natureza será explorada adiante) existente entre o Brasil e outros países no que diz respeito à produção científica, e também em função daquilo ao que ele se destina: a ciência. O efeito de sentido que se cria é de que para o desenvolvimento da ciência brasileira é necessário eliminar as fronteiras entre o Brasil e outros países.

Assim, se é necessário romper fronteiras (a princípio) geográficas para desenvolvê-la, é porque internamente ao Brasil isso não é possível. Vejamos o que diz a presidenta á época do lançamento do programa, Dilma Rousseff, sobre o cenário científico brasileiro:

Temos hoje no Brasil essa deficiência¹⁶ e é necessário saná-la. Hoje, precisamos dos engenheiros para fazer projetos, infraestrutura e pesquisa. Para que

¹⁴ Não são especificados os países de origem desses pesquisadores

¹⁵ Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/noticias/-/asset_publisher/Dh91/content/mercadante-lanca-o-programa-ciencia-sem-fronteiri-ras?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cienciasemfronteiras.gov.br%2Fweb%2Fcsf%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Dh91%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_Dh91_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_Dh91_keywords%3D%26_101_INSTANCE_Dh91_delta%3D10%26_101_INSTANCE_Dh91_cur%3D50%26_101_INSTANCE_Dh91_andOperator%3Dtrue. Acesso em 16 de jan.2015.

¹⁶ De acordo com a reportagem, o país necessita aumentar formação de profissionais nas áreas das Ciências Exatas.

seja possível fazer inovação de forma generalizada. Vamos formar a base de pensamento do país. O Brasil tem hoje nesse Programa um dos construtores do seu futuro.¹⁷

As consequências de se tomar o Ciência sem Fronteiras como a base do pensamento no país é ignorar toda a história da produção do conhecimento científico brasileiro. É dizer que aqui não há pensamento científico, trazendo o programa como um a priori. Esse discurso da presidenta produz o efeito de sentido de que o conhecimento até então produzido no país não era científico e/ou que esse conhecimento não era suficiente para a construção do futuro brasileiro.

Aqui, podemos considerar que quando a presidente diz que o país tem uma deficiência nas áreas contempladas pelo programa, generalizadas nesse ponto como “Ciências Exatas” – ainda que a lista de áreas prioritárias traga engenharias, tecnologias, dentre outras, ela parte do passado recortado como memorável que diz respeito à conjuntura que levou à escolha do nome, acima elucidado. Assim, vemos que a atribuição de um nome não é um fato isolado no tempo, os acontecimentos enunciativos contêm outros acontecimentos, e no caso aqui analisado mais do que se sucederem cronologicamente, constituem o nome do programa. No entanto, a nomeação não se dá somente com o que é recortado como passado de enunciações, mas também projetando uma futuridade, que diz respeito às enunciações futuras que vão refazer a cada acontecimento a referência do Ciência sem Fronteiras.

A nomeação, enquanto acontecimento enunciativo, traz consigo um processo de designação, tomada como uma relação histórica de enunciações de um nome e de seu sentido; e o nome próprio, por sua vez, ainda que funcione sob um efeito de estabilidade, pode sofrer alterações. De acordo com o que traz Guimarães, “o nome que é dado [do lugar social de locutor, nesse caso, lugar de ministro] é alterado no processo da vida social em que (...) acaba por se reduzir, modificar(...) por um trabalho enunciativo sobre a enunciação inicial que registrou o nome” (2005b, p.38). No caso do nome *Ciência sem Fronteiras* podemos observar esse funcionamento em dois momentos: quando o programa passa a ser referido pela sigla *CsF*, e quando passa a ser referido como *Ciência com Fronteiras*¹⁸. Essa nomeação acontece em outra conjuntura e a partir de outros lu-

¹⁷ Idem.

¹⁸ Essa designação do programa tem uma página homônima na rede social Facebook.

gares de enunciação, como o do produtor do website homônimo, que em alguns trechos refere-se ao programa pela sigla, seja para não repetir o nome, seja a fim de criar uma sigla que passe a ser reconhecida; ou, do lugar dos candidatos às bolsas do programa e, no caso da denominação *Ciência com Fronteiras*, daqueles que são excluídos dos editais e que reivindicam sua participação. Esses modos de referir-se ao programa de outras formas, que não o seu nome próprio, dão-se em outros acontecimentos enunciativos, mobilizando outra história de enunciações. Segundo o autor, esse funcionamento, “refaz a temporalidade do primeiro acontecimento, exatamente por toma-lo diretamente como o lembrado que o presente do segundo acontecimento modifica” (Idem) e, assim, a futuridade projetada é diferente daquela que o nome *Ciência sem Fronteiras* projeta.

O nome próprio funciona sob a aparência de uma unidade, da qual todas as partes constituem um sentido global, e isso acontece em parte porque quando um nome funciona a partir de sua história de enunciações, seu processo de construção (e de composição, como no caso aqui analisado) é apagado, esquecido. Entretanto, o funcionamento do nome *Ciência sem Fronteiras* parece ir na contramão desse postulado de autor, visto que as polêmicas que envolvem o programa questionam justamente a segunda parte, *sem Fronteiras*, na determinação de *Ciência*. Assim, esse nome próprio passa a funcionar com uma particularidade na qual seu sentido, antes global, passa a ser analisado em duas partes, considerando-se que a segunda parte determina a primeira. Isso acontece por uma razão a qual o próprio Guimarães explicita quando diz que a unicidade funciona como um produto da designação, relação de sentido tomada historicamente, como dissemos acima; mas a não unicidade, que faz com que as partes do nome composto sejam analisadas separadamente, dá-se pelos diferentes lugares de enunciação que se cruzam na nomeação. E é justamente o caso que vemos aqui: a tomada das partes que compõem o nome *Ciência sem Fronteiras* separadamente é feita quando os candidatos excluídos dos editais do programa questionam e discordam de que o programa é *sem Fronteiras*. Assim, citando novamente o autor, o que se observa é que “se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de “objetos” relativos a um dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.40).

Então, tomando a relação de determinação estabelecida na composição do nome *Ciência sem Fronteiras*, na perspectiva instalada por diferentes lugares enunciativos que podem tomar as duas partes separadamente, a primeira questão que nos colocamos é: no

contexto do programa, o que se pode entender por fronteira? Que fronteiras são essas que ele pretende eliminar, ou transpor? E tomando o todo, de que forma esse nome funciona enunciativamente no corpus em questão?

3.2. As fronteiras da ciência

Retomando seu objetivo e a forma como ele funciona enquanto política pública, assim o CsF se define, na seção “O programa”, de seu *website* homônimo:

“O programa Ciência sem Fronteiras promove a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacionais de estudantes, professores e pesquisadores”¹⁹ [grifo nosso].

Se tomarmos o funcionamento enunciativo de “fronteiras” no interior do nome próprio, temos nesse trecho uma relação de determinação que compõe o que poderíamos chamar de um sentido geográfico de tais fronteiras. Quando se coloca como objetivo do programa “consolidar, expandir e internacionalizar” a ciência, pressupõem-se dois movimentos: de fora para dentro (consolidação), e de dentro para fora (expansão e internacionalização), que, determinados pelo sentido de nacionalidade (“brasileiras”), colocam o Brasil (sua ciência e seus estudantes) em relação com outros territórios nacionais. Esse funcionamento enunciativo da fronteira como limite geográfico se consolida, por fim, quando tomamos a expressão “mobilidade internacional”, que traz a questão do deslocamento proporcionada pelas bolsas de estudos, por meio das quais os alunos vão estudar em outros países; assim como para “intercâmbio”.

Em um primeiro momento a fronteira parece funcionar em um eixo espacial, o qual considera um “cá”, que diria respeito ao Brasil e às nossas universidades, e um “lá”, que seriam os países de destino dos estudantes e suas universidades. Também podemos constatar esse sentido em um trecho supracitado, aquele no qual o website traz que o país busca a *expansão da mobilidade internacional*, ou, ainda, quando traz que para alcançar o objetivo do programa é preciso *aumentar a presença de pesquisadores e estudantes brasileiros em instituições de excelência no exterior e atrair jovens talentos científicos e investigadores para trabalhar no Brasil*. Esses últimos trechos, no entanto,

¹⁹ O Programa. Disponível em: <<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>> Acesso em 02 de jul.2013

mostram, ainda que sutilmente, que esse sentido começa a deslizar para fora do âmbito geográfico, deslocamento que se torna mais evidente em outros pontos.

Guimarães (2005), ao considerar que a significação é produzida enunciativamente, no acontecimento da enunciação, vai dizer que para falar da significação é necessário mostrar como ela “se reporta a”, “se relaciona a”, “diz de” alguma coisa (GUIMARÃES, 2007, p.77). Para isto, ele postula um método teórico metodológico de abordar a significação, ou ainda a relação de determinação, por meio do que chamou de Domínio Semântico de Determinação. O DSD apresenta-se como um procedimento de análise, forma pela qual podemos explicar o funcionamento semântico de uma palavra, baseado na disposição das palavras e em relações de sinonímia (sinal gráfico: -), antonímia(____), determinação (-| como em $x -| y = x$ determina y); claro, sem remeter esse funcionamento a uma realidade extratexto, somente à sua história de enunciações no texto em que estão.

Para ele (GUIMARÃES, 2007), o sentido de uma palavra e o que ela designa é o seu Domínio Semântico de Determinação, ou seja, as relações de determinação dessa palavra com outras, considerada no texto em que ela aparece. Desse modo, ao situar o sentido de uma palavra no texto, o autor a caracteriza como uma unidade de significação, integrada de enunciados, e ainda que não se considere nenhuma realidade à qual se reportam as palavras, “há um real que a palavra significa. As palavras têm sua história de enunciação, e elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado” (GUIMARÃES, 2007, p.81). É necessário, então, considerar a designação de uma palavra, essa relação de sentido tomada na história, enquanto exposta ao real (Op.cit), também produzida enunciativamente e que, ainda que pareça estável, é instável e, portanto, passível de se modificar, refazer-se, etc.

Diante disso, o autor vai trazer dois procedimentos pelos quais se analisa o sentido de uma palavra enquanto parte de um enunciado e de um texto: a articulação e a reescrituração, a qual ele define como

o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. (...) Trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por re-

dizê-la com outras palavras, ou para expandi-la, condensá-la, etc. (GUIMARÃES, 2007, p.84).

A reescritura pode acontecer de diversos modos e por diversos procedimentos, tal como dito acima, por definição, repetição, elipse, substituição, condensação, expansão. Não se trata de uma simples retomada da palavra, pois, sempre que uma palavra é reescrita por outra palavra ou expressão, essa acrescenta-lhe algo ao sentido, e é a partir da relação de determinação que constitui a sua designação. Isso quer dizer que partindo das reescrituras que uma palavra sofre em um texto, é possível estabelecer seu Domínio Semântico de Determinação.

É importante, então, nessa perspectiva da Semântica do Acontecimento, tomar como elemento fundamental das considerações sobre o sentido a relação entre as palavras e o que está fora delas (op.cit.). Não se trata, como vimos, de considerar a referência, tal como para os referencialistas; trata-se, antes, de postular que essa relação com o exterior se dá como uma construção de linguagem. Essa relação é trabalhada no interior dessa teoria com base no conceito de determinação. Dessa forma, o sentido espacial, geográfico, que se constrói a partir da designação de fronteira nesse trecho pode ser assim mostrado, por meio de seu DSD:

Consolidação, expansão e internacionalização -| Fronteira |- mobilidade estudantil

—
|
intercâmbio

Assim, poderíamos postular que “fronteira”, no interior do nome do programa, aparece determinada por “mobilidade estudantil” e “intercâmbio” que, por efeito de evidência, são práticas de enviar estudantes brasileiros ao exterior; e também por consolidação, expansão e internacionalização”, que pressupõem deslocamentos espaciais, num movimento para fora (“expansão”), para dentro (“consolidação”) e para dentro e para fora, o que possibilitaria à ciência se expandir e se consolidar (“internacionalização”). A partir dessa designação, o sentido que se produz aí é o de aos limites geográficos entre nosso país e os demais países de destino dos estudantes, cuja transposição é facilitada pelo ganho da bolsa de intercâmbio. Esse sentido geográfico se reforça sob a

relação de hiperonímia entre “Modalidades de Bolsas no exterior” e os editais, na relação com os países de destino, bem como na exigência de proficiência em línguas estrangeiras.

Em outro trecho do website do Ciência sem Fronteiras, lê-se:

Pelo programa, estudantes de graduação e de pós-graduação podem fazer estágio no exterior para manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, o Ciência sem Fronteiras tenta atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar, por tempo determinado, no Brasil²⁰ [grifo nosso].

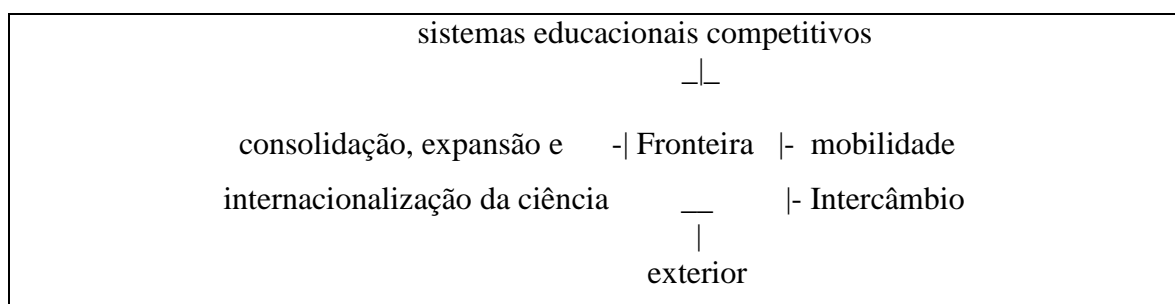
Nesse trecho, ainda vemos funcionar o sentido geográfico de fronteira, quando se fala em “fazer estágio no exterior”, “pesquisadores do exterior”, “Brasil”, mas vemos, também, uma disparidade com relação a quem sai e quem vem para o Brasil. O país envia estudantes e recebe pesquisadores, o que resulta num efeito de sentido de que é o contato com sistemas educacionais e centros de pesquisa do exterior que transforma alunos em pesquisadores. Essa questão já traz um deslocamento de sentido, e podemos dizer que o que está em questão não é exclusivamente a fronteira geográfica; vê-se que o programa pretende transpor outro tipo de divisa, uma fronteira abstrata que significa mais por uma diferença estabelecida entre a produção de conhecimentos científicos e os sistemas educacionais chamados competitivos (em relação à tecnologia e inovação) e o sistema educacional brasileiro, cuja transposição também é facilitada. Ainda assim, esse sentido de fronteira como divisão, mas também como diferença, é determinado pelo sentido geográfico e político de países/Estados nacionais, na medida em que se estabelece um “lá” e um “aqui”.

A caracterização da fronteira como essa divisa abstrata, referente à produção de conhecimentos, também pode ser recuperada pela determinação por “consolidação, expansão e internacionalização”, a qual dissemos geográfica mas que, ao trazer a questão da ciência brasileira, pode ser considerada também uma fronteira relativa à produção de conhecimento. Tais considerações são um indício de que *Fronteiras*, no nome do programa, pode estar funcionando aí como um elemento polissêmico, significando tanto em termos geográficos e territoriais, quanto no campo das saberes (a serem) produzidos, estabelecendo uma relação de competição e disputa entre territórios mais desenvolvidos

²⁰ Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 12 de dez. 2014.

no campo científico e territórios menos desenvolvidos nesse aspecto. Dessa forma, podemos dizer que a polissemia da palavra *fronteira* é o que caracteriza o objetivo do programa: a iniciativa, por meio da transposição dos limites geográficos visaria transpor os limites educacionais e científicos, como podemos postular a partir das determinações por “mobilidade estudantil” e “intercâmbio”, que levariam, tal como aparece nas determinações, a uma consolidação, expansão e internacionalização da ciência brasileira na relação com outros países.

Concluindo, o DSD que melhor representaria a designação de fronteira no âmbito do programa seria:



3.3. Os sentidos de ciência no âmbito do programa

Analisar os sentidos de “ciência” nos coloca em relação ao que foi analisado anteriormente, a respeito do nome próprio *Ciência sem Fronteiras*. Se há pouco desmembramos esse nome e nos debruçamos sobre sua segunda parte, *sem Fronteiras*, aqui vamos nos debruçar sobre a primeira parte dele, *Ciência*, para apreender sua designação e os sentidos que vão sendo produzidos nos textos analisados. Tomando textos que representam o *discurso do CsF*, constituintes do nosso corpus de análise, questionamos, a partir do nome do programa: o que é ciência nesse contexto? O que essa palavra designa, enquanto detentora de sentidos que vão sendo construídos nos textos, a partir da determinação? Quais são, no *Ciência sem Fronteiras*, os sentidos de *ciência*?

Vimos que, a partir do nome do programa, pensamos nas fronteiras que ele se propõe a transpor, as quais, de acordo com o seu funcionamento morfossintático no interior do nome próprio do qual faz parte, funciona enunciativamente como um determinante para a primeira parte. Nessa parte da análise já se esboçaram alguns sentidos de

ciência, na medida em que a temos determinada por *sem Fronteiras*. Mas que outras palavras nos textos também determinam o seu sentido? E ela própria, como é referida – isto é, particularizada- nos textos, de modo que isso seja parte de sua designação? É o que veremos.

O programa Ciência sem Fronteiras, conforme trecho que trouxemos acima, busca a “consolidação, a expansão e a internacionalização” da ciência brasileira. No entanto, os sentidos de “ciência”, presentes no nome do programa, nos editais e demais textos presentes no website, são produzidos a partir de relações de determinação, como veremos adiante, o que faz com que certas áreas do saber possam ser consideradas ciências e outras, não. Isso começa a se evidenciar no mesmo trecho supracitado - “O programa Ciência sem Fronteiras promove a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras”²¹ - quando essas ações aparecem voltadas à ciência, à tecnologia e à inovação, antecipando as áreas elegíveis nos editais do programa.

As áreas elegíveis do programa são explicitadas na seção “Áreas Contempladas” do website, como uma lista, por enumeração, reproduzida a seguir:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;

²¹ Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em 07 abr. 2016.

- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;

Formação de Tecnólogos.²²

Nesse caso, o título da seção “Áreas contempladas” estabelece uma operação semântica de *etiquetagem* (Bosredon, 1997 apud Zoppi Fontana, 2009, p.73) interna com relação à lista de áreas que se segue. Desse modo, o título funciona semanticamente como uma etiqueta que, colada à lista em questão, delimita-a como seu objeto único de referência. Aqui, a despeito de parecer que o programa está somente delimitando as áreas elegíveis por meio da etiqueta, podemos notar que se colocam outras questões, além da relação de determinação existente entre “áreas contempladas” e a lista de áreas.

Considerando o fato de que o CsF é um programa voltado a intercâmbios nas áreas de ciências, entende-se que a lista de áreas prioritárias traz somente áreas assim consideradas pelo programa. A partir do momento em que há uma lista fechada das áreas que podem participar do programa por serem “ciência”, indiretamente se define o perfil de candidatos elegíveis e profissionais passíveis de valorização. Mesmo que o programa não defina as áreas inelegíveis, ao trazer uma lista fechada daquelas que podem ser eleitas, há áreas que passam a significar, por sua ausência, como aquelas que não são consideradas ciência e, portanto, não são elegíveis (sejam as áreas de estudo ou seus estudantes). Um aspecto notável, além disso, é o fato de que algumas das áreas listadas, como “Ciências exatas e da Terra”, “Energias renováveis”, “Ciências do Mar”, dentre outras, funcionarem como um hiperônimo, ou funcionarem enunciativamente como reescrituras por condensação para outras áreas que, por ventura, pudessem se encaixar nessa classificação. Pode-se dizer que se trata de uma forma de abrir a possibilidade de participação de áreas não listadas, mas de alguma forma continuando a delimitar os campos do saber elegíveis.

Por outro lado, nessa lista de áreas contempladas, notamos também “tecnologia” faz parte da nomeação de muitas dessas áreas, até mais que a própria palavra “ciência”, o que já nos antecipa a existência de uma relação de determinação no âmbito do pro-

²² Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>. Acesso em 12 de jan.2015.

grama, de modo que o sentido de ciência já vai sendo esboçado, sobredeterminado de tal modo pelo sentido de tecnologia, que as “ciências” não tecnológicas não podem ser assim consideradas.

Nota-se, na lista, uma tensão entre as áreas consideradas “ciência” e aquelas que não o podem ser, dada a determinação por “tecnologia”, tensão essa pautada por uma disputa política marcada não só pelo direito de significar no Ciência sem Fronteiras, mas também pela legitimidade de suas práticas e pelo direito de dizer no discurso científico em geral. Ao definir quem pode participar dos editais de bolsa, define-se também quem não pode participar; e isso nos permite dizer, então, que as áreas excluídas, como as ciências humanas, significam nesse contexto justamente por sua exclusão, não somente como aquilo que falta, mas sobretudo como aquilo que significa justamente por estar ausente.

Vemos operar aqui o que Orlandi postulou como o funcionamento do silêncio, enquanto produtor de sentidos; que não se confunde com o implícito, já que este se manifesta quando o não dito remete ao dito. Esse silêncio, o constitutivo, segundo a autora (ORLANDI, 2007, p.72) “é o não dito necessariamente excluído. Por meio dele, apagam-se os sentidos que se quer evitar.” Desse modo, trazendo a exclusão de certas áreas do conhecimento da lista de prioritárias do Ciência sem Fronteiras, temos que as áreas excluídas não significam como o que falta, um vazio, mas constituem uma instância significativa cujo sentido é possível justamente porque o silêncio constitutivo põe em funcionamento aquilo que é preciso ser não dito para poder dizer algo, significar algo.

A partir do momento em que as ciências humanas passam a significar no âmbito do programa não por fazerem parte das áreas elegíveis, mas justamente por estarem de fora da lista, como dissemos acima, não são só os sentidos de ciência – e do que pode ser assim considerado – que se produzem; produz-se, também, um sentido de “não-ciência”. No entanto, esse sentido não se constrói, até esse ponto, textualmente como acontece com aquelas que são consideradas ciências, mas ainda que pareça que as ciências humanas estão significando aí implicitamente, não é esse o caso.

Na seção “Inscrições e resultados”, mas especificamente nos editais de Doutorado Sanduíche, por sua vez, a exclusão das ciências humanas é explícita, como se vê no trecho reproduzido a seguir:

Verifique antes se o seu projeto enquadra-se às **Áreas Prioritárias** do Programa Ciência sem Fronteiras e assinale a opção correspondente no formulário. As áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Artes (Clássica) não são áreas elegíveis [grifo nosso]²³.

Além de trazer a exclusão explícita das Ciências Humanas, Sociais e Artes Clássicas, o edital se refere às áreas listadas como “áreas prioritárias” do programa Ciência sem Fronteiras, e não mais como “áreas contempladas”, conforme aparece em outros textos do programa. O sentido de prioridade entra em contradição com o sentido de “contempladas” e também com a forma como a lista dessas áreas é textualizada, e essa contradição se dá na medida em que a lista é uma enumeração exata, que não deixa espaço para a eleição de áreas que não estejam nela explicitadas, sequer em segundo plano -vide a ausência de expressões como “*etc*”, “*dentre outras*”. O efeito de sentido que se produz ao listar áreas como prioritárias, é que elas terão vantagem diante de outras que, por sua vez, podem ser eleitas em algum momento; efeito de sentido que contradiz a afirmação, presente no trecho apresentado, de que as Ciências Humanas, Sociais e Artes Clássicas não são elegíveis.

Outro trecho, retirado de um edital de Graduação- Sanduíche na Alemanha, refere-se às áreas de outra maneira, tal como segue²⁴:

1.2 O Programa tem como objetivos específicos:

- I. Oferecer oportunidade de estudo a discentes brasileiros em universidades de excelência, bem como oferecer a possibilidade de estágio programado de pesquisa ou inovação tecnológica com acompanhamento;
- II. Permitir a atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas, possibilitando o acesso de estudantes brasileiros a instituições de elevado padrão de qualidade, visando complementar sua formação técnico-científica em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do Brasil;

(...)

- V. Possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica altamente especializada.

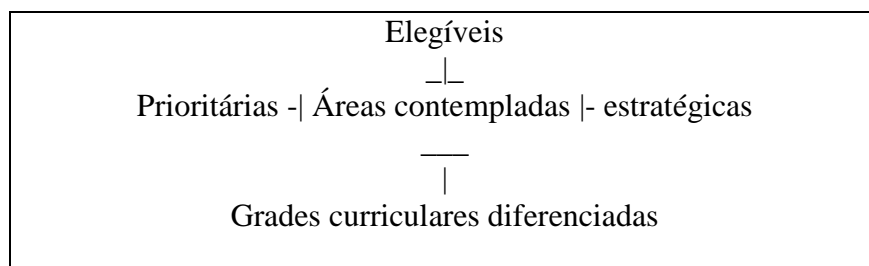
No trecho vemos que as áreas contempladas são reescritas por substituição, pelas expressões “grades curriculares diferenciadas” e “áreas prioritárias e estratégicas para o

²³ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/doutorado-sanduiche1>. Acesso em 22 de fev. 2015.

²⁴ Graduação-Sanduíche Alemanha: Chamada pública programa Ciência sem Fronteiras/Serviço Alemão de Intercâmbio – DAAD nº157/2013. Disponível em: << <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/381035/Edital-CsF-157-2013-Alemanha-2dez13.pdf>>> Acesso em 27 de mai.2016.

desenvolvimento do Brasil”. A primeira reescritura remete a tais áreas como disciplinas, trazendo uma perspectiva acadêmica, remetendo ao ambiente escolar/universitário. Na segunda reescritura, por sua vez, novamente aparece o sentido de prioridade, mas dessa vez determinado pelo sentido de estratégia e desenvolvimento, o que evidencia o cunho utilitarista do programa e contribui para a consolidação de uma designação de ciência que inclui certas áreas e exclui outras pela sua relação com demandas sociais ou, nesse caso, pela sua contribuição com o desenvolvimento do país. Essa perspectiva que prima pela “utilidade” dos conhecimentos produzidos pode ser observada no item V do mesmo trecho que, referindo-se às áreas contempladas, traz que o objetivo do programa é “possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica”, ou seja, a formação de mão de obra especializada.

Assim, a contradição existente entre as diferentes reescrituras de “áreas contempladas” nos textos do programa evidencia que, além de o Ciência sem Fronteiras delimitar e restringir o sentido de ciência, o programa ainda dialoga abertamente com demandas da economia e mercado do país e propõe um tipo de formação de mão de obra especializada, para atender, também, as demandas do mercado. Desse modo, o Domínio Semântico de Determinação que evidencia essas relações, e os sentidos de “áreas”, é o seguinte:



Na medida em que o programa se diz voltado às ciências e traz, de antemão, as áreas que podem ser eleitas em seus editais, as relações entre essas determinações de “áreas contempladas” e o que vem a ser entendido como ciência nesse âmbito se estreitam e, em determinados momentos, se tocam, como veremos.

Voltando ao recorte do edital de Doutorado Sanduíche, vemos que, ainda que o edital se refira às áreas excluídas como “ciências” – “As áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Artes (Clássica) não são áreas elegíveis” - essa designação não parece conter o mesmo sentido de ciência que contêm as áreas listadas, principalmente se

pensarmos nos sentidos de “estratégia” e “desenvolvimento do país”, presentes do DSD acima. Se as Ciências Humanas e Sociais não são contempladas por um programa cujo objetivo é consolidar e expandir a ciência do país, justamente, é porque os sentidos de ciência valorizados e veiculados por esse programa parecem ser diferentes daqueles que determinam as áreas excluídas. E essa exclusão, que se mostra através do funcionamento do silêncio constitutivo, como vimos, mas também textualmente no caso da Chamada para o Doutorado Sanduíche, permite que voltemos a pensar nas fronteiras do CSF e a forma como vão sendo ressignificadas – questão a que voltaremos adiante.

Considerando o recorte de alguns trechos dos editais de intercâmbio, podemos observar de que forma são constituídos os sentidos de ciência nos textos do programa, ou seja, o que é ciência e quais áreas do saber podem – ou não podem – ser assim consideradas. Tomamos como ponto de partida o fato de que “ciência” no próprio nome do programa é uma retomada da lista de áreas prioritárias, de modo que o sentido primeiro dessa palavra no corpus em questão já traz de antemão uma limitação de áreas de conhecimento que podem ser consideradas “ciência”, ou seja, há um momento em que o sentido de “áreas” e o sentido de ciência, nesse contexto, se tocam e se sobrepõem.

Assim, esse título da lista dos cursos/áreas que podem participar do programa também funciona como uma reescritura de “ciência”. pois se o programa destina-se a talentos científicos, cientistas, às ciências, como já vimos, e delimita as áreas que podem participar, é porque nesse âmbito somente essas áreas podem ser assim consideradas. Dessa forma, podemos dizer que a relação de determinação entre “ciência” e essas áreas é mútua: “ciência” determina a lista de áreas na medida em que confere a elas o estatuto científico, reescrevendo-as por condensação, e é determinada por elas na medida em que elas, ao mesmo tempo, delimitam o sentido de ciência como ao dizer que só tais áreas podem ser consideradas como ciência, mas funcionando como uma reescritura por expansão. O DSD que representaria essa relação de determinação seria:

<p>Ciência -</p> <ul style="list-style-type: none"> Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos. 	<p>- Áreas contempladas</p>
--	------------------------------

Na busca por apreender os sentidos de ciência produzidos no e pelo programa Ciência sem Fronteiras, consideramos que essa determinação por “áreas contempladas” e pela lista é o que subjaz todas as outras relações de determinação e a designação da palavra, na medida em que quaisquer outros sentidos incidem sobre as relações de sentido explicitadas acima.

Tomemos agora um trecho da seção “O Programa – o que é?”, do website, com algumas diretrizes do Ciência sem Fronteiras:

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação²⁵ [grifo nosso].

Aqui podemos observar que o programa promove bolsas de intercâmbio para o exterior (a “fronteira” que funciona aqui ainda é a geográfica, territorial), para que os candidatos eleitos mantenham contato com tecnologia e inovação. Tanto no trecho citado, como em toda a seção “O programa, o que é?”, a palavra “ciência” só aparece no nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e em nenhum momento aparece quando da apresentação do programa e de como ele funciona. A menção às áreas eleitas é feita por meio das palavras “tecnologia” e “inovação”; mas, considerando que o nome do programa não é Tecnologia e Inovação sem Fronteiras, vemos que “ciência”, é cla-

²⁵ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 22 de fev.2015.

ramente retomada nesse ponto, mas por outras palavras, o que caracteriza uma reescrituração por substituição. Tal como nos disse Guimarães (2007), a procedimento de reescrituração nada mais é que uma operação de predicção, mas não aquela que é própria do enunciado, entre um sintagma nominal e um sintagma verbal, e sim como uma expressão que se reporta a outra, atribuindo-lhe sentido. O que vemos, então, é uma ciência predicada por “tecnologia” e “inovação”.

Assim, essa relação de determinação (“ciência” sendo determinada por “tecnologia” e “inovação”) poderia ser assim apresentada, com base nos procedimentos teórico-metodológicos postulados por Guimarães (2007):

Tecnologia -| Ciência |- Inovação

Na mesma seção “O Programa”, subseção “Objetivos”, temos o seguinte:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil²⁶ [grifo nosso].

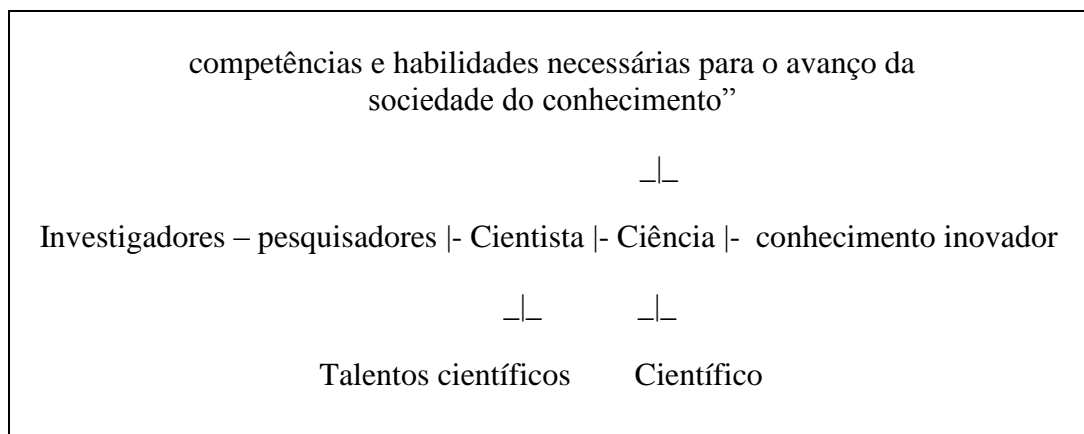
Novamente, a palavra “ciência” não aparece, só aparecem duas palavras derivadas por sufixação, “cientista” e “científico”. Além de serem palavras derivadas de *ciência*, são também determinadas por ela, na medida em que alguém ou algo só pode ser cientista e científico respaldado por alguma prática ou característica ligada à ciência. “Cientista”, por sua vez, determinaria “pesquisadores” e “investigadores” - que podemos tomar como sinônimos - e “talentos científicos”, na medida em que não é qualquer

²⁶ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acesso em 23 de fev.2015.

pesquisador ou investigador que pode ser eleito para o programa, somente podem os que se dedicam ao que o programa define como ciência, portanto, cientistas.

“Ciência” não aparece no trecho, mas dentre os objetivos do programa está o de “Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento”, do qual podemos dizer que “competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento” é , também, uma reescritura por expansão de “ciência”, de modo que não só determina, como expande o seu sentido, de modo a significar que os conhecimentos científicos são necessários no paradigma da sociedade atual – trazida como “sociedade do conhecimento”, que preza por soluções inovadoras e tecnológicas e depende delas para avançar, para progredir, continuar a se desenvolver. Essas “competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento” são reescritas posteriormente, por definição, como “conhecimento inovador“, trazendo sentidos de que é necessário esse tipo de saber, que inova, que possibilita a criação de novos produtos para que a sociedade se desenvolva.

Desse modo, para o trecho citado, teríamos o seguinte Domínio Semântico de Determinação:



São sentidos que trazem sempre a ciência sob uma perspectiva de futuridade, predicada pela novidade, e que levaria a sociedade a desenvolver-se com base no novo. Desse modo, se há sentidos de ciência que se produzem a partir dessas determinações, novamente há algo que funciona aí pela ausência, por meio do funcionamento do silêncio constitutivo e em oposição a esse sentido de novidade, que levaria ao avanço da sociedade. Significando de forma latente estão as áreas que, por não aparecerem na lista de áreas contempladas pelo programa, não são determinadas por esses sentidos de ino-

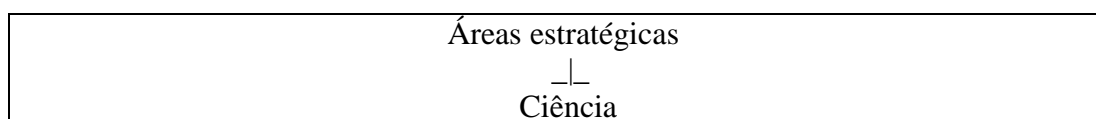
vação, por antonímia, podem estar funcionando enunciativamente aí como áreas que representam o contrário da novidade e do avanço: como obsoletas e como um retrocesso.

Esse ponto de vista pode ser corroborado pelo seguinte trecho, presente em outra subseção de “O programa”, na qual temos acesso às modalidades de bolsas concedidas, tanto no Brasil quanto no Exterior. Considerando o edital de Doutorado Pleno no exterior, vemos, logo no início da descrição, o item “Finalidade”:

Formar doutores no exterior em instituições de reconhecido nível de excelência, em áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica e naquelas estratégicas definidas pelo Conselho Deliberativo do CNPq²⁷. [grifo nosso]

Nesse trecho, “ciência” aparece reescrita, por definição, como “áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica”. Essa determinação por “vanguarda científico-tecnológica”, assim como as reescrituras anteriores, trazem as áreas contempladas pela Ciência sem Fronteiras como modernas e como possibilidade de modernidade e avanço da sociedade. Desse modo, as ciências que não são inovadoras e tecnológicas, e que significam nesse trecho pela sua ausência e pelo funcionamento do silêncio constitutivo, não só não aparecem determinadas pelos sentidos de novidade e avanço, mas sobretudo passam a se significar aí, por antonímia, como “ciências atrasadas”.

A reescritura por “estratégicas” (“área” está elíptica), por sua vez, evidencia a relação estabelecida pelo programa entre demandas da sociedade e ciência, a partir de seus sentidos de novidade e avanço. “Estratégia” consiste na elaboração de algo com determinados fins e, nesse caso, podemos dizer que há um objetivo em selecionar essas áreas e, portanto, a produção de certo tipo de conhecimento e de produtos que fomentem a sociedade, mais especificamente a economia e o mercado. Assim, o Domínio Semântico de Determinação que teríamos a partir das determinações de ciência nesse trecho seria:



²⁷ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/doutorado-pleno>. Acesso em 20 de mar.2015.

—
|
áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica

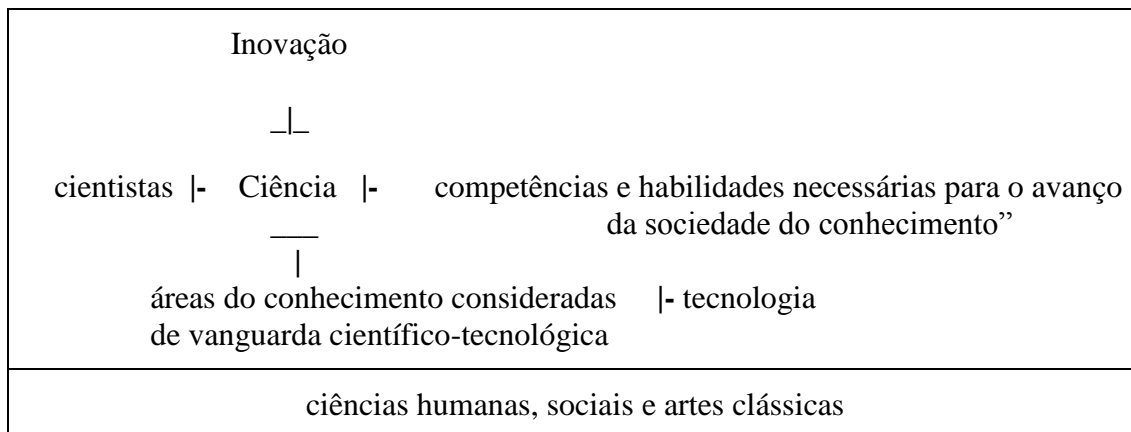
Com base nas reescrituras por nós analisadas e os Domínios Semânticos de Determinação propostos, podemos dizer que o sentido que se constrói e é reforçado no corpus é o de ciência enquanto vanguarda tecnológica e, principalmente, inovadora, que fundamental para o avanço e desenvolvimento da sociedade.

A determinação de ciência por “competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento” possibilita apreender o caráter pragmático da proposta do Ciência sem Fronteiras, que é voltado à manutenção e alimentação de um certo nicho do mercado de trabalho considerado gerador de riquezas, através da formação de mão de obra qualificada. Ou seja, é a ciência e a prática científica a serviço do que é trazido como “sociedade do conhecimento”, mas que na verdade, atenderia o setor industrial e produtivo, visto que o CsF propõe um tipo de conhecimento aplicável enquanto fomentador de tecnologia e inovação, e não a produção do conhecimento enquanto implemento para o desenvolvimento social. Esses sentidos são reforçados, ainda, pela determinação de ciência por “áreas de vanguarda científico-tecnológica”, trazendo novidade e a modernidade como fundamentais à sociedade e às demandas do setor industrial, enquanto produção de um objeto concreto e vendável.

As determinações analisadas, sobretudo pela lista de áreas contempladas pelo programa, mantém latente a limitação de certas áreas do conhecimento ao Ciência sem Fronteiras, de modo que não é qualquer área que pode ser considerada ciência e, dessa maneira, ser elegível. Em outro trecho, por exemplo, no qual ciência é reescrita por “nas engenharias, nas áreas tecnológicas e nas ciências básicas” fica novamente explícita a exclusão das “ciências” humanas, sociais e artes clássicas do programa, o que é reforçado pela reescrituração por “áreas das Ciências Exatas”, evidenciando que “ciência” são somente as áreas exatas e tecnológicas, o que está ligado à concepção de que somente tais áreas do saber fornecem soluções e aplicações ao mercado. Pode-se dizer que esta concepção, ao ser veiculada pelo programa, adquire certa legitimidade e funciona sob a forma de uma evidência, de algo incontestável.

A partir da análise que fizemos acima, poderíamos postular um único Domínio Semântico de Determinação, que mostraria a designação de “ciência” nos textos do Ci-

ência sem Fronteiras, a qual tem como reecriturações “áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica”, e cujo sentido é determinado por “tecnologia”, “inovação” e “competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento”. Além disso, o domínio mostra a exclusão das ciências humanas, as quais funcionam como um antônimo, como um tipo de conhecimento ao qual se oporiam “as ciências”, dado que no corpus analisado tais áreas não aparecem determinadas pelos sentidos de inovação e tecnologia – fundamentais para a designação de ciência.



A partir dessas considerações sobre os sentidos de “ciência”, faremos um breve retorno à questão das fronteiras.

Em um primeiro momento, a fronteira era determinada pelo sentido geográfico - relação interior x exterior, nacional x internacional, que embasava a própria noção de intercâmbio como mobilidade internacional, num movimento para fora (no caso das bolsas de Graduação e Pós-Graduação) e para dentro (no caso das bolsas para pesquisador visitante – estrangeiro), como vimos. Por se tratar de uma relação com outros países, marcada por questões políticas, temos aqui, nesse caso, um sentido não só geográfico, mas geopolítico. Isso se mostra quando se fala em “manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação”, o sentido de fronteira começa a deslizar para fora da perspectiva geográfica, pois ainda que haja, implicitamente, a consideração de um “lá” e um “cá”, o programa fala em competitividade em termos de produção científica e tecnológica, instaurando duas disputas nas quais operam o político e que não dizem respeito necessariamente a territórios nacionais. A disputa mais óbvia, mencionada, é entre sistemas educacionais de diferentes países; e a outra disputa acontece quando se especifica que a competitividade buscada é em Ciência e Tecnologia; instaurando um conflito entre essas áreas e as ciências humanas, delimitan-

do que são somente as ciências tecnológicas que colocariam o país em condição de “competir” com outros.

Diante disso, notamos que outro sentido de fronteira começa a se esboçar, mas fora do âmbito e dos discursos do Ciência sem Fronteiras, principalmente pelos questionamentos que surgem a respeito da exclusão das ciências humanas e pelas críticas que passam a nomear o programa como *Ciência com Fronteiras*. O sentido de fronteira vai deslizando para fora da perspectiva geográfica e de competição entre sistemas de ensino, e o sentido de divisão e diferença passa a ser reforçado a partir da determinação dos sentidos de ciência no âmbito do programa. Nesse caso, a fronteira significa em uma relação de disputa produzida no interior do CsF (e, portanto, em território nacional), que se refere às áreas do conhecimento elegíveis e tomadas como prioritárias nos editais.

Essa fronteira, em um primeiro momento, funcionou implicitamente tanto no próprio nome do programa quanto na relação das áreas elegíveis, que parecem trazer um sentido de ciência que se apresenta como um memorável. Nesse contexto, o funcionamento dessa fronteira era implícito porque não havia uma exclusão direta das ciências humanas; como vimos, elas significam até aí justamente por sua ausência, como “não-ciências”; porém a partir do momento em que se excluiu explicitamente tais áreas, a fronteira se torna visível.

No entanto, essa é a única ocorrência da exclusão explícita, dentre todos os textos que constituem o *discurso de* do corpus. A exclusão das ciências humanas e sociais a partir do funcionamento do silêncio constitutivo pode justificar o fato de que, nos primeiros editais do programa, os alunos de ciências humanas se inscreviam e, em alguns casos, até eram eleitos pelo programa. Isso foi possível pois, mesmo que na lista de áreas prioritárias a maior parte das áreas esteja determinada por “tecnologia”, há a área de Indústria Criativa, que, dada a ambiguidade com relação ao que possa estar significando “criativa” nesse contexto, parecia ser a única via de acesso das ciências humanas ao programa, justamente porque criatividade está ligada, principalmente pelo imaginário social, às artes (e à linguagem também).

Durante o primeiro ano de vigência do programa e antes da exclusão “formal”, por assim dizer, muitos alunos de humanidades participavam dos editais e conseguiam bolsas de intercâmbio através da inscrição na área de Indústria Criativa, aproveitando-se

da falta de uma definição clara ou devido à abrangência do que pode ser considerado como “criativo”. A área, que acabava por abrigar os cursos não tecnológicos, ou pelo menos os que atualmente são assim considerados pelo programa, como as artes, as ciências humanas e sociais, após o primeiro ano de vigência do programa passou por uma redefinição, cuja função pode ser claramente interpretada como uma restrição a certas áreas do saber. Agora a área é definida como “Indústria Criativa: voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação²⁸. Assim, se havia uma ambiguidade com relação à “criativa”, mesmo que essa palavra viesse determinando “indústria”, remetendo ao mercado e à economia e trazendo, já, uma perspectiva de utilidade enquanto aplicação ou elaboração de produtos, essa área era a única que, valendo-se do viés criativo, poderia abrigar os cursos que não são predicados pela tecnologia e inovação, como as artes, por exemplo. Com a restrição de sentido pela qual a área passou, no entanto, a exclusão das Ciências Humanas, Sociais e Artes Clássicas tornou-se definitiva.

Isso evidencia, mais uma vez, que as áreas prioritárias no programa não são priorizadas, colocadas em primeiro plano, como o nome sugere; caso assim fosse, as áreas que hoje são excluídas poderiam estar no “segundo plano” e ter chance de serem eleitas. Com o refinamento da área de Indústria Criativa, houve a exclusão formal de mais de 20 cursos dos editais, dentre eles a maioria de humanas. Com essa exclusão, aliada à lista de áreas elegíveis, “fronteira” passou a determinar negativamente o nome do programa para aqueles que defendem não só a eleição de ciências humanas, mas também o estatuto científico de seus cursos e áreas de estudo. Para esses estudantes, o programa passa a ser conhecido e referido como *Ciência com Fronteiras*. A partir desse descontentamento, teve início um movimento homônimo²⁹ que ganhou força na internet, reivindicando a participação dos cursos de ciências humanas no programa.

O sentido geográfico de fronteira, que desliza para um sentido de fronteira de conhecimento e produção científica, não só perde espaço para o sentido de disputa entre os campos do conhecimento na polêmica instaurada, como entra em contradição com este. Isso se dá porque, ao mesmo tempo em que se objetiva unificar o saber científico,

²⁸ Exclusão da área de humanas causa polêmica no Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2013/09/25/noticiasjornalvidaearte.3135472/exclusao-da-area-de-humanas-causa-polemica-no-ciencia-sem-fronteiras.shtml>>> Acesso em 01 de nov.2013

²⁹ Disponível em: <<<https://www.facebook.com/CienciaComFronteiras>>> Acesso em 11 de dez.2013

rompendo a fronteira geográfica, divide-se internamente ao país os diferentes saberes científicos, generalizados entre “ciências” de um lado e “ciências humanas” do outro.

3.4. As “não-ciências” para o programa Ciência sem Fronteiras

Como vimos, no discurso do Ciência sem Fronteiras, é possível estabelecer o sentido de “ciência” a partir de seu Domínio Semântico de Determinação. No que diz respeito às Ciências Humanas, no entanto, não há uma definição, primeiro porque essas áreas do saber significam em geral pelo funcionamento do silêncio constitutivo, pela sua ausência na lista de áreas contempladas, por exemplo; e em segundo lugar, se a exclusão se dá textual e explicitamente, como no caso do edital de Graduação Sanduíche para a Alemanha, o sentido se constrói como o antônimo do que se designa como ciência.

É no *discurso sobre* o Ciência sem Fronteiras que encontramos a nomeação de “ciências humanas”, não mais por sua ausência, ou, antes, pelo funcionamento do silêncio constitutivo, como vimos; mas textualmente e por definição. No site Avaaz de petições online, há duas delas que pedem a participação de cursos de ciências humanas no CsF, encaminhadas por estudantes para autoridades federais.

- 1) “Pela participação dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras”, de 26 de março de 2014:

(...) O Ministério da Educação defende que o programa Ciência sem Fronteiras foi criado para as **áreas das ciências básicas** como **matemática, física, química e biologia; das engenharias; das tecnológicas e de ciências da saúde**. Incabível a justificativa do MEC, uma vez que, em nenhum momento, durante a criação do Projeto, fez-se pré-estabelecida a exclusividade de alguns cursos em detrimento de outros. A decisão do Ministério transmite nos a visão de que os cursos excluídos não fazem parte da definição de "ciência" a qual se referem e, portanto, não são dignos de tais benefícios. Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, **o que elaboramos também é ciência** e muito **contribuiremos para o desenvolvimento do país** se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos.³⁰
[grifo nosso]

³⁰ Disponível em:

<https://secure.avaaz.org/po/petition/Participacao_dos_cursos_da_area_de_Humanas_no_Ciencia_sem_Fronteiras/?pv=32> Acesso em 13 de dez. 2015.

Neste trecho temos “área de Humanas” determinada por “ciência”, como produto, resultado (“o que elaboramos também é ciência”) e também por “desenvolvimento do país”, no sentido de contribuir para isso. Por outro lado, as Humanas, na medida em que são excluídas do programa, se opõem, como antônimas, àquelas que são o alvo do Ciência sem Fronteiras: “as áreas das ciências básicas”. Estas baseiam-se na aquisição de novos conhecimentos e pelo desenvolvimento de teorias. Segundo Shaw (1930 apud ALMEIDA e XAVIER, 2015), a tecnologia é controlada por elas e pelas ciências aplicadas. Dessa forma, podemos dizer que, segundo a perspectiva do autor, as ciências básicas (teoria) e as ciências aplicadas (prática) atuam na produção de tecnologia, conjuntamente. Assim, para o programa Ciência sem Fronteiras as ciências básicas também são vistas como fomentadoras do desenvolvimento do país.

As ciências básicas aparecem reescritas por definição e por expansão como “matemática, física, química e biologia; das engenharias; das tecnológicas e de ciências da saúde”, que a determina.

2) “Ciência sem Fronteiras para TODOS!” (sic):

Em 13 de dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado Izalci, realizou uma audiência pública exigindo que o Programa incluisse estudantes de **várias áreas de grande relevância para o desenvolvimento do País**. (...) Das **áreas excluídas**, muitas são **fundamentais para a competitividade do País**³¹. (...) Para que a inovação se desenvolva, a existência de um ambiente regulatório propício é fundamental, e para isso precisamos formar gestores em **políticas públicas**. Para a compreensão do processo de inovação e da atividade econômica em geral exige-se a **formação de bons economistas e contadores**. A garantia dos retornos de investimentos em inovação requer a expertise de **advogados que também defendem o direito de trabalhadores e empresas** nas várias áreas de negócios. E os impactos sociais advindos do desenvolvimento tecnológico e econômico exigem a análise e o acompanhamento de profissionais de **sociologia, psicologia, serviço social, meio ambiente** e várias outras especialidades (...).³²

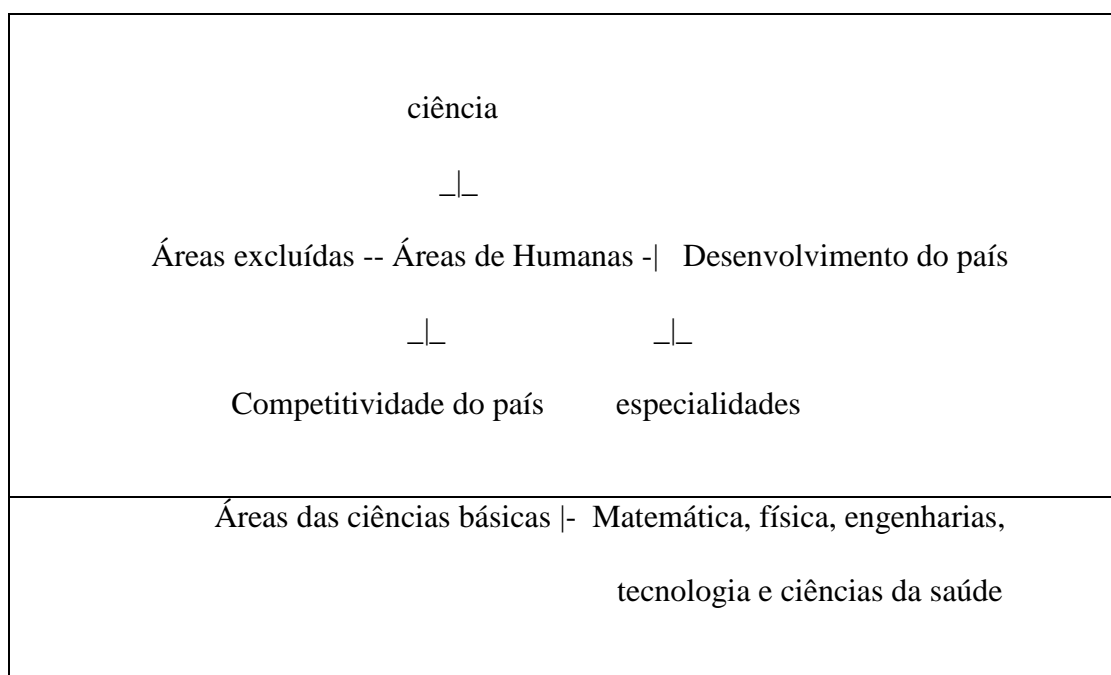
Neste trecho, por sua vez, temos “ciências humanas” reescritas por sinonímia (nesse contexto) por “áreas excluídas” e reescritas por substituição por “várias áreas de

³¹ Para entender a polêmica sobre a inclusão/exclusão das ciências humanas. Disponível em : <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2013/09/25/noticiasjornalvidaearte,3135472/exclusao-da-area-de-humanas-causa-polemica-no-ciencia-sem-fronteiras.shtml>> Acesso em 13 de dez. 2015.

³² Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Ciencia_sem_Fronteiras_para_TODOS/?pv=6> Acesso em 13 de dez. 2015.

grande relevância para o desenvolvimento do País” e “fundamentais para a competitividade do País”. Depois, o campo de conhecimento em questão aparece reescrito por exemplificação, trazendo para tanto algumas profissões, como gestores de políticas públicas”, “economistas e contadores”, “advogados”, “profissionais de sociologia”, “psicologia”, “serviço social” e “meio ambiente”, que são reescritas por condensação por “especialidades”.

Sendo assim, o DSD que constitui a designação das “não-ciências”, resultado das duas petições apresentadas é o seguinte:



Essas determinações para “ciências humanas” presentes no *discurso sobre* o Ciência sem Fronteiras são diferentes daquelas presentes no *discurso do* programa, na medida em que nesse, a partir do funcionamento do silêncio constitutivo, tais áreas do conhecimento não são consideradas como contribuintes ao desenvolvimento do país, papel atribuído às então ciências (exatas), por seu caráter tecnológico e inovador. No *discurso sobre* o CsF- do qual os Locutores X são estudantes de ciências humanas que falam do lugar de um enunciador-coletivo, visto que representam o grupo de estudantes de humanidades excluídos pelo programa, e não mais o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia à época, Aloizio Mercadante, Locutor-X do programa - esse sentido se desloca na direção de considerar essas áreas como fomentadoras da competitividade do país, mas, sobretudo, como fomentadora de uma postura reflexiva e crítica diante dos

fatos, como fica claro quando o locutor defende a importância das profissões ligadas às ciências humanas.

Concordando nesse sentido com Zoppi Fontana (2012), podemos observar que, quando se considera que somente as áreas inovadoras e tecnológicas podem ser consideradas ciência, o que se faz é colocar o passado – e também a busca por compreender a contemporaneidade – para fora desse campo e, portanto, as áreas do conhecimento que direta ou indiretamente deles se ocupam, como as ciências humanas, conforme ressalta o texto da petição “Ciência sem Fronteiras para TODOS!” (sic). Essas áreas, ainda que também tragam “ciência” na constituição de seu nome e tenham se consolidado a partir de princípios científicos, como a adoção de um objeto e métodos para analisá-lo, não são determinadas pelo sentido de inovação e tecnologia³³ de modo que, no Ciência sem Fronteiras e na perspectiva da qual ele surge e a qual ele reforça, funcionam como o oposto das ciências, por não serem determinadas pelos sentidos de inovação e avanço, como “não-ciências”.

Capítulo IV

Dos sentidos ao tempo da ciência: o CsF como espaço político

Nesse capítulo observaremos as formas de representação da temporalidade nos enunciados e de que modo tais representações contribuem não só para a constituição de um “tempo da ciência”, mas também para a construção dos sentidos de ciência, discutidos no capítulo anterior. A partir disso interessa-nos observar de que forma tais sentidos contribuem para a inscrição enunciativa de um espaço *político*, de conflito entre aquelas que são consideradas ciências e as não-ciências e como se distribuem os direitos de dizer nesse espaço.

Pudemos observar, no capítulo anterior, que o sentido de “ciência” que opera no e pelo Ciência sem Fronteiras se dá a partir de uma designação construída, em grande parte, pelos sentidos de tecnologia e da novidade. As ciências humanas, por sua vez, não são contempladas e, tampouco, definidas explicitamente nos textos do programa, elas

³³ Ao menos é dessa forma que as ciências humanas e sociais são representadas, por não serem contempladas no programa, no âmbito do Ciência sem Fronteiras.

aparecem somente como um contraponto e constituem-se, conforme vimos no DSD acima, como antônimos às áreas contempladas pelo CsF, a partir do funcionamento do silêncio constitutivo. Assim, a “ciência” contemplada pelo programa define-se não só pela oposição às Ciências Humanas ao restringir o acesso ao programa por meio de uma lista fechada de áreas elegíveis, mas sobretudo pelo caráter inovador e tecnológico e pelo seu caráter utilitarista, que claramente evidencia uma relação com a sociedade e certas demandas, como o trazem alguns trechos dos editais.

Essa configuração das ciências, em diálogo com as demandas sociais e a consequente valorização das áreas marcadas pelos sentidos e representações ligadas à novidade e à velocidade, constitui uma divisão que afeta não só a representação social dos campos do saber, mas que passa, também, a constituir condições e espaços muito próprios de produção e circulação de conhecimento.

4.1. Ciência sem Fronteiras e as representações da temporalidade: os tempos da ciência

As imagens de ciência e de cientista que circulam na sociedade se constroem não só com base em diretrizes sobre os tipos de conhecimentos a serem produzidos e na língua em que se dá essa produção, mas também baseadas nas representações da temporalidade do fazer científico. De acordo com Zoppi-Fontana (2012), essas diferentes formas de representação do tempo afetam a imagem dos diferentes campos do conhecimento, sua legitimação social, e, além disso, os próprios processos de subjetivação. No entanto, é preciso ter em mente que essas formas de representação da temporalidade devem ser compreendidas em sua relação com a memória discursiva. Essa, considerada como o “espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, se coloca enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da língua e o real da história” (Zoppi-Fontana, 2012. p.230), de modo que os sentidos, enquanto trajetos simbólicos e históricos estão, sempre, abertos a falha.

Ainda de acordo com a autora, as formas linguísticas que remetem à temporalidade se organizam em torno de eixos semânticos, que no nosso caso destacam diferentes aspectos da prática científica tal como considerada no e pelo Ciência sem Fronteiras. São eles o eixo *velocidade-ritmo*, que diz respeito às nominalizações e construções nominais que apontam para o ritmo em que se dá – ou deve-se dar – à produção científica; *direcionalidade*; aponta os sentidos de direção das práticas científicas; *aspectualida-*

de; que diz respeito à aos sentidos de duração; *novidade*; ligado aos sentidos de “novo”; *espacialidade*, que considera os espaços, os países; e *especialidade*, que diz respeito aos campos do conhecimento.

Vejamos como se organizam, no discurso do Ciência sem Fronteiras, as nominalizações que trazem os sentidos de cada eixo semântico. No entanto, não trataremos as formas de representação da temporalidade no que diz respeito ao tempo e espaço, filian-do-nos, assim, à autora supracitada. Concordando com ela, nossa interpretação conside-ra essas formas de representação como marcas ou indícios, no discurso, dos processos discursivos que determinam “a constituição do sujeito discursivo em um espaço especí-fico de memória” (op.cit. p.233). Esses eixos destacam diferentes processos e discursi-vidades presentes no discurso CsF, que definem a prática científica e que contribuem, ainda, para a constituição do sentido de ciência.

Retomamos aqui os recortes da seção *O programa*, que mostram como o Ciência sem Fronteiras é apresentado:

um programa que busca promover a **consolidação, expansão e internacio-nalização** da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasilei-ra por meio do **intercâmbio** e da **mobilidade internacional**. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para pro-mover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fa-çam **estágio no exterior** com a finalidade de manter contato com **sistemas educacionais competitivos** em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca **atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil** ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam **treinamento especializado no exterior**.

Vemos funcionar aqui o eixo da *direcionalidade*, através das nominalizações “consolidação”, “expansão” e “internacionalização” que, em consonância com os senti-dos de espacialidade, estabelece uma distribuição dos conhecimentos considerando um

“dentro” e um “fora” do Brasil, numa relação com os países de destino. O efeito de sentido que se produz é o de que a ciência e a tecnologia têm de se consolidar - pressupondo que já houve uma importação de conhecimentos – para depois se expandir e internacionalizar. Isso pressupõe um movimento de fora para dentro e outro movimento de dentro para fora: aos entrarem em contato com instituições internacionais, os estudantes brasileiros devem se apropriar do conhecimento adquirido fora e aplicá-lo na formação do pensamento científico no Brasil. Somente depois dessa fase é que se daria a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia. Tomando as expressões “intercâmbio”, “mobilidade internacional”, “estágio no exterior”, vemos que esses efeitos de consolidação e expansão apresentam-se como “efeitos já naturalizados na memória discursiva como pré-construídos”³⁴ (ZOPPI-FONTANA, 2012, p.240) no âmbito do programa, que atribui aos intercâmbios estudantis esse movimento da ciência.

Além disso, ao trazer a questão do deslocamento para fora do país, como em “treinamento especializado” ou “estágio” no exterior, e “atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil”, vemos funcionar outro eixo semântico, o eixo da *especialidade*, em consonância com o eixo da *direcionalidade*, na medida em que se estabelece um “dentro” e “fora” com relação aos países de destino do programa. Além desses dois eixos, que se pautam na própria noção de intercâmbio, o eixo da *especialidade*, que diz respeito aos campos do saber, também funciona aqui, já que essas opções de mobilidade só são oferecidas, no âmbito das políticas como o Ciência sem Fronteiras, para as áreas de tecnologia e inovação, que determinam os sentidos de ciência no programa.

Esses eixos funcionam semântica e enunciativamente a partir de nominalizações e construções nominais que, por sua vez, retomam diversas discursividades, cujas narrativas estão presentes na memória discursiva e definem a prática científica tal como concebida pelo programa Ciência sem Fronteiras. No trecho acima, as construções nominais “estágio no exterior”, “atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil” e “treinamento especializado no exterior” retomam a discursividade, marcada por um complexo de inferioridade brasileiro, da superioridade estrangeira, segundo a qual o Brasil precisa “aprender” com outros países, porque está atrasado, ou porque não produz conhecimento, de modo que precisa importa-lo de outros países. Isso se aplica tanto para a mobilidade dos estudantes brasileiros para outros países, para fazerem

³⁴ *Pré-construído* é um conceito desenvolvido por Paul Henry e Michel Pêcheux, definido “exterioridade já-dita, antes, em outro lugar, do que se diz na enunciação” (GUIMARÃES, 2010, p.70).

“treinamento especializado”, quanto para a busca em atrair pesquisadores estrangeiros para o Brasil, como se precisássemos “importar” o que há de melhor em produção científica, sejam conhecimentos, modelos de instituições ou pesquisadores.

Além disso, outras duas discursividades são retomadas quando o programa traz como sua finalidade colocar os estudantes em contato com “*sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à informação*”. Trata-se, por um lado, de um discurso que vê a produção científica como uma competição, a qual ganha quem produzir mais. Por outro lado, temos aí uma discursividade evolucionista, que coloca, como uma questão de sobrevivência – podemos considerar que no cenário político e econômico mundial – de um lado os mais fortes e de outro os mais fracos. Nesse contexto, o efeito de sentido que se produz é o de que nos espaços de produção e circulação do conhecimento científico vence o mais competitivo e, acima de tudo, o mais forte.

Em outro trecho do site, temos os objetivos do programa melhor especificados, conforme podemos ver abaixo:

Objetivos

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para **o avanço da sociedade do conhecimento;**
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em **instituições de excelência no exterior;**
- Promover a **inserção internacional das instituições brasileiras** pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- **Ampliar o conhecimento inovador** de pessoal das indústrias tecnológicas;
- **Atrair jovens talentos científicos e investigadores** altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Novamente temos funcionando o eixo da *espacialidade*, com “*instituições de excelência no exterior*”, “*inserção internacional das instituições brasileiras*” e “*atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados*“, que retomam novamente uma discursividade de superioridade estrangeira.

Além desse eixo, temos também o funcionamento do eixo da *direcionalidade*, presente nas construções “*o avanço da sociedade do conhecimento*”, “*ampliar o conhecimento inovador*”, estabelece uma direção para o conhecimento, e é significado por uma projeção de futuro, na medida em que nos são apresentadas as necessidades de ampliar certos conhecimentos para que eles levem ao avanço da sociedade. Esse eixo funciona em consonância com o eixo da *novidade*, à medida que o conhecimento a ser ampliado é o “*inovador*”, ou seja, o conhecimento que traz o novo, a novidade.

Essas construções nominais retomam uma discursividade positivista, que defende o progresso da ciência, o que, para essa perspectiva, não se trata somente de ampliar os conhecimentos, trata-se de ampliar os conhecimentos inovadores, que determinam, como vimos, o sentido de ciência no âmbito do Ciência sem Fronteiras. E dessa forma, ao fazê-lo, contribui-se para o avanço dessas áreas do saber, que determinam, também, o sentido de “*sociedade do conhecimento*”.

A sociedade do conhecimento está relacionada à constituição da sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento é visto como importante para o progresso da sociedade (FULLER, S.,2001; OCDE, 2004 apud ROMEIRO, P.,2010). No contexto atual, segundo Romeiro (2010), está em curso uma intensificação dos fluxos de conhecimento e da escala em que esses são produzidos, de modo que ocorre uma alteração não só na natureza do desenvolvimento, mas também da competitividade, diretamente relacionada a uma capacidade de criar, divulgar e aplicar o conhecimento, agora em tempo real. E o Ciência sem Fronteiras, em seus discursos, projeta uma sociedade do conhecimento baseada no conhecimento inovador e tecnológico, como os únicos capazes de contribuir para o progresso dessa sociedade. Esta, aliada à própria configuração desse paradigma de saberes produzidos em tempo real, já traz ela própria uma noção de tempo e velocidade.

No documento oficial de lançamento do Ciência sem Fronteiras pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação podemos notar um funcionamento semelhante dos eixos semânticos, principalmente os eixos da espacialidade e da especialidade. Seguem, abaixo, três recortes:

1. Capa do documento de lançamento do programa



CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

UM PROGRAMA ESPECIAL DE MOBILIDADE INTERNACIONAL EM
CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÃO

Aloizio Mercadante

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia



Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Julho 2011



2. Ranking de produção científica e Inovação

Produção Científica

Países com maior
participação percentual em
relação ao total

1	EUA
2	CHINA
3	Reino Unido
4	Alemanha
5	Japão
6	França
7	Canadá
8	Itália
9	Espanha
10	Índia
11	Coreia do Sul
12	Austrália
13	Brasil
14	Holanda
15	Rússia

Fonte: Institute for Scientific Information

Inovação

Ranking Global de
Inovação

1	Suíça
2	Suécia
3	Singapura
4	Hong Kong
5	Finlândia
6	Dinamarca
7	EUA
8	Canadá
9	Holanda
10	Reino Unido
29	China
47	Brasil
56	Rússia

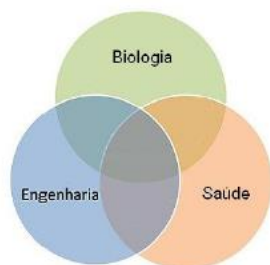
Fonte: The Global Innovation Index 2011

3. Seleção das universidades estrangeiras.

Seleção das Universidades Estrangeiras

Os estudantes e pós-doutores do Ciência sem Fronteiras terão o seu treinamento nas melhores instituições disponíveis, prioritariamente entre as 50 mais bem classificadas nos rankings da *Times Higher Education* e *QS World University Rankings*.

As Universidades selecionadas podem ser visualizadas por área de conhecimento ou região geográfica.



Nesses recortes é possível atestar o funcionamento dos eixos semânticos da *especialidade* e o eixo da *especialidade*, como dissemos. O primeiro, nominalizado no recorte 1 como “*mobilidade internacional*”, no recorte 2 como os nomes dos países de destino, e no recorte 3 como “*região geográfica*”, é reforçado pela imagem do mapa mundi. Dessa forma, a questão do espaço significando nesse eixo apresenta-se como uma evidência, algo inquestionável quando falamos de intercâmbio e mobilidade estudantil.

O segundo eixo, da *especialidade*, reforça as nossas considerações no que diz respeito à valorização, seletiva, voltada a certas áreas do conhecimento, as quais são eleitas pelos editais de intercâmbio do Ciência sem Fronteiras com exclusividade. No recorte 1 os campos do saber aparecem reescritos, condensados, por “*ciência, tecnologia e inovação*”, ao passo que no recorte 2, aparece “*produção científica*” e “*inovação*” (que se referem a coisas distintas, como veremos adiante, mas que apontam, de qualquer maneira, para certas áreas do conhecimento). Por fim, no recorte 3, a imagem coloca lado a lado as três grandes áreas do saber elegíveis, “*Biologia*”, “*Engenharia*” e “*Saúde*” (que reescrevem por condensação a lista de áreas prioritárias do programa). O mapa mundi, funcionando aí como o eixo semântico da *direcionalidade*, ao ser justaposto com a imagem que mostra o entrecruzamento das três áreas, sugere, como efeito de sentido, a presença desses três campos do saber no mundo.

Essas construções nominais organizam argumentativa e semanticamente os textos do Ciência sem Fronteiras, reforçando os sentidos de ciência que se produzem e explicitando as discursividades que subjazem a eles. Por isso, no discurso do programa, a partir das reescrituras e das relações de determinação de “ciência”, vemos retomadas a discursividade positivista, de progresso da ciência, e a discursividade evolucionista, por exemplo, a partir do discurso de competitividade, que privilegia o mais forte; nesse caso, o melhor candidato, e o melhor país a nível mundial. Essas discursividades aparecem numa perspectiva que podemos textualizar da seguinte forma: o progresso da ciência só é possível com base em determinadas áreas do saber, em função de sua internacionalização. Portanto, de acordo com o discurso do Ciência sem Fronteiras o progresso do país só será possível por meio do progresso da ciência brasileira, determinada pelos sentidos de inovação e tecnologia, e cujos representantes (os estudantes selecionados) devem estar em contato com instituições de ensino de ponta, fora do país.

Assim, no contexto do programa, internacionalizar a ciência brasileira não é projetá-la, levá-la do Brasil para outros países, num movimento de dentro pra fora. O Ciência sem Fronteiras exporta os seus estudantes, como instrumentos, de modo a importar a ciência, seja na forma de conhecimento, de cientistas, ou modelos de formação.

4.2. O Ciência sem Fronteiras como espaço de enunciação

A produção de conhecimento se organiza em espaços e modos específicos na sociedade, em diferentes instâncias, e o Ciência sem Fronteiras funciona como um lugar de observação a partir do qual podemos ver materializada essa organização, principalmente no que diz respeito à relação de disputa entre as diferentes áreas do saber e a valorização de algumas em detrimento de outras. Não se trata somente de eleger determinados campos do saber em seus editais ou de reforçar o imaginário social sobre ciência, trata-se de colocar ciências e não-ciências em uma disputa pelo direito de dizer, constituindo-se, portanto, como um espaço político.

Ao instaurar uma disputa pela palavra, e, ainda que se trate de um conflito inevitável, o político é, por um lado, necessário, pois é ele que fundamenta e regula as relações sociais; e, por outro, incontornável, pois o homem fala e assume a palavra, por mais que lhe neguem assumi-la. Assim, o político se constitui por um contrassenso, uma “contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2005,

p.17), dos que buscam seu pertencimento diante da divisão desigual do real. E assim, ele, o real, se divide e redivide continuamente, na manutenção dessas relações de pertencimento e não-pertencimento a partir do funcionamento do político.

Nesses espaços, pertencimento e disputa pela palavra se dão a partir de procedimentos regulados e homogeneizadores. No caso do discurso do Ciência sem Fronteiras, o político se reduz a uma normatividade, que regula o tipo de conhecimento a ser produzido e valorizado, a partir do estabelecimento de uma lista de áreas elegíveis que, determinadas pelos sentidos de inovação e tecnologia, são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país, de modo que constituem-se como um tipo de conhecimento cuja produção se impõe como norma. Essa imposição recorta e se justifica pelo memorável de que são essas as áreas ligadas a profissões de sucesso. Além disso, a normatividade funciona também no que diz respeito a quem produz esse tipo de conhecimento, cujo perfil também está ligado e determinado pelos sentidos de sucesso, como evidenciam os requisitos dos candidatos do programa, reproduzidos a seguir³⁵:

Para participar, o candidato deve cumprir alguns pré-requisitos, tais como:

- Estar regularmente matriculado em curso de nível superior nas áreas e temas indicados na chamada, sendo permitida a identificação de apenas uma única IES;
- Ter nacionalidade brasileira;
- Ter integralizado no mínimo 20% e, no máximo, 90% do currículo previsto para seu curso, no momento do início previsto da viagem de estudos;
- Apresentar perfil de aluno de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico segundo critérios da IES;
- Teste de proficiência no idioma aceito pela instituição de destino.

Será dada preferência aos candidatos que foram agraciados com prêmios em olimpíadas científicas no país ou exterior; ou que tiverem tido ou estejam usufruindo de bolsa de iniciação científica ou tecnológica do CNPq (PIBIC/PIBITI) ou do PIBID da CAPES.

Para concorrer às bolsas do Ciência sem Fronteiras, os candidatos devem ser brasileiros, universitários e estar matriculados em um curso nas áreas prioritárias do programa. Considerando o trecho acima, vê-se que o que se espera desses candidatos é um perfil de excelência, perfil de um “aluno de sucesso”: em primeiro lugar pelo pertencimento às áreas valorizadas e concebidas como ciência pelo programa, e também pelo “bom desempenho acadêmico” e proficiência na língua exigida pela instituição no exterior. No entanto, o que mais chama a atenção é a observação feita fora do que aparece listado como pré-requisito, segundo a qual terão preferência os candidatos que te-

³⁵ Países e parceiros – Coreia do Sul. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/apresentacao10> > Acesso em 14 de fev. 2016.

tenham sido agraciados por prêmios em olimpíadas científicas e que tenham – ou tenham tido – bolsas de iniciação científica – do CNPq – ou de iniciação à docência/PIBID – da Capes. Além da normatividade presente no trecho, que regula o acesso ao programa levando em consideração perfis de destaque ainda na escola (mediante prêmios em olimpíadas científicas) ou na graduação, a menção a bolsas de iniciação à docência parece uma contradição com relação aos sentidos de ciência e à própria configuração do programa.

Em nenhum momento são mencionados cursos de licenciatura nos textos de apresentação do programa ou nos editais de intercâmbio, mesmo no que se refere às licenciaturas em ciências puras, como química e física. Essa questão parece-nos ressaltar a falta de valorização do programa aos cursos que não são voltados à produção de tecnologia e inovação, enquanto produtos vendáveis, pois mesmo os cursos de licenciatura em ciências não são admitidos no programa enquanto áreas que formam professores, em diálogo com a Pedagogia, e cuja experiência comprovada pelo PIBID, por exemplo, só é válida para uma análise de títulos e produtividade, e nos intercâmbios serão direcionadas a “ampliar o conhecimento inovador do pessoal das indústrias tecnológicas”, como trazido no trecho “O Programa – Objetivos”, já citado.

Assim, na medida em que o programa tem uma lista de áreas elegíveis e um perfil determinado dos candidatos, ele se constitui como um espaço político-normativo, materializando a disputa pelo direito de dizer e as relações de pertencimento/não pertencimento. Com isso, o Ciência sem Fronteiras passa a funcionar como uma lente de aumento para espaços de circulação de conhecimento científico mais amplos, e enquanto espaço político reforça a dicotomia ciências x não ciências, restringindo as áreas e estabelecendo o tipo de profissionais “merecedores” de investimentos e valorização. Define-se, portanto, não só um perfil, mas uma imagem ideal de cientista - e de ciência, que, envolvendo financiamentos e concessão de bolsas, diz respeito a divisão entre conhecimento irrelevante e conhecimento relevante para o que o programa traz como “o avanço da sociedade do conhecimento”, determinado, como vimos, pelos sentidos de inovação e tecnologia.

Nesse espaço vemos que essa disputa política pela palavra, no âmbito do programa - e nos espaços de produção e circulação do conhecimento científico que ele projeta - não está inscrita somente na produção dos discursos que aí circulam. Os conflitos

entre os que buscam o pertencimento e a contradição da normatividade típicos desse espaço estão relacionados a diversas questões normativas aí presentes, como mostramos, e que além dessas questões das áreas do conhecimento e os processos de subjetivação que se dão; colocam-se a questão dos espaços, que são também territoriais, de Estados; e a questão das línguas, que perpassam todo o processo de produção e circulação do conhecimento.

Os textos que compõem esse espaço político, enquanto narrativas que recortam determinadas discursividades, constituem-se como acontecimentos enunciativos, cuja temporalidade se constrói pelo funcionamento da língua numa relação com outras línguas e com os falantes. Nota-se, no entanto, que essa relação é também uma relação de disputa, e a exigência de determinadas línguas em detrimento de outras não é casual, ou ligada somente a uma questão de Estado - na medida em que, se assim fosse, as línguas exigidas seriam as línguas-oficiais dos países de destino, e não é o caso. Trata-se de uma escolha política, de acordo com a definição dada por Guimarães (2002), como algo que é próprio da divisão que afeta o acontecimento da enunciação e a linguagem.

Ao mobilizar politicamente essas línguas e, portanto, os seus falantes, o *Ciência sem Fronteiras* constitui-se como um *Espaço de enunciação*, ou seja, como um espaço de funcionamento de línguas que se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, e se transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, e, segundo Guimarães (2002), constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui os papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. Não se trata, pois, de uma relação empírica entre língua e falante, trazendo somente uma questão de língua materna; trata-se, sobretudo, da relação política, normatizada e conflituosa, presente nesse espaço de enunciação que divide não só as línguas, em sua distribuição, mas que divide os falantes em sua relação com as áreas do conhecimento. Por isso, a enunciação não se constitui como uma prática individual, subjetiva, e nem sob uma perspectiva estratificada, mas sim como uma prática política. Enunciar é assumir a palavra no espaço de enunciação e, no caso do CsF, é poder dizer no espaço de produção e circulação do conhecimento científico.

No discurso do *Ciência sem Fronteiras*, a saber nos editais de intercâmbio, é possível observar o funcionamento do político no que diz respeito às línguas cuja domí-

nio é requerido. Se observarmos a exigências de certificados de proficiência dessas línguas nos pré-requisitos, veremos que a grande maioria dos países e instituições exige o conhecimento da língua inglesa. Vejamos uma pequena amostra da exigência da proficiência das línguas no programa e sua distribuição em relação aos países de destino, retirada das Chamadas para Graduação-Sanduiche³⁶:

- **Alemanha:** Comprovar proficiência no idioma alemão por meio do certificado OnDaf com classificação de no mínimo B2;

- **Austrália:** Teste de proficiência no idioma aceito pela instituição de destino: língua inglesa. No caso das universidades do G08: apresentar teste IELTS (Academic - International English Language Testing System);

- **Canadá:** a) No caso das universidades de língua inglesa: apresentar certificado IELTS (International English Language Testing System);

b) No caso das universidades de língua francesa: Apresentar teste de proficiência em língua francesa: diploma DALF (Diplôme Approfondi de Langue Française) ou DELF (Diplôme d'Études en Langue Française);

- **Coréia do Sul:** Teste de proficiência no idioma aceito pela instituição de destino. No caso das universidades de língua coreana da KFPP – *Korean Foundation for the Promotion of Private School*, apresentar teste de inglês nas opções TOEFL (*Test of English of Foreign Language*) nas categorias iBT (Internet Based Test), PBT (*Paper Based Test*) ou CBT (*Computer Based Test*), IELTS (*International English Language Testing System*), TOEIC (*The Test of English for nternational Communication*);

- **Estados Unidos:** Apresentar teste TOEFL (Test of English as Foreign Language) na modalidade iBT (Internet Based Test), ou IELTS (International English Language Testing System);

- **Holanda:** Apresentar teste TOEFL (Test of English as Foreign Language) nas modalidades IBT (Internet Based Test (...)) ou IELTS;

³⁶ Dados retirados do site do Ciência sem Fronteiras. Disponível em: << <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/inscricoes-resultados>>> Acesso em 14 de jul. 2013.

- **Reino Unido:** Teste de proficiência em língua inglesa: apresentar IELTS ou TOEFL.

Podemos notar que há algumas especificidades quanto às línguas exigidas. Existe uma preponderância na exigência de proficiência da língua inglesa, cujo efeito de evidência se dá se considerarmos que a maioria dos países que aparecem na lista acima têm, como sua língua materna e oficial, o inglês. Mas é justamente a exigência da língua inglesa em países dos quais ela não é nem a língua materna, nem a língua oficial, como é o caso da Coreia do Sul e da Holanda, que evidencia o funcionamento do político enquanto normatividade, marcado por relações de disputa e pertencimento. A exigência da proficiência do inglês marca uma divisão no acesso não só ao programa, mas também no acesso ao tipo de conhecimento produzido no âmbito do programa – científico – e à cultura de massa, dada a onipresença dessa língua em nosso cotidiano.

Da mesma forma que vivenciamos uma onipresença da ciência em nossa vida, conforme ressalta Zoppi-Fontana (2012), vivenciamos, também, a onipresença da língua inglesa em nosso cotidiano, sobrepondo-se a outras línguas estrangeiras, não só no âmbito das políticas estatais ou nos espaços de produção e circulação de conhecimento, como o Ciência sem Fronteiras, mas na sociedade como um todo. No caso do programa, apesar de algumas chamadas exigirem a proficiência do inglês por ele ser a língua oficial de alguns países de destino, o site do CsF explicita esta sobreposição do inglês em relação às outras línguas nos editais e sua importância no mercado e em diversos espaços de produção e circulação do conhecimento, tal como podemos ver no trecho abaixo, extraído da seção *Dúvidas frequentes*, do site:

(...) O ensino superior em alguns países como: Alemanha, China e Coreia, é total ou parcialmente realizado em língua inglesa, possibilitando a candidatura de estudantes e pesquisadores com domínio de língua inglesa para esses países. A CAPES irá oferecer cursos de inglês à distância de alta qualidade para os estudantes brasileiros já aceitos no programa³⁷;

Esse trecho explicita esse caráter da língua inglesa: três países cujas línguas oficiais não são o inglês, mas que apresentam como exigência a sua proficiência, na medida em que os cursos são parcialmente realizados em inglês. Isso demonstra que em espaços plurilíngues, essa língua se destaca para intercuro e comunicação em determina-

³⁷ Dados retirados do site do Ciência sem Fronteiras. Disponível em: << <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/duvidas-frequentes>>> Acesso em 24 de jul. 2013.

do contexto, portanto, como língua franca, definida por Guimarães (2005b) como aquela que é falada por falantes de diferentes línguas. Por funcionar como língua franca nos espaços de produção e circulação de conhecimento científico, como a língua de comunicação entre os cientistas, o inglês pode ser considerado a “língua da ciência”, e à medida que se constitui como tal, a língua inglesa não só possibilita a circulação do conhecimento, como também determina os processos de subjetivação e agenciamentos enunciativos no âmbito do Ciência sem Fronteiras e quaisquer outros espaços de produção e circulação de conhecimentos.

No entanto, ao se sobrepor como a língua da ciência, o inglês silencia outras línguas e os processos de subjetivação que se dão em função delas, de modo a produzir uma barreira para os direitos de dizer nos espaços científicos, demonstrando seu caráter normativo e produzindo conflitos e litígios, resultando numa busca pelo pertencimento, que levaria, por exemplo, ao direito de tomada da palavra nesses espaços.

Na notícia “*IELTS e TOEFL se destacam dentre os exames de proficiência*”, presente na seção *Notícias* do site, também fica clara a posição privilegiada que a língua inglesa ocupa não somente no Ciência sem Fronteiras, mas em outros espaços de produção e circulação de conhecimento:

“Ter um certificado de proficiência em língua inglesa reconhecido internacionalmente é algo que todo estudante deve estabelecer como objetivo”, afirma o professor Denilso Lima. (...) “No mercado de trabalho e no mundo acadêmico, ter uma certificação internacional faz toda a diferença”, explica.³⁸

O inglês é colocado como um requisito importantíssimo para o sucesso acadêmico e profissional. Desse modo, o efeito que se cria, em afirmações como a supracitada, por exemplo, é de que o objetivo dos estudantes, mais do aquisição de outros conhecimentos, deve ser o domínio da língua inglesa, que se sobressai nos espaços de produção e circulação do conhecimento como “língua da ciência”.

³⁸ Dados retirados do site do Ciência sem Fronteiras. Disponível em: << [106](http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/noticias/-/asset_publisher/Dh91/content/ielts-e-toefl-se-destacam-entre-os-exames-de-proficiencia;jsessionid=9554AA2DF0C3945321FE68E8E235D15D?redirect=http%3A%2F%2Fcienciasemfronteiras.gov.br%2Fweb%2Fcsf%2Fnoticias%3Bjsessionid%3D9554AA2DF0C3945321FE68E8E235D15D%3Fp_id%3D101_INSTAN-CE_Dh91%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1>> Acesso em 24 de jul. 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Essa hegemonia do inglês nesses espaços tem a ver com o fato de que essa língua, como vimos, é a língua franca, de comunicação entre países e povos de diferentes línguas maternas e oficiais. Isso explica porque o Ciência sem Fronteiras exige a proficiência do inglês nos editais de intercâmbio para países como Coreia do Sul e Holanda, como mostramos acima. Assim, ao exigir o domínio dessa língua por ela ser, além da língua franca, a língua oficial da maioria dos países de destino do programa, evidencia que essa hegemonia não está só no nível da língua, que essa é atrelada a outra questão, que envolve territórios, política e história.

Na seção “Países e parceiros”, do site do Ciência sem Fronteiras, encontramos a lista de países de destino dos intercâmbios, que são:

- Alemanha
- Austrália
- Áustria
- Bélgica
- Canadá
- China
- Cingapura
- Coreia do Sul
- Dinamarca
- Estados Unidos
- Espanha
- Finlândia
- França -
- Holanda
- Hungria
- Índia
- Irlanda
- Israel
- Itália
- Japão
- Noruega
- Nova Zelândia
- Polônia
- Portugal
- Reino Unido
- República Tcheca
- Rússia
- Suécia
- Suíça
- Ucrânia
- Outros Países

Na lista acima, observamos como se distribuem os países de destino do Ciência sem Fronteiras: há dois países norte americanos, Estados Unidos e Canadá; sete países asiáticos, China, Cingapura, Coreia do Sul, Índia, Israel, Japão e Rússia (parte asiática); dois países da Oceania, Austrália e Nova Zelândia; e vinte e um países europeus. Todos

esses países se localizam no Hemisfério Norte, salvo pela Austrália e pela Nova Zelândia, que são países do Sul, cuja língua oficial, no entanto, é o inglês. Não há, nessa lista, nenhum país da África, da América do Sul ou da América Central (tampouco há o México, que faz parte da América do Norte). De países de língua espanhola, só há a Espanha, e de língua portuguesa, somente Portugal; ambos países europeus.

A maioria dos países desta lista não tem como sua língua oficial o inglês; entretanto historicamente vemos o seu funcionamento como língua franca entre os falantes desses países, principalmente devido à globalização. No entanto, ao lista-los como destino, aliado à finalidade do programa de manter os alunos em contato com grandes centros de pesquisa, fica evidente que são tomados como países com considerável produção de conhecimento. Sobre isso, o site traz:

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com **sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação**³⁹. [grifo nosso]

Desse modo, retomando um discurso de competitividade, o programa traz esses países como possuindo os melhores e mais reconhecidos centros de pesquisa e, a partir disso, como referências em produção de conhecimento científico, modelos a serem seguidos. Essa escolha se apoia no documento de lançamento do programa, pelo ministro à época Aloizio Mercadante, que traz o ranking mundial de produção científica e inovação, gesto que interpretamos como uma justificativa para a escolha dos países de destino dos candidatos contemplados, tal como se observa a seguir:

³⁹ Disponível em: < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/instituicoes-de-destino1>> Acesso em 17 de jan.2016.

Produção Científica		Inovação	
Países com maior participação percentual em relação ao total		Ranking Global de Inovação	
1	EUA	1	Suíça
2	CHINA	2	Suécia
3	Reino Unido	3	Singapura
4	Alemanha	4	Hong Kong
5	Japão	5	Finlândia
6	França	6	Dinamarca
7	Canadá	7	EUA
8	Itália	8	Canadá
9	Espanha	9	Holanda
10	Índia	10	Reino Unido
11	Coreia do Sul	29	China
12	Austrália	47	Brasil
13	Brasil	56	Rússia
14	Holanda		
15	Rússia		

Fonte: The Global Innovationindex 2011

Fonte: Institute for Scientific Information

40

Nessas duas listas figuram países que estão selecionados como países de destino dos estudantes do Ciência sem Fronteiras. No entanto, essa escolha e, mesmo as posições que tais países ocupam nesse ranking, apontam para outras questões, que envolve economia e política. Tomamos, para melhor ilustrar esse ponto, o mapa dos intercâmbios do Ciência sem Fronteiras, mapa mundi que mostra a distribuição dos estudantes pelos países: ⁴¹



Este mapa mostra a distribuição de alunos de graduação-sanduíche, a partir do qual podemos ver os países de destino desses alunos. Observa-se a seguinte distribui-

⁴⁰ Ciência sem Fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0217/217221.pdf> Acesso em 18 mai. 2016.

⁴¹ Bolsistas pelo mundo. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>> Acesso em 18 de fev.2016.

ção: a grande maioria dos países está no hemisfério Norte, na América do Norte, na Europa e no extremo leste da Ásia, como dissemos. No entanto, diferentemente do que pode ser observado na lista, há alguns poucos países de destino no hemisfério Sul, com uma pequena porção na Oceania e uma quantidade mínima na África e na América do Sul. Esses países do Hemisfério Sul contemplados pelo programa apresentam toda alguma especificidade que os aproxima mais dos países do Hemisfério Norte, presentes na lista de destino do Ciência sem Fronteiras, do que daqueles que são excluídos (localizados no hemisfério Sul, cujas línguas oficiais não são o inglês, cujo PIB não figura entre os maiores, etc.).

O Chile, por exemplo, único país da América do Sul contemplado pelo programa Ciência sem Fronteiras, detém o melhor desempenho da América do Sul no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e é, também, o único que possui uma educação privada, inclusive nas escolas públicas, onde são poucos os alunos que não pagam nada⁴². Essa configuração da educação é reflexo da grande influência do setor privado no país. A África do Sul, por sua vez, é o único país do continente africano selecionado como destino dos estudantes, e do qual uma das línguas oficiais é o inglês – ainda que essa não seja a língua materna dos sul-africanos. Esse estado nacional, cujo ensino superior enfrenta hoje muitos desafios, ainda que seja um país em desenvolvimento, é a maior economia africana⁴³. E quanto à Austrália e a Nova Zelândia, temos aí dois países anglófonos e cujas economias figuram dentre as maiores do mundo, como veremos a seguir.

Se considerarmos os aspectos econômicos, treze países dentre os listados estão presentes entre as maiores economias do mundo, em um ranking de maiores PIB do ano de 2014, como vemos na tabela abaixo⁴⁴. Das quinze maiores economias, que podem ser observadas abaixo, só não estão dentre os países de destino do Ciência sem Fronteiras o México e a Indonésia, países cujas línguas oficiais são o espanhol e o indonésio, respectivamente, o primeiro localizado na América do Norte e o segundo no sul da Ásia, portanto, hemisfério Sul.

⁴² Fonte: Revista Educação. Disponível em: << <http://revistaeducacao.com.br/textos/173/primavera-chilena-235020-1.asp>>> . Acesso em 18 mai.2016.

⁴³ Desafios do ensino superior na África do Sul: educação para a cidadania. Disponível em: << <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-do-ensino-superior-na-afrika-do-sul-educacao-para-a-cidadania>>>. Acesso em 18 mai.2016.

⁴⁴ Maiores economias do mundo. Disponível em: <<<http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf>>> Acesso em 18 mai.2016.

Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$ - 2013-2020 – ordem decrescente de 2014)

País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EUA	1º 16,76	1º 17,41	1º 18,12	1º 18,95	1º 19,86	1º 20,76	1º 21,61	1º 22,48
China	2º 9,46	2º 10,38	2º 11,21	2º 11,96	2º 12,86	2º 13,87	2º 14,96	2º 16,15
Japão	3º 4,92	3º 4,61	3º 4,21	3º 4,34	3º 4,48	3º 4,59	3º 4,75	3º 4,93
Alemanha	4º 3,73	4º 3,86	4º 3,41	4º 3,51	4º 3,64	4º 3,78	4º 3,93	4º 4,10
Reino Unido	6º 2,68	5º 2,94	5º 2,85	5º 2,98	5º 3,14	5º 3,32	5º 3,51	5º 3,73
França	5º 2,80	6º 2,84	6º 2,47	6º 2,52	7º 2,62	7º 2,73	7º 2,86	7º 3,01
Brasil	7º 2,39	7º 2,35	8º 1,90	8º 1,92	8º 2,03	8º 2,13	8º 2,24	8º 2,35
Itália	9º 2,13	8º 2,14	9º 1,84	9º 1,88	9º 1,94	9º 2,01	9º 2,08	9º 2,17
Índia	8º 1,87	9º 2,05	7º 2,30	7º 2,51	6º 2,75	6º 3,01	6º 3,31	6º 3,64
Rússia	10º 2,07	10º 1,85	14º 1,17	12º 1,37	12º 1,52	12º 1,69	11º 1,88	10º 2,08
Canadá	12º 1,83	11º 1,78	10º 1,61	10º 1,68	10º 1,76	10º 1,85	10º 1,94	11º 2,04
Coreia do Sul	11º 1,30	12º 1,41	11º 1,43	11º 1,51	11º 1,61	11º 1,73	12º 1,86	12º 2,01
Espanha	13º 1,39	13º 1,40	13º 1,23	14º 1,26	14º 1,30	14º 1,35	14º 1,41	14º 1,48
México	14º 1,26	14º 1,28	12º 1,23	13º 1,30	13º 1,37	13º 1,46	13º 1,55	13º 1,65
Indonésia	15º 9,13	15º 8,89	15º 8,96	15º 9,52	15º 1,03	15º 1,11	15º 1,20	15º 1,30

□ Estimativa do FMI.

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015. Elaboração: IPRJ

Ainda considerando a economia, mas também a política, todos os países de destino do Ciência sem Fronteiras são membros de algum ou mais de um bloco ou agrupamento político-econômico, relacionado ao Brasil ou não. Dentre os blocos cujos países estão listados acima, temos:

- **União Europeia:** dentre os países de destino, dezesseis fazem parte da União Europeia, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, e Suécia⁴⁵.
- **NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte):** Dois dos países de destino fazem parte desse acordo, Canadá e Estados Unidos. O México também faz parte desse acordo que, no entanto, enfrenta dificuldades devido às diferenças sociais entre esse país e os dois outros.
- **Tigres Asiáticos:** Dentre os países listados, China, Cingapura, Coreia do Sul e Japão fazem parte do bloco formado por estados de industrialização recente, encabeçado por esse último, maior potência asiática.
- **APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico):** esse bloco, formado pelos países que detém a metade do PIB mundial, tem como seus representantes no Ciência sem Fronteiras a Austrália, o Canadá, o Japão, a Nova Zelândia, Cingapura, Coreia do Sul e Rússia.
- **CEI (Comunidade dos Estados Independentes):** Organização que reúne a maioria dos países que formavam a antiga União Soviética, e dentre os que estão na lista de países de destino do CsF estão Rússia e Ucrânia.

⁴⁵ União Europeia. Disponível em: << http://europa.eu/about-eu/basic-information/about/index_pt.htm>>. Acesso em 18 mai.2016.

- **G8:** Grupo dos países mais industrializados do mundo, cujos membros (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) estão listados como países de destino dos alunos do Ciência sem Fronteiras.⁴⁶
- **BRICS:** Agrupamento econômico de países emergentes, cujos membros presentes na lista de destino do CsF são China, Índia e Rússia (também faz parte o Brasil).⁴⁷
- **EFTA**(Associação Europeia de Livre Comércio): surgiu como uma oposição à Comunidade Econômica Europeia, e tem, dentre seus membros, países listados como destino do programa: Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido.⁴⁸

No caso de Israel, o país não faz parte de nenhum bloco específico, ainda que faça parte do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). No entanto, o país assinou acordos de livre comércio com a maioria das economias desenvolvidas e blocos político-econômicos, como os que listamos acima. No ano de 2010, por exemplo, entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio entre o país e o MERCOSUL, com o objetivo de competir economicamente com os Estados Unidos e a União Europeia.⁴⁹

Com base nos dados apresentados, observamos que os países de destino do Ciência sem Fronteiras, a saber, países do Hemisfério Norte e/ou anglófonos (à exceção do Chile), ao mesmo tempo, lideram o ranking de produção científica e inovação, e figuram dentre as maiores economias do mundo. Essa relação, pode ser descrita como uma relação de dupla causalidade: por um lado são países desenvolvidos e, por isso, competitivos em relação à produção de ciência e inovação, e por outro, se mantém dentre os maiores PIB do mundo justamente pelo seu desenvolvimento científico.

Levando em consideração os critérios de escolha desses países pelo Ciência sem Fronteiras e a forma como ele os designa (competitivos em produção científica, possuindo as melhores universidades), temos novamente o funcionamento do político no que diz respeito à distribuição espacial dos alunos do programa. Instaura-se uma disputa, uma divisão desigual da produção dos conhecimentos e dos discursos sobre a ciência no mundo, de modo que os hemisférios significam mais do que uma divisão geográfica,

⁴⁶ Blocos Econômicos. Disponível em: << <https://www.algosobre.com.br/geografia/blocos-economicos.html>>> Acesso em 18 mai.2016

⁴⁷ BRICS. Disponível em: << <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/bric.htm>>> Acesso em 18 mai.2016.

⁴⁸ Associação Europeia de Livre comercia (EFTA). Disponível em: << <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/efta.htm> >>. Acesso em 18 de ma.2016.

⁴⁹ Como Exportar – Israel. Disponível em: << <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXIsrael.pdf>>>. Acesso em 18 de mai.2016.

significando, sobretudo, como uma divisão entre territórios inovadores e avançados e territórios atrasados, retomando como discursividade, por um lado as noções de civilização e barbárie e, a partir disso, trazendo um sentido latente de colonização, agora sob a forma de colonização por meio de saberes que são mundialmente valorizados e tomados como possibilidade de avanço aos países em desenvolvimento.

Concordamos, nesse sentido, com Zoppi-Fontana quando a autora diz que há nesse tipo de divisão política, como um efeito de pré-construído, “uma memória temporalmente escandida que representa imaginariamente a América Latina como espaço territorial de um tempo sempre em atraso em comparação com os tempos europeus” (ZOPPI-FONTANA, 2012, p.244), produzindo um sentido de que não há centros de excelência na América Latina, incluindo Brasil, nem há política de produção de ciência integrada entre os países que a compõem. O mapa acima materializa a espacialização imaginária das práticas científicas, de modo a colocar os países do Hemisfério Sul, e não só a América Latina, como o espaço territorial que ainda não se desenvolveu científica e tecnologicamente e precisa importar conhecimento científico, enviando seus estudantes para os países do Norte, usando-os como instrumento para essa importação.

Assim, o programa reforça e constrói uma imagem ideal de ciência, pautada pela novidade e pelo diálogo com as demandas econômicas, políticas e sociais, e por processos de subjetivação nos quais os sujeitos se constituem e são legitimados como cientistas a partir do domínio de certos saberes (a “ciência”) e a língua na qual são produzidos e disseminados (o inglês), além do contato com os centros de pesquisa e espaços territoriais historicamente considerados como “a civilização”, e temporalmente considerados de vanguarda, detentores dos saberes que são – e devem ser – valorizados.

4.3. Cena Enunciativa e produção de conhecimento: demandas sociais e econômicas

Até aqui temos discutido como a sociedade não é alheia à produção de conhecimento; pelo contrário, ela não se constitui como algo externo; suas demandas dialogam diretamente com a prática científica. Isso ocorre pois a ciência e a tecnologia, conforme vimos, ocupam um lugar fundamental na vida das pessoas, que enxergam em ambas a possibilidade de ferramentas e melhorias de trabalho e lazer, a oferta de bem-estar e a solução para problemas diversos. O prestígio dado a esses campos do saber pauta-se numa espécie de busca pela verdade e pela produção de algo “concreto” e útil, que só as

ciências tecnológicas podem oferecer, de acordo com o memorável que se recorta sobre a ciência, e os consequentes discursos que as prestigiam.

Segundo Zoppi-Fontana (2009) há dois tipos de contextos de circulação do conhecimento: um contexto de circulação limitada e um contexto de circulação geral, que correspondem, respectivamente, ao que Guimarães (2009) postulou, também, como dois modos de circulação: o que ocorre somente no interior da comunidade científica na qual é produzido; e o modo de circulação que busca alcançar os setores da sociedade. Para ele, o primeiro modo corresponde à configuração de uma cena enunciativa na qual os locutores e os destinatários são pesquisadores, Locutores-cientistas, agenciados por uma mesma formação discursiva; e, assim, o conhecimento circula somente no espaço enunciativo em que é produzido, nas línguas específicas desse espaço.

O segundo modo de circulação do conhecimento se daria num percurso que atinge diversos setores da sociedade, em uma cena enunciativa composta pelos Locutores-cientistas, produtores e detentores do saber científico, que atingiria, enquanto seu destinatário, um alocutário-cidadão, digamos, fazendo com que esse conhecimento circule em diferentes espaços enunciativos, abrangendo não só os especialistas, mas também o público leigo, digamos, e diferentes línguas além da “língua da ciência”. Podemos dizer que a divisão proposta pelo autor reflete bem a relação entre o modo e os espaços de circulação do conhecimento produzido pelas ciências, de um lado, e pelas ciências humanas – ou “não ciências” – de outro. Veremos como.

O modo de circulação de conhecimento característico de um espaço de enunciação cujos locutores e alocutários são os cientistas resulta no fato de que o conhecimento aí produzido não atinge os setores sociais, as “pessoas comuns”, os Locutores-cidadãos, que não ficam a par do que se produz e se discute nesse espaço enunciativo específico. Por outro lado, o modo de circulação do conhecimento típico de um espaço enunciativo constituído pela relação entre um Locutor-Cientista e um Alocutário-cidadão, tal como discutido por Guimarães (2009), se estende para fora do âmbito no qual esse conhecimento é produzido. Esse espaço de circulação envolve uma série de relações político-enunciativas que vão além da relação binária entre Locutores-Cientistas, envolvendo o Estado, a mídia, as escolas, dentre outros. Mas, em geral, esse tipo de circulação do conhecimento se dá em função de determinadas áreas do saber, aquelas consideradas ciências, e raramente as humanidades.

Se tomarmos os discursos que se produzem sobre a ciência na mídia, os programas de valorização e incentivo às ciências, como o Ciência sem Fronteiras, as olimpíadas escolares, como de matemática, astronomia, física, dentre outras, observamos que tais iniciativas se voltam majoritariamente às ciências exatas, biológicas e, principalmente, tecnológicas. Essas iniciativas fazem parte de um movimento mais amplo: a divulgação científica, que engloba uma série de outras ações em prol da valorização e da publicização da ciência, e também da manutenção de um diálogo entre os espaços enunciativos científicos e os setores da sociedade.

O Ciência sem Fronteiras se mostra claramente como parte desse processo, no medida em que é uma política estatal cuja finalidade é valorizar e impulsionar a ciência no país, contribuindo para o desenvolvimento do país, por meio da captação e formação de mão de obra especializada. O programa, a partir da seleção de determinadas áreas elegíveis e de determinados países de destino, parece dialogar com questões que não se restringem à educação, mas que, ao contrário, dialogam muito mais com a economia e a política exterior e a competitividade existente entre os Estados quanto ao desenvolvimento industrial e econômico. Isso se torna mais evidente se consideramos o que discutimos no capítulo anterior, se considerarmos a configuração da Cena Enunciativa nesse espaço e os Locutores responsáveis pelos dizeres do programa.

Os textos que compõem o site do CsF não trazem nenhum indício de autoria, ou de quem seria o Locutor responsável pelo que se enuncia em tais textos. No entanto, ao final da página inicial, estão os logotipos dos órgãos e instâncias do governo responsáveis pelo programa⁵⁰:



No canto direito temos o nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Educação e o logo do Governo Federal (2016), no centro temos a logomarca do CNPq e à direita a logomarca da CAPES, agências de fomento que financiam o programa. A hipótese inicial é de que tanto as inscrições dos ministérios, quanto as

⁵⁰ Ciência sem Fronteiras. Disponível em: << <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/>>>. Acesso em 24 de mai.2016.

logomarcas do governo e dos agentes fomentadores estariam funcionando como uma assinatura dos Locutores do programa. Como o site é subordinado ao documento de lançamento do Ciência sem Fronteiras (o documento foi lançado em julho de 2011, e o primeiro edital de intercâmbio saiu em dezembro do mesmo ano⁵¹), vejamos como isso aparece nesse arquivo:



Esse recorte corresponde à capa do documento de lançamento do programa, e nele novamente aparecem as inscrições dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, a logomarca do Governo Federal e as logomarcas das agências de fomento, CNPq e CAPES. Essas logomarcas representam as parcerias das quais o programa Ciência sem Fronteiras é fruto, mas não se colocam como responsáveis pelos dizeres do documento. A responsabilidade pelos dizeres é do enunciador Aloizio Mercadante, que, a partir do lugar social que ocupa, de Ministro, constitui-se como Locutor-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e, portanto, está autorizado a lançar o programa enquanto política de Estado, visto que esse Ministério aparece como origem do programa. Inclusive, pela disposição dos dizeres na capa do documento, abaixo do nome do programa, Ciência sem Fronteiras, esse aparece definido como “Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação”. Essa definição

⁵¹ Graduação Sanduíche nos EUA. Disponível em: << <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/fe03c281-0ae4-425c-96c1-c0310e0fba78>>>. Acesso em 03 de jun.2016.

⁵² Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0217/217221.pdf>. Acesso em 24 de mai.2016.

precede o nome do Ministro e um aposto explicativo, e soa como se fosse um dizer dele, determinando a iniciativa pela qual é responsável.

Por fim, a capa traz uma menção ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico, que assessora a presidência na formulação de diretrizes, políticas e reformas estruturais e de desenvolvimento social e econômico⁵³ o que evidencia uma contradição no que diz respeito à gestão do programa e à própria natureza dele. Essa contradição se coloca no momento em que temos uma política estatal voltada à promoção de intercâmbios estudantis para alunos de graduação e pós-graduação que não é responsabilidade do Ministério da Educação. A presença do MEC parece se justificar pela atuação de suas agências de fomento, CNPq e CAPES, para a captação de recursos financeiros. Isso se evidencia na seção “O programa”, do portal CsF, o qual trazemos novamente:⁵⁴

O que é?

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O trecho traz, explicitamente, que “A iniciativa é fruto do esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas agências de fomento – CNPq e CAPES-, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC”. Assim, a participação do MEC é limitada à de um “instrumento” para fazer o Programa acontecer, seja pelo papel dos órgãos fomentadores no programa, seja pelo papel das Secretarias relacionadas ao ensino superior e ao ensino tecnológico. Isso evidencia, mais uma vez, que não se trata de uma política de educação, e sim de uma política voltada ao desenvolvimento de uma área ligada à educação, mas ligada, também, ao desenvolvimento econômico do país. É claro que a educação e a Ciência, determinada pelos sentidos de Inovação e Tecnologia, não são apartadas, afinal de contas é nas escolas e, principalmente, nas instituições de ensino superior que se formam os sujeitos da ciência. No entanto, iniciativas como o Ciência sem Fronteiras trazem ciência e educação apartadas, ou, na perspectiva trazida na cita-

⁵³ CDES. Disponível em: << <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>>> Acesso em 24 de ma.2016.

⁵⁴ O Que é? Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em 28 de mai.2016.

ção acima, coloca a educação a serviço da ciência, ao mesmo tempo em que coloca a ciência a serviço economia e do mercado.

Isso se evidencia em outros recortes do documento de lançamento, a saber:



Aqui, temos uma imagem, utilizada na promoção do programa, que traz novamente a logomarca do Governo Federal, cujo slogan é “País rico é país sem pobreza”, dizer que se repete na construção “para que o Brasil seja um país rico e sem pobreza”, na parte superior do documento. A logomarca do programa Ciência sem Fronteiras também aparece, assim com as da CAPES e do PRONATE (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que vêm entrecortadas. Além disso, também entrecortados, estão um gráfico que mostra o financiamento [d]as empresas pela FINEP, Empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação e um ciclo que traz informações sobre a formação de recursos humanos e as áreas prioritárias. Esse recorte é uma forma observatório sintético de como o Ciência sem Fronteiras se constituiu não como uma política educacional, mas como uma política de aquecimento do mercado e setor industrial brasileiro, a partir de mão de obra qualificada nas áreas que são consideradas propulsoras do desenvolvimento econômico do país. Vejamos como.

Considerando o recorte como um texto, vemos que as partes que o compõem, citadas acima, se completam. Por exemplo, a frase, construída a partir do slogan do go-

verno, que encabeça o documento, está ligada aos dizeres sobrepostos ao mapa, de modo que temos “Para que o país seja rico e sem pobreza o Brasil precisa inovar”; assim, a inovação é considerada a chave para a superação da pobreza no Brasil, como um instrumento que acabaria com as mazelas sociais. E isso seria possível a partir da formação de profissionais capacitados nas áreas presentes no infográfico situado no canto superior direito, com o financiamento das agências de fomento, como a CAPES, cuja logomarca está situada à esquerda, e das empresas, como mostrado no gráfico à direita, com o apoio do órgão que coordena o ensino profissionalizante no Brasil.

Essa questão do ensino profissionalizante é o que melhor caracteriza o papel da educação no Ciência sem Fronteiras, considerando que há o aspecto da formação universitária, ainda que voltada para o desenvolvimento econômico do país. É um ensino também instrumentalizado, que a partir de certos processos de subjetivação, tem seus alunos transformados em força de trabalho, em mão de obra especializada.

Para ilustrar esse ponto, trazemos novamente um trecho que consta no website do CsF, na seção “O Programa - Objetivos”, onde os candidatos brasileiros são designados como “pessoal das indústrias tecnológicas”, e onde os candidatos estrangeiros são designados como “altamente qualificados para trabalhar no Brasil”.

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil⁵⁵ [grifo nosso].

1.1 O Programa Ciência sem Fronteiras objetiva propiciar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e da tecnologia nacional, estimulando estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, inclusive com a expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos.

V. Possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica altamente especializada.

Se as ciências dialogam e respondem às demandas da sociedade e as ciências humanas são antônimas delas, tal como observamos no DSD de “ciência”. Isso significa

⁵⁵ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acesso em 23 de fev.2015.

que, de acordo com os sentidos que circulam no âmbito do Ciência sem Fronteiras, as ciências humanas são apartadas dessas demandas sociais, e não dialogam com os espaços externos àqueles onde esse tipo de conhecimento é produzido.

Assim, se nessa perspectiva as ciências humanas não dialogam com a sociedade e suas demandas, que seus resultados (“abstratos” diante da valorização de produtos palpáveis e, acima de tudo, vendáveis) não têm impacto na vida dos cidadãos e, por isso, não são prestigiadas, corremos o risco de compreender a situação pelo lado inverso. Será que esse conhecimento não circula porque o espaço em que se produz é fechado, apresentando um discurso hermético, que só é compreendido pelos especialistas, ou será que, na concepção utilitarista do conhecimento que marca a sociedade, que privilegia os saberes “concretos” e utilizáveis, não há espaço para conhecimentos de outra ordem, reflexões, por exemplo, porque elas “não interessam”, “não servem para nada”?

Vejamos como se organizam alguns discursos, sobre o CsF, que defendem a inclusão das Humanidades no programa.

O site de petições online Avaaz possibilita que se colem assinaturas para requerer algo, tendo um criador e um destinatário, pessoa a qual é considerada apta e autorizada a resolver o problema apontado pela petição.

- 1) Petição online para a inclusão “de todos” no Ciência sem Fronteiras.

Ciência sem Fronteiras para TODOS!



Criado por
Edson K.
Brasil



A ser entregue
para:
Presidenta do Brasil,
Dilma Rousseff

ASSINE A PETIÇÃO

“ Nós pedimos que a Presidenta inclua todas as áreas relevantes das ciências sociais e humanas no Programa Ciência sem Fronteiras.

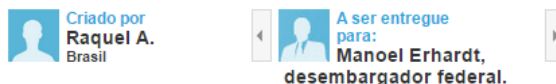
local de trabalho ou nas relações externas. É fácil ver que a definição remete diretamente a empresas e empreendedores, cuja formação vem dos cursos de administração. Para que a inovação se desenvolva, a existência de um ambiente regulatório propício é fundamental, e para isso precisamos formar gestores em políticas públicas. Para a compreensão do processo de inovação e da atividade econômica em geral exige-se a formação de bons economistas e contadores. A garantia dos retornos de investimentos em inovação requer a expertise de advogados que também defendem o direito de trabalhadores e empresas nas várias áreas de negócios. E os impactos sociais advindos do desenvolvimento tecnológico e econômico exigem a análise e o acompanhamento de profissionais de sociologia, psicologia, serviço social, meio ambiente e várias outras especialidades. Urge, portanto, que esse enorme equívoco de exclusão de várias áreas de fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado do País possa ser imediatamente corrigido. Os argumentos técnicos não são mais necessários, pois os próprios técnicos dos ministérios acima podem fundamentá-los perante a Presidenta. É preciso, portanto, mostrar à Presidenta que existe uma enorme massa de brasileiros e brasileiras que não aceita ser arbitrariamente excluída e que exige o direito de participar do maior programa de intercâmbio da história do nosso País!

Essa petição pede a participação de TODOS (sic) no Ciência sem Fronteiras, mas sem definir no título quais cursos devem ser incluídos; e a definição só aparece no texto da petição, como “ciências sociais e humanas”. O criador desse pedido se identifica como Edson K., sem deixar claro se é um estudante excluído pelos editais do programa ou não. Assim, em um primeiro momento, esse locutor não é predicado por nenhum lugar social, mas enuncia como um enunciador coletivo, na medida em que fala em nome de vários estudantes excluídos. Ele diz, no texto “por que isto é importante” que “É preciso, portanto, mostrar à presidenta que existe uma enorme massa de brasileiros e brasileiras que não aceita ser arbitrariamente excluída e que exige o direito de participar do maior programa de intercâmbio da história do nosso país” (sic).

O locutor, no texto da petição, se coloca como um nós em “Nós pedimos que a Presidenta inclua todas as áreas relevantes das ciências sociais e humanas no Programa Ciência sem Fronteiras”, mas não se coloca como um “nós” estudantes excluídos, por exemplo, de modo que o seu lugar social permanece apagado. Ele fala por eles, em nome deles, mas não como um deles. O único nós, elíptico, que pode ser identificado, é quando ele diz “nosso País” (sic), mas é um “nós brasileiros”, não há nenhum indício de que seja um “nós estudantes”. Já o destinatário da petição ou, ainda, o seu Alocutário-x, é Dilma Rousseff, a Presidenta do Brasil à época do lançamento do programa, sujeito apto a resolver questões relativa às políticas de Estado e os problemas sociais.

- 2) Petição online para a inclusão dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras.

Pela participação dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras



ASSINE A PETIÇÃO

“Pela liberação dos cursos de ciências Humanas no projeto governamental Ciência sem Fronteiras, que concede bolsas de estudo para estudantes de graduação, doutorado e pós-doutorado em diversas universidades do exterior.

Por que isto é importante

Em 2012, a justiça determinou a inclusão de mais de 20 cursos das áreas de ciências humanas e, alguns, de biológicas no projeto Ciência sem Fronteiras. No dia 15 de Janeiro de 2013, o TRF (Tribunal Regional Federal) suspendeu a liminar, excluindo novamente os mais de 20 cursos do programa. Com a decisão, o Projeto governamental que concede bolsas de estudo no exterior a alunos de Graduação, Doutorado e Pós-Doutorado, não privilegiará cursos como Letras, Jornalismo, Publicidade e Enfermagem (entre outros). O Ministério da Educação defende que o programa Ciência sem Fronteiras foi criado para as áreas das ciências básicas como matemática, física, química e biologia; das engenharias; das tecnológicas e de ciências da saúde. Incabível a justificativa do MEC, uma vez que, em nenhum momento, durante a criação do Projeto, fez-se pré-estabelecida a exclusividade de alguns cursos em detrimento de outros. A decisão do Ministério transmite nos a visão de que os cursos excluídos não fazem parte da definição de “ciência” a qual se referem e, portanto, não são dignos de tais benefícios. Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos.

Postado março 26, 2013

[Relatar isso como inapropriado](#)

Essa petição é para a participação dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras, conforme consta no texto da petição, e que no texto “Por que isto é importante” aparecem definidos como “Letras, Jornalismo, Publicidade e Enfermagem (entre outros)”. O criador do pedido se apresenta como Raquel A. enuncia enquanto um enunciador coletivo, que fala em nome de outros, tal como fica claro pelo “nós” elíptico em “Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos”.

Esse trecho evidencia que o enunciador coletivo fala a partir de determinado lugar social; ao se incluir dentre os alunos que são excluídos dos editais do CsF, o Locutor se constitui enquanto um Locutor-Estudante de Humanas, que reivindica a sua participação no programa justificando que o conhecimento que produz também é ciência.

O Locutor-Estudante de Humanas estabelece, como seu Alocutário-X o senhor Manoel Erhardt, desembargador federal. Esse cargo, conforme consta, não existe no Brasil; trata-se de uma expressão utilizada para se referir ao magistrado que trabalha nos tribunais federais, cujo cargo na verdade é o de juiz federal⁵⁶. Assim, esse Locutor-x apela para uma instância jurídica federal, para que julgue o caso e resolva o assunto da petição perante a lei, recortando o memorável de que a lei estaria acima de qualquer instância governamental e, portanto, poderia resolver esse tipo de questão.

- 3) Petição online para a inclusão dos cursos da área de ciências Humanas e Artes no Ciência sem Fronteiras.

Inclusão dos cursos de ciências humanas e artes no ciência sem fronteiras.



Criado por
Elisabete B.
Brasil



A ser entregue
para:
Os governantes, a
comunidade científica e
toda sociedade.

ASSINE A PETIÇÃO

“ Solicito-lhes maior inserção dos cursos de ciências humanas e artes no programa: ciência sem fronteiras,

⁵⁶ Disponível em: << <http://direito.folha.uol.com.br/blog/o-que-um-desembargador-federal>>>. Acesso em 23 de mai.2016

Por que isto é importante

Em 2012, a justiça determinou a inclusão de mais de 20 cursos das áreas de ciências humanas e, alguns, de biológicas no projeto Ciência sem Fronteiras. No dia 15 de Janeiro de 2013, o TRF (Tribunal Regional Federal) suspendeu a liminar, excluindo novamente os mais de 20 cursos do programa. Com a decisão, o Projeto governamental que concede bolsas de estudo no exterior a alunos de Graduação, Doutorado e Pós-Doutorado, não privilegiará cursos como Letras, Jornalismo, Publicidade e Enfermagem (entre outros). O Ministério da Educação defende que o programa Ciência sem Fronteiras foi criado para as áreas das ciências básicas como matemática, física, química e biologia; das engenharias; das tecnológicas e de ciências da saúde. Incabível a justificativa do MEC, uma vez que, em nenhum momento, durante a criação do Projeto, fez-se pré-estabelecida a exclusividade de alguns cursos em detrimento de outros. A decisão do Ministério transmite nos a visão de que os cursos excluídos não fazem parte da definição de "ciência" a qual se referem e, portanto, não são dignos de tais benefícios. Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos.

Essa petição é sobre a inclusão dos cursos de ciências humanas e artes no Ciência sem Fronteiras e traz, no texto “Por que isto é importante” o mesmo texto da petição anterior (“Inclusão dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras”). O enunciador, que assina como Elisabete B., também diz como um enunciador coletivo, como se pode ver pelo “nós” elíptico em “Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos”. É o mesmo funcionamento da petição anterior, com a diferença de que o Locutor-x, aqui, é um Locutor-Estudante de Ciências Humanas ou de Artes.

Outra diferença que se coloca com relação à petição anterior é no estabelecimento do Alocutário-x: aqui, o Locutor-Estudante se dirige a três alocutários: um Alocutário-Governante, um Alocutário-comunidade científica e um Alocutário-sociedade.

No caso do Alocutário-Governante, não há especificação sobre que instância do governo deve se mobilizar. Isso pode significar que os Locutor, predicado pelo lugar social de estudante de ciências humanas ou artes, enunciando em nome dos outros estudantes, veja como responsável pelo Ciência sem Fronteiras e autorizado a tomar decisões com relação a ele, enquanto política de Estado, o governo em geral, qualquer instância.

Já no que diz respeito ao Alocutário-comunidade científica, que responderia pelo grupo de cientistas, estaria sendo considerado como apto a resolver a questão levantada

pela petição na medida em que o programa é voltado para o tipo de conhecimento produzido por eles, ou seja, os cientistas seriam os beneficiários diretos dessa política.

Por fim, o Alocutário-sociedade, que levaria em consideração os cidadãos em geral, estaria dentre os destinatários da petição tanto porque o programa é uma política pública, de interesse de toda a sociedade, quanto porque os cidadãos seriam beneficiados diretamente pelo desenvolvimento do país proporcionado pelo programa através das áreas prioritárias.

Assim, ao trazer três instâncias sociais – o governo, a comunidade científica e a sociedade civil – esse Locutor tira a responsabilidade pelo programa de um só agente social, de modo que, não só os benefícios trazidos por ele mas também as polêmicas que o envolvem passam a ser “problema de todos”.

4) Petição online para a inclusão dos cursos de Letras no Ciência sem Fronteiras.

Inclusão dos CURSOS de LETRAS no programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRA



Criado por
Deborah V.
Brasil



A ser entregue
para:
**Ministro de Estado da
Educação: Aloizio
Mercadante**

Por que isto é importante

A oportunidade de estudar no exterior é importante para QUALQUER estudante do nível superior e os estudantes de LETRAS (Vernáculo/Espanhol/Inglês...) Não deveriam ser excluídos dessa grande oportunidade.

Embora o programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRA que possui uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) possua a finalidade de "permitir a mobilidade de estudantes brasileiros para os países conveniados ao projeto, oferecendo bolsas para alunos de graduação e doutorado e interessados em fazer doutorado que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior."

(<http://www.cienciasemfronteirasatn.com.br/?gclid=CLXTvMyls7oCFdJj7AodcnAA5w>) desde o seu primeiro edital não

incluiu os cursos de Letras.

Através dessa petição pedimos a inclusão dos Cursos de Letras no próximo edital do Ciência Sem Fronteira.

Postado outubro 25, 2013

[Relatar isso como inapropriado](#)

Essa petição, criada por um enunciador que assina Deborah V., é mais específica, e defende os interesses de um determinado grupo, dentre os estudantes de ciências

humanas: os estudantes de letras. O enunciador é, também, coletivo, já que fala em nome dos estudantes de letras, e, tal como evidenciado pelo “nós” elíptico em “Através dessa petição pedimos a inclusão dos Cursos de Letras no próximo edital do Ciência sem Fronteiras”, é justamente esse o seu lugar social. Assim, ele se constitui como um Locutor-Estudante de Letras.

Esse Locutor-x estabelece, como seu destinatário, o Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante⁵⁷, que se constituiu então como Locutor-Ministro de Estado da Educação, para quem a responsabilidade de resolver as polêmicas envolvendo o CsF foi delegada. O memorável recortado quando do estabelecimento desse Alocutário-x era o de que, sendo o programa voltado a intercâmbios estudantis, ele era uma iniciativa e, portanto, responsabilidade do MEC, o que não é o caso, já que, como vimos, o ministério responsável é o MCTI. Um aspecto interessante é que o ministro responsável pelo Ciência sem Fronteiras era, de fato, Aloizio Mercadante, mas como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essas petições dão voz aos excluídos do Ciência sem Fronteiras, aqueles a quem é negado o direito de dizer nesse espaço político. Além de reivindicarem a sua participação, os Locutores questionam, alguns mais explicitamente, como o Locutor-Estudante de Humanas, da petição 2 e o Locutor-Estudante de Ciências Humanas ou de Artes, da petição 3, a negação do estatuto de ciência para as áreas do saber nas quais estão inscritos. Segundo esses locutores, o que eles produzem também é ciência, e eles também poderão contribuir para o desenvolvimento do país caso tenham oportunidades de realizar suas pesquisas, conforme consta no texto “Por que isto é importante”, presente nas petições 1 e 2. No entanto, na perspectiva do programa, o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas e Artes não é o tipo de conhecimento desejável para o tipo de desenvolvimento que se visa para o país, que não é social ou o desenvolvimento da educação. O desenvolvimento visado pelo programa é o econômico, que, por meio de conhecimentos determinados pelos sentidos de tecnologia e inovação, e a formação de profissionais ligados à indústria, colocaria o Brasil em termos de competir com outros países no que diz respeito à economia, conforme vimos.

⁵⁷À época do lançamento do programa Ciência sem Fronteiras, ano de 2011, Aloizio Mercadante era Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. No entanto, no ano de publicação dessa petição, 2013, ele já era Ministro de Estado da Educação.

Nesse sentido, é o diálogo com a sociedade e o interesse em suprir as suas demandas que determina que tipo de conhecimento a ser valorizado e no qual se deve investir massivamente. O que deveria, então, constituir-se como uma agenda de pesquisa, uma agenda de discussão e produção de conhecimento, torna-se na verdade uma política que determina o que é necessário pesquisar e, conseqüentemente, o que se deve pesquisar. Podemos relacionar essa configuração com o que Guimarães (2009) caracterizou como dois modos de produção de conhecimento, que respondem a duas diferentes demandas: uma demanda espontânea e uma demanda induzida.

A demanda induzida envolve uma série de relações institucionais e está diretamente ligada aos interesses do Estado que, por meio das agências de fomento e das políticas públicas, tem a finalidade de apoiar e incentivar a produção de conhecimento, com a concessão de bolsas, por exemplo, e com a criação de programas específicos, como é o caso do Ciência sem Fronteiras. Essa configuração da produção de conhecimentos traz, ela própria, no discurso do Estado e da mídia em geral, uma divisão epistemológica e que reforça e reafirma qual o tipo de conhecimento a ser valorizado nesse paradigma.

Esse tipo de demanda responde à sociedade e ao mercado, e se liga à divulgação científica por meio do que podemos caracterizar como um ciclo: a sociedade tem demandas específicas com relação a produtos e soluções que, quando produzidos, vão a conhecimento do público através da divulgação científica, que, por sua vez, atinge o público “comum”, retroalimentando a exigência por novos produtos e determinando o que deve ser produzido. Esse modo de produção de conhecimento, além de responder aos setores da sociedade, contribui para uma “instrumentalização da ciência”, como nos traz Zoppi-Fontana (2012), que consiste em aplicar lucrativa e imediatamente o conhecimento científico, naturalizando a imagem da pesquisa científica regulada pela lógica de produção capitalista, favorecendo os interesses neoliberais das empresas. O Ciência sem Fronteiras é um exemplo claro dessa demanda, pois ele é criado a partir de uma parceria entre o Estado, por meio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a iniciativa privada, ou seja, as empresas que veem no programa uma forma de captar profissionais, aplicar os conhecimentos e produtos oriundos dessa política, de modo a alimentar os setores industriais e o mercado.

Dessa forma, à medida que se cria, nessa conjuntura, um programa de mobilidade estudantil como o CsF, que exclui certas áreas do saber, a divisão entre ciências exa-

tas e humanas, própria de um discurso tradicional que circula socialmente, é legitimada. E reforçar essa oposição é uma forma de institucionalizar a desvalorização das ciências humanas, de colocá-las, oficialmente, em segundo plano e conferir a elas uma importância secundária na formação dos indivíduos.

Essa oposição é tão presente no âmbito das políticas estatais que o tratamento da educação nos diferentes campos do saber fica, também, dividido; a nível das agências de fomento responsáveis pelo incentivo à pesquisa no país e, mais ainda, no que diz respeito aos ministérios do governo. O programa Ciência sem Fronteiras, enquanto iniciativa que se diz educacional, com vistas à internacionalização da educação, como veiculado pelos discursos oficiais, é criado a partir de parcerias, tal como está dito em seu website homônimo:

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.⁵⁸

Nesse recorte, fica evidente que a parceria do MEC se dá somente por meio das agências de fomento, e que a base da iniciativa está nos órgãos do governo ligados à tecnologia. O próprio discurso oficial do Ciência sem Fronteiras traz essa contradição, pois ora se diz que é uma iniciativa educacional, ora se diz abertamente que é uma iniciativa para a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia. Isso nos leva a crer que o ‘rótulo’ de programa voltado à educação se dá como uma justificativa para os investimentos e, no que diz respeito à formação, que claramente se dá como uma formação de mão de obra qualificada, vende-se a ideia de que se trata de uma formação acadêmica imprescindível aos cidadãos, voltada ao futuro do país.

O Estado, representado pelo MCTI no Ciência sem Fronteiras, tem um papel decisivo no reforço e na manutenção da oposição entre ciências e humanidades, no âmbito das políticas públicas. Estas surgem nos e pelos discursos que determinam o que é ou

⁵⁸ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 25 de jan.2016

não ciência, e acontecem em um espaço enunciativo particular, no qual se relacionam falantes, enquanto enunciadores, e línguas, que permeiam a produção de conhecimento. Esse espaço constitui-se como um espaço político, de disputa, como nos traz Guimarães (2009), no qual a política funciona como norma, estabelecendo, no que diz respeito ao tipo de conhecimento a ser produzido e a forma como deve sê-lo, procedimentos reguladores e homogeneizadores. Assim, na medida em que se define e delimita o que pode ser considerado “ciência”, o que compreende uma concepção empirista e utilitarista, exclui-se dessa denominação, como vimos, certos campos do saber; e ao fazê-lo, mais do que determinando quem pode ou não participar de programas como o CsF, o Estado está determinando e institucionalizando o tipo de conhecimento e de profissional a ser valorizado socialmente. E essas considerações compreendem quase que exclusivamente as ciências exatas e seu caráter pragmático, tal como circulam no imaginário social⁵⁹, cuja concepção de ciência está ligada a grandes descobertas. Essa imagem é alimentada em grande parte pela divulgação científica e pelas narrativas que circulam em função dela.

De acordo com Zoppi-Fontana (2013), o fator que leva à intensa valorização e prestígios dessas áreas do saber, tal como sua exclusividade no âmbito do Ciência sem Fronteiras, é a onipresença da ciência na vida dos cidadãos, fortalecida pelo modo de circulação do conhecimento no qual os especialistas têm como seu interlocutor os cidadãos comuns, conforme vimos em Guimarães (2009). Moreira (2006), por sua vez, diz que a popularização da ciência e da tecnologia alcançou esse espectro porque a população vê, nas ciências, uma possibilidade de prosperidade nacional e também porque reconhece o conhecimento científico como parte integrante da cultura humana, contribuindo para o exercício da cidadania. No entanto, tais considerações do autor nos parecem um pouco “ingênuas”, levando em conta os modos de produção e circulação do conhecimento acima elucidados. Essas considerações, pautadas em uma imagem ideal, tanto da ciência, quanto da população receptora dos conhecimentos científicos, pressupõe um nível de reflexão subjacente à prática científica que não cremos existir. A imagem de

⁵⁹ Utilizamos, aqui, “imaginário social” conforme o definiram Vogt e Polino (2003) a partir dos questionários aplicados no Brasil, na Argentina, no Uruguai e na Espanha, em pesquisa intitulada “Percepção Pública da Ciência”. Os autores definiram imaginário social como “o conjunto de imagens, expectativas e valoração sobre ciência e tecnologia como instituição, como instrumento de ação, como fonte do saber e da verdade e como grupo humano ou social com uma função específica.

ciência presente nas considerações do autor é ideal porque não se produz ciência, pelo menos no caso aqui analisado e o que ele projeta, tomando-a como parte da cultura; só se menciona a ciência como possibilidade de desenvolvimento econômico do país por meio da tecnologia, e nunca como um fator de desenvolvimento cultural. As políticas estatais, como o Ciência sem Fronteiras, não trazem em sua formulação uma reflexão sobre a prática científica e o seu lugar e papel na sociedade e, desse modo, a ciência não nos é apresentada como fator social e cultural, ainda que o seja.

Por outro lado, a imagem da população receptora dos conhecimentos produzidos é ideal, também, pois o autor a pressupõe dotada de uma criticidade que não cremos ser real. A população não parece refletir sobre o papel da tecnologia em nossas vidas e os seus impactos na sociedade; nós não questionamos, muitas vezes, a crescente dos produtos e tecnologias que surgem e nem as relações que temos com eles, é como se “engolissemos sem mastigar” todo o conhecimento com o qual somos bombardeados diariamente, na internet, na televisão, nos jornais e revistas. E, como parte da sociedade, nos parece natural a dicotomia ciência x cultura, principalmente pela forma como os veículos midiáticos expõem os diferentes tipos e modos de produção dos conhecimentos, que não enxergamos que ambas estão ligadas e são parte da vida e das atividades humanas.

Considerações Finais

A sociedade não é alheia à produção de conhecimento, suas demandas dialogam com a ciência, na medida em que ela enxerga nela a possibilidade de avanços e melhorias, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e produtos vendáveis. Esse diálogo ocorre em função de uma configuração específica dos espaços de produção e circulação do conhecimento, no qual a divulgação científica tem um papel fundamental: não se trata somente de comunicar à população leiga as descobertas e resultados da ciência; trata-se, também, de alimentar na sociedade o desejo por novas tecnologias e produtos. Assim, a relação entre a ciência, tal como concebida no âmbito do Ciência sem Fronteiras, e a sociedade é cíclica e sempre pautada no jogo entre produção e consumo, característica do modo de produção capitalista.

Esse ciclo contribui para a dinâmica do modo de produção de conhecimento ao qual Guimarães (2009) chamou de “demanda induzida”, política que determina o tipo de conhecimento a ser produzido, com base em interesses de diversos setores sociais, como o Estado, a iniciativa privada e o mercado. Esse conhecimento, produzido em diálogo com os interesses do Estado, do mercado e da iniciativa privada, é altamente privilegiado e valorizado em detrimento de outro tipo de conhecimento, encontrando ancoradouro no imaginário social e correspondendo à imagem cristalizada e estereotipada de ciência – e cientista.

Indo ao encontro desse imaginário, o Ciência sem Fronteiras reforça e consolida um sentido de ciência que se mede pelo seu poder inovador e pela sua capacidade em responder às demandas da população, deixando de lado as áreas que, a despeito de trazerem “ciência” em seu nome, como as ciências sociais, não são assim consideradas nesses espaços. Desse modo, o programa instaura uma relação litigiosa entre as diversas áreas do conhecimento, baseando-se em uma concepção utilitarista da ciência – e da educação superior, que culmina numa disputa pelo acesso à palavra no âmbito do programa e nos espaços de produção e circulação do conhecimento que ele projeta, legitimando somente às áreas que, segundo as concebe o CsF, produzam conhecimento útil – entenda-se como útil o conhecimento e produtos com valor de mercado.

Na busca por apreender os sentidos de “ciência” que circulam no CsF, começamos por considerar que a sua primeira ocorrência está no próprio nome do programa, e depois o seu sentido se constrói por uma série de determinações nos vários textos que compõem o discurso do Ciência sem Fronteiras. Considerando nossa filiação à Semântica do Acontecimento e o aspecto histórico da significação de uma palavra, consideramos que seu sentido não existe a priori, senão como uma história de suas enunciações, em relação com outras palavras. Pudemos ver como isso se apresenta, visto que, a cada reescrituração e, portanto, a cada enunciação, certas palavras atribuíam novos sentidos à palavra “ciência” ou os reafirmava, de modo a estabilizá-lo. Assim, pudemos traçar uma breve história das enunciações dessa palavra a partir do corpus, que, a despeito do presente da enunciação, recorta um passado como memorável, e instaura em sua enunciação um discurso atravessado por outros discursos, como o discurso de que a ciência reivindica para si certos campos do conhecimentos, excluindo outros.

Isso se evidencia ao observarmos que a concepção de “ciência” contida no programa não é de produção de conhecimento voltada a outro tipo de desenvolvimento que não o tecnológico e a interesses da economia e do mercado. A concepção é a de prática científica em áreas exatas e biológicas, com aplicação a diferentes esferas da sociedade, tal como explicitado pela reescritura “competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento”.

O funcionamento da palavra “inovação” deixa entrever outro aspecto interessante na relação entre ciências e “não ciências” no programa, que é a questão do “novo”, a “novidade” em termos de produção e prática de conhecimento. Só são legítimas, nesse contexto, as áreas que são produtoras de novidades e as áreas tecnológicas, com a criação de novos produtos e soluções dentro daquilo que se acredita ser necessário para o funcionamento e manutenção da sociedade enquanto regulada pelo modo de produção capitalista. Assim, a partir do funcionamento do silêncio constitutivo, as ciências humanas são consideradas, nesse âmbito, ultrapassadas no que diz respeito à produção de conhecimento que, se não é científico e, portanto, tecnológico, como no contexto do programa, é certamente ultrapassado e obsoleto, não tendo aplicação visível na sociedade (estando o sentido de “visível” já está sobredeterminado pelo viés tecnológico).

Assim, vemos que o sentido de ciência considerado no programa reforça o sentido de fronteira como demarcação de um território que inclui certos campos do saber e

exclui outros. Essa fronteira, que funciona não mais dentro de um eixo espacial, passa a funcionar em outro eixo, que traz à discussão uma questão temporal. Considerando que aquelas que são tomadas como ciências no seio do programa são predicadas por expressões temporais como “novo” e “inovação”, vemos que o sentido de fronteira geográfica, de um eixo espacial, desliza para um sentido de fronteira situada em um eixo temporal, visto que ao serem predicadas por um sentido de novidade, essas ciências instauram uma temporalidade como projeção de futuro, enquanto para as não ciências é legada uma temporalidade que se instaura somente como recorte do passado e que, por isso, nada tem a acrescentar à sociedade e suas demandas. Assim, o programa se configura, nesse aspecto, como um programa com fronteiras, e bem demarcadas, inclusive, entra as ciências exatas e humanas.

Desse modo, a polissemia de “fronteira” parece ser o que fundamenta as determinações de ciência no programa, ao trazer sentidos que apontam que o conhecimento produzido aqui é diferente, ainda separado, do conhecimento produzido fora. Ao trazer as ambiguidades de fronteira como, não só um cá e um lá, mas sobretudo como uma divisa entre o tipo de conhecimento produzido cá e lá, o que se coloca é que existem, também, dois tipos de ciência: o que se produz - insuficientemente e com atraso - na América Latina, e aquela que se produz nos grandes centros de pesquisa dos países do Norte e/ou anglófonos, e que deve ser absorvida, incorporada.

No que diz respeito aos discursos produzidos no âmbito do programa, é possível notar que eles retomam diversas discursividades, cujas narrativas e efeitos de sentido estão presentes na memória discursiva e reforçam o sentido de ciência tal como veiculado nesse espaço. É possível observar um discurso de superioridade estrangeira, quando os textos do Ciência sem Fronteiras ressaltam a qualidade das instituições de destino de seus estudantes, referindo-se aos “sistemas educacionais competitivos”, com relação à tecnologia e à inovação ou, ainda, quando trazem a importância de atrair pesquisadores desses centros de referência em pesquisa para o Brasil. Os efeitos de sentido que se constrói a partir de colocações como essas, textualizadas na forma de asserções e que funcionam aí como uma evidência, é de que o país, e numa projeção, a América Latina, não produz tecnologia, está atrasado na “corrida” da ciência, de modo que precisa importar esse conhecimento dos países que são referências nas áreas de interesse.

Nesse sentido, quando o programa se refere às instituições estrangeiras trazendo a noção de competitividade, retoma-se uma discursividade evolucionista, segundo a qual na corrida da ciência vence o mais forte, aquele que será mais bem sucedido nos espaços de circulação de conhecimento. Dessa forma, ao ressaltar a importância das áreas tecnológicas para o desenvolvimento do país, os discursos do CsF as postulam como condição de ampliar determinado conhecimento que levariam ao avanço do que trouxe como “a sociedade do conhecimento”. Aí é possível observar a retomada de uma discursividade positivista, que não só visa o progresso do país por meio da ciência, como visa o progresso dela própria, como um fim em si mesmo.

Resumindo, essas discursividades produzem como efeito de sentido uma concepção de ciência que, determinada pelos sentidos de inovação e tecnologia, apresenta-a como uma corrida (da qual vence o mais forte) que visa o próprio progresso, através de novas descobertas, e também visa o progresso da sociedade, por meio do desenvolvimento industrial e econômico do país. E tais discursividades são ressignificadas pela relação proposta pelo programa entre ciência e mercado, ciência e iniciativa privada; ressignificada, portanto, pela projeção do modo de produção típico do Capitalismo, de maior produção em menor tempo, modelo a ser importado dos países do hemisfério Norte; e também por uma lógica de dominação, pautada em uma relação metrópole x colônia, a que poderíamos chamar de um “neocolonialismo científico”.

Esse sentido e a imagem de ciência que circulam no Ciência sem fronteiras correspondem e reforçam o imaginário social, definido por Vogt e Polilo (2003) como um componente tripartido, formado pela concepção de ciência como fomentadora de grandes descobertas, como condição de avanço tecnológico e como fonte de benefícios aos seres humanos. Segundo esse imaginário, a ciência seria um fator útil para solucionar os problemas, de modo que ela é vista como um instrumento para melhorar a qualidade de vida. Essa instrumentalização da ciência, proveniente de sua onipresença na vida social, faz com que ela passe a se constituir como fator de desenvolvimento, presente no cotidiano das pessoas graças, em grande parte, à divulgação científica e às políticas estatais que aproximam as pessoas do conhecimento científico.

Essa concepção, juntamente à divulgação científica e o Estado, é responsável pela aproximação da ciência às pessoas comuns, de modo que isso as afasta das ciências humanas por acreditar que estas nada têm a acrescentar, que são obsoletas, como disse-

mos, e cujo conhecimento produzido é estritamente acadêmico, que não se relaciona com a sociedade, suas necessidades e demandas e, portanto, não serve para nada. Essa concepção, que prima pela aplicação do conhecimento científico e tecnológico, é baseada em uma instrumentalização da ciência, para a qual todo conhecimento tem de “servir para alguma coisa”, no sentido de criar produtos vendáveis e manter a lógica capitalista, de maior produção em menor tempo possível, operante.

Então, na medida em que a publicização de certos conhecimentos, pautada nas demandas da população e do mercado e em resposta a um imaginário social, determina o tipo de conhecimento a ser valorizado, ela também determina o que não deve sê-lo, silenciando os discursos e os sujeitos inscritos em outras formações discursivas que não a marcada pelo prestígio da ciência e da tecnologia. Assim, os espaços de circulação de conhecimentos constituem-se como espaços políticos, nos quais os saberes circulam regulados por uma normatividade que divide os direitos de dizer, cedendo a palavra, nesse diálogo com a sociedade, às ciências inovadoras e tecnológicas, e silenciando os outros campos do saber. Esse silenciamento relega às ciências humanas o ultrapassado, portanto, o desinteressante; sentidos que fazem parte do imaginário social e de uma memória discursiva coletiva que contribuem para que essas áreas do saber estejam em segundo plano, como secundária na formação dos indivíduos.

Assim, a configuração desses espaços, tal como elucidada, parece resultar em uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que a ciência responde às demandas da sociedade, ela se apresenta como dissociada dela, como algo existente a priori. Desse modo, as dicotomias ciência x sociedade, ou ciência x cultura, permanecem, como se pudessem se constituir separadamente. Conforme vimos pela distribuição dos estudantes do Ciência sem Fronteiras pelo mundo, a partir do mapa que mostrava os países de destino, as diretrizes do programa estão ligadas diretamente a questões políticas e econômicas, na medida em que a relação entre o Brasil e demais países mobiliza blocos e agrupamentos político econômicos e a rankings de maiores economias mundiais, de produção científica, dentre outros.

Isso evidencia que a ciência, segundo a concebe o programa, não responde à sociedade em geral, visto que se assim fosse, ela estaria dialogando com questões nacionais de desenvolvimento, infraestrutura e necessidades dos cidadãos brasileiros. Não é isso que se observa, fica evidente que existe o propósito de estabelecer alianças interna-

cionais e de produzir conhecimento para projetar o Brasil a nível internacional, proporcionando ao país competir com as potências mundiais. Assim, a produção de conhecimento científico propulsionada pelo CsF não responde a demandas da sociedade – brasileira – em geral, senão a certas esferas sociais e de governo, como a economia e o setor industrial.

Nessa perspectiva também aparecem outras dicotomias, que colocam de um lado a produção acadêmica (escrita) e, de outro, a produção científica enquanto prática, como dissociadas. O conhecimento tido como científico é a prática experimental, ligada a uma imagem de ciência laboratorial; enquanto o que é produzido pelas ciências humanas é representado, pelo imaginário social, como produção teórica, escrita. É como se a produção científica não envolvesse a produção de textos, de artigos, de modo que a prática científica é considerada unicamente como prática experimental, laboratorial, e representada como um a priori. Ao dicotomizar a prática científica dessa forma, retomando a imagem de ciência que circula no imaginário social, e reforçá-las, conseqüentemente o programa também traz como uma dicotomia a função autor e a função cientista. É como se a primeira estivesse relacionada à produção estritamente acadêmica, escrita e a segunda à prática científica experimental, de modo que um cientista não pode ser um autor e vice e versa.

Ao dicotomizar a produção de conhecimento dessa forma, nesses espaços de produção e circulação do conhecimento, pode-se observar, decorrente disso, um apagamento da individualidade em função de um apagamento da função autor, muitas vezes relacionadas à questão do nome próprio. O que passa a caracterizar o sujeito cientista não são seus artigos, suas publicações, a sua formação acadêmica, e sim a inscrição em certas formações discursivas que englobam as áreas prioritárias do programa e a certificação de proficiência em inglês, a língua da ciência, mas fora de uma perspectiva que o considera individualmente. Dessa forma, ele é visto como “mão de obra”, parte de um sistema que visa o progresso da ciência e, conseqüentemente, do país, bastante desumanizado.

É importante ressaltar que o espaço político no qual estão essas dicotomias, marcadas pela disputa pelo acesso à palavra dos diferentes campos do saber, de forma mais notável as ciências exatas e as humanas, não é o Ciência sem Fronteiras em si: o programa faz parte de uma conjuntura que instaura esse litígio. A supervalorização das

áreas tecnológicas e inovadoras em detrimento de outras não acontece somente nos editais de intercâmbio, ela está nos demais espaços de produção e circulação de conhecimento, como as escolas, as universidades, a mídia, o Estado por meio de suas políticas, dentre outros. E é nesse âmbito que a prática científica, e mesmo a internacionalização da educação, em sua relação com a sociedade, devem ser repensadas.

As bolsas de intercâmbio, funcionando sob a aparência de troca de experiências acadêmicas entre pesquisadores e países, parecem ser um incentivo à educação e ao ensino, mas na verdade tem como objetivo o desenvolvimento econômico do país, como vimos, a partir do processo de internacionalização da educação. Como nos traz Marrara (2007) um processo de internacionalização para fins estritamente acadêmicos teria como objetivo contribuir para o desenvolvimento da educação e da produção científica do país, por meio da troca de experiências entre pesquisadores; isso para nós culminaria em formação de mão de obra especializada e consequente desenvolvimento nacional a médio ou longo prazo. Mas o que vemos, na verdade, é uma lógica empresarial, através da qual utilizam-se as potencialidades do intercâmbio estudantil e a formação de pessoal para atender uma demanda por produtos e soluções – uma demanda de mercado – em um prazo tão curto quanto seja possível. Assim, o Estado, juntamente com as instituições de ensino superior, ao implementar políticas de internacionalização da educação, busca a formação de especialistas para fomentar o desenvolvimento econômico do país e aumentar a sua competitividade a nível internacional.

É necessário conceber a ciência e a tecnologia, e a educação fornecida nessas áreas, de forma mais humanizada, como partes da sociedade, seja enquanto instituição, processos ou meios de poder. As questões de ciência e tecnologia têm de ser, antes de tudo, questões de ciência, tecnologia e sociedade, relação construída na história e pela linguagem. Assim, a prática científica não deve ser vista somente como instrumento de desenvolvimento de diversos setores da sociedade, como a economia e o mercado, e nem se justificar pelo discurso positivista de progresso da ciência, como um fim em si mesmo. É preciso que ela seja vista como uma formação mais ampla. Para isso, é necessário, ainda, ressaltar a importância das ciências humanas e do professor, como metáfora para a escola, no desenvolvimento de uma postura reflexiva com relação à ciência. Isso se faz preciso pois o ensino superior e a inscrição dos sujeitos em formações discursivas como a mobilizada pelo Ciência sem Fronteiras traz, como efeito de pré-

construído, o ensino superior e a pós-graduação como origem da vida acadêmica e do conhecimento científico, ignorando os processos de subjetivação que acontecem durante a formação escolar. E, por fim, é preciso que a ciência seja compreendida e praticada como produto da sociedade; além de seu motor de propulsão, como aquilo que se origina nela e a mantém em movimento, o que deve se fazer de forma crítica e consciente.

Referências Bibliográficas

AGUSTINI, Cármen. *O problema do signo linguístico em Saussure e Benveniste*. Línguas e Instrumentos Linguísticos , nº 33, jan/junho 2014, 119-130.

ALMEIDA, Thalyson; XAVIER, Miriam. *Reflexões sobre ciência, tecnologia e bioética*. In: Revista Unifia. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2015/reflexoes.pdf. Acesso em 28 jun.2016.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*, 5ª Ed. Campinas: Pontes, 2005. Campinas, nº33, 109-130, 2014.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BOSREDON Bernard, GUÉRIN Olivia. *Le Cluny, le Champollion : d'un emploi non prototypique de nom propre modifié*. In: *Langue française*. N°146, 2005. Noms propres : la modification. p. 9-22.

BRÉAL. Michel. *Ensaio de Semântica – Ciência das significações*, 2ª Ed. Campinas: RG, 2008.

FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no oeste paulista entre 1870-1876*. 2001. 161f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000228717>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Enunciação e História*. In: Guimarães, E. (org). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, 2ª Ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. São Paulo: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005b.

_____. *Domínio semântico de determinação. A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007: 77-96.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, 4ª Ed. Campinas: RG, 2010.

_____. *Análise de texto – Procedimento, análises, ensino*, 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

KREIMER, Pablo. *Internacionalização e tensões da ciência latino-americana*. Revista Ciência e Cultura, v.63, nº 2 (2011). Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252011000200018&script=sci_art_ext. Acesso em 21 de jan.2015.

LAUS, Sonia Pereira. *Alguns desafios postos pelo Processo de Internacionalização da Educação Superior no Brasil*. In: Gestão Universitária na América do Sul- IV Colóquio Internacional, 2004, Florianópolis. Alianças estratégicas, Integração e Gestão Universitária: Gestão Universitária na América do Sul-IV Colóquio Internacional, 2004.

MARRARA, Thiago. *Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 4, nº 8 (2007). Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/132>. Acesso em 21 de jan.2015.

MOREIRA, Ildeu de C. *A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil*. Revista Inclusão Social, Vol. 1, Nº 2 (2006). Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>. Acesso em 07 de nov.de 2014.

MOROSINI, Marília Costa. *Estado do conhecimento sobre e a Internacionalização da educação superior: conceitos e práticas*. Revista Educar, Curitiba, nº 28 (2006). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>. Acesso em 17 de jan.2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª Ed. Campinas: Unicamp. 2007.

_____. *Terra à vista – Discursos de confronto: Velho e Novo Mundo* – 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ROMEIRO, Patrícia. *De que falamos quando nos referimos à sociedade do conhecimento em português? – uma leitura urbana a partir dos discursos e práticas*. Disponível em: <<http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/176.pdf>>. Acesso em 13 jul.2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*, 27ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VOGT, Carlos; POLINO, Carmelo (orgs). *Percepção pública da ciência: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai = Percepción pública de la ciencia: resultados de la encuesta en Argentina, Brasil, España y Uruguay*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 2003.

ZOPPI FONTANA, Monica Graciela. DEADLINE. A função-autor e os efeitos do discurso de produtividade na ciência. In: GUIMARÃES, E. (org). *Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História*. Campinas: LABEURB, 2013.

_____. *Slow Science: a temporalidade da ciência em ritmo de “impacto”*. Leitura: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Ufal. Maceió, nº 50, 2012.

_____. *Acontecimento, temporalidade e enunciação: Definições terminológicas e o fato novo na ciência*. Cad.Est.Ling., Campinas, 51(1): 69-94, Jan./Jun. 2009.

Anexos

Anexo I – Website Ciência sem Fronteiras

Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>.

The image shows a screenshot of the 'Ciência sem Fronteiras' website. At the top, there is a navigation bar with the following items: 'BRASIL', 'Acesso à informação', 'Participe', 'Serviços', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is a large banner with the 'CIÊNCIA SEM FROTEIRAS' logo, which features a stylized globe and the text 'CIÊNCIA SEM FROTEIRAS'. To the right of the banner are icons for accessibility (A+, A, A-) and flags for Brazil, the United States, and France. Below the banner is a search bar with the text 'Pesquisar...'. Underneath the search bar is a horizontal menu with the following items: 'Início', 'O programa', 'Inscrições e Resultados', 'Países', 'Bolsistas e Investimentos', 'Empresas', and 'Dúvidas frequentes'. Below the menu, there is a breadcrumb trail: 'Você está em: Portal CSF > O programa'. The main content area is divided into two columns. The left column is a dark sidebar with the title 'O programa' and a list of menu items: 'Objetivos', 'Metas', 'Áreas Contempladas', 'Instituições de destino', 'Modalidade de bolsas no exterior', 'Modalidade de bolsas no país', 'Coordenadores Institucionais', 'Valores de Auxílios e Bolsas', 'Documentos', 'Logomarca', 'Cartão Bolsista no Exterior', and 'Apoio ao Bolsista no Exterior'. The right column has the title 'O que é?' and contains two paragraphs of text. The first paragraph describes the program's goal to promote science and technology through international exchange and mobility. The second paragraph describes the project's scope, including the use of up to 101,000 scholarships over four years to promote exchange and training for students and researchers.

O programa

- Objetivos
- Metas
- Áreas Contempladas
- Instituições de destino
- Modalidade de bolsas no exterior
- Modalidade de bolsas no país
- Coordenadores Institucionais
- Valores de Auxílios e Bolsas
- Documentos
- Logomarca
- Cartão Bolsista no Exterior
- Apoio ao Bolsista no Exterior

O que é?

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.


Fig.1 - Seção “O Programa”, subseção “O que é?”.



The image shows a web page for 'CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS'. At the top, there is a logo with a stylized globe and the text 'CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS'. To the right of the logo is a search bar with the placeholder text 'Pesquisar...'. Below the logo and search bar is a horizontal navigation menu with the following items: 'Início', 'O programa', 'Inscrições e Resultados', 'Países', 'Bolsistas e Investimentos', 'Empresas', and 'Dúvidas frequentes'. Below the navigation menu is a breadcrumb trail: 'Você está em: Portal CSF > O programa > Objetivos'. On the left side, there is a dark sidebar menu with the following items: 'O programa', 'Objetivos', 'Metas', 'Áreas Contempladas', 'Instituições de destino', 'Modalidade de bolsas no exterior', 'Modalidade de bolsas no país', 'Coordenadores Institucionais', 'Valores de Auxílios e Bolsas', 'Documentos', 'Logomarca', 'Cartão Bolsista no Exterior', and 'Apoio ao Bolsista no Exterior'. The main content area is titled 'Objetivos' and contains a list of five bullet points:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Fig.2 - Seção “O Programa”, subseção “Objetivos”.



[Início](#) • [O programa](#) • [Inscrições e Resultados](#) • [Países](#) • [Bolsistas e Investimentos](#) • [Empresas](#) • [Dúvidas frequentes](#)

Você está em: [Portal CSF](#) > [O programa](#) > [Metas](#)

O programa

- Objetivos
- Metas**
- Áreas Contempladas
- Instituições de destino
- Modalidade de bolsas no exterior
- Modalidade de bolsas no país
- Coordenadores Institucionais
- Valores de Auxílios e Bolsas
- Documentos
- Logomarca
- Cartão Bolsista no Exterior
- Apoio ao Bolsista no Exterior

Metas

De maneira resumida, as metas* a serem alcançadas por modalidade até 2015 são:


Modalidade	Nº de Bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
Total	101.000

Das 101.000 bolsas oferecidas, 75.000 bolsas serão financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas serão concedidas com recursos da iniciativa privada. Portanto, o Programa Ciência sem Fronteiras irá oferecer 101.000 bolsas a estudantes e pesquisadores no País e no Exterior.

* Metas revistas pela 7ª REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO (CE) DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, realizada em 22 de janeiro de 2013.

3

Fig.3 - Seção “O Programa”, subseção “Metas”.



Pesquisar...

[Início](#) • [O programa](#) • [Inscrições e Resultados](#) • [Países](#) • [Bolsistas e Investimentos](#) • [Empresas](#) • [Dúvidas frequentes](#)

Você está em: [Portal CSF](#) > [O programa](#) > [Áreas Contempladas](#)

Áreas Contempladas

No Programa Ciência sem Fronteiras, as áreas contempladas são:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

O programa

- [Objetivos](#)
- [Metas](#)
- **[Áreas Contempladas](#)**
- [Instituições de destino](#)
- [Modalidade de bolsas no exterior](#)
- [Modalidade de bolsas no país](#)
- [Coordenadores Institucionais](#)
- [Valores de Auxílios e Bolsas](#)
- [Documentos](#)
- [Logomarca](#)
- [Cartão Bolsista no Exterior](#)
- [Apoio ao Bolsista no Exterior](#)

Fig.4 - Seção “O Programa”, subseção “Áreas Contempladas”.

Anexo II – Website Ciência sem Fronteiras

Editais de Intercâmbio do CsF, Doutorado Sanduíche (2015) e Graduação Sanduíche para a Alemanha (2014).

Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/inscricoes-resultados>.

Início • O programa • Inscricoes e Resultados • Países e Parceiros • Bolsistas e Investimentos • Empresas • Dúvidas frequentes

Você está em: Portal CSF > Inscricoes e Resultados > Chamadas abertas > Pós-Graduação e Pós-Doutorado > Doutorado Sanduíche

Inscricoes e Resultados

- Cursos de Idioma online
- Chamadas abertas
 - Graduação
 - Pós-Graduação e Pós-Doutorado
 - Doutorado Sanduíche
 - Doutorado Pleno
 - Mestrado Profissional
 - Pós-Doutorado
- Atração de Cientistas para o Brasil
- Chamadas específicas
- Chamadas encerradas
- Resultados

Doutorado Sanduíche

Calendário 2015 para bolsas de Doutorado Sanduíche
(As inscrições encerram-se às 23h59min da data informada)

Atenção: O candidato deve observar o início da vigência da bolsa. Em caso de submissão prévia, a proposta será analisada somente no calendário correspondente ao início da vigência. Na impossibilidade de viajar até o dia 14 do último mês estipulado no calendário, sugerimos ao candidato submeter proposta para o próximo Cronograma ou Chamada.

- [Formulário de inscrições](#)
- [Instruções de acesso ao link do formulário de inscrição](#)
- [Condições e requisitos](#)

Calendário

Etapas	Cronograma 3/2014	Cronograma 1/2015	Cronograma 2/2015	Cronograma 3/2015
Inscrição	Até 22 de agosto de 2014	De 26 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014	Até 23 de abril de 2015	Até 21 de agosto de 2015
Julgamento	Outubro/2014	Fevereiro/Março de 2015	Junho de 2015	Outubro de 2015
Previsão de Resultados	Até 15 de dezembro de 2014	Até 15 de abril de 2015	Até 14 de agosto de 2015	Até 15 de dezembro de 2015
Início da vigência	fev/mar/abr/mai/jun de 2015	jul/ago/set/out de 2015	nov/dez de 2015 e janeiro/fevereiro de 2016	mar/abr/mai/jun de 2016

Antes de solicitar uma bolsa, os candidatos interessados em uma vaga para a realização de doutorado sanduíche devem fazer contato com a instituição de seu interesse no exterior para obter uma carta de aceite condicional (em caso de universidades que exijam a comprovação da concessão da bolsa pelas agências CNPq ou CAPES).

Verifique antes se o seu projeto enquadra-se às [Áreas Prioritárias](#) do Programa Ciência sem Fronteiras e assinale a opção correspondente no formulário. As áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Artes (Clássica) não são áreas elegíveis.

Caso ainda não tenha definida a instituição para qual deseja solicitar a bolsa, o candidato poderá entrar em contato com os parceiros do Programa Ciência sem Fronteiras no exterior e se informar de todas as oportunidades disponíveis. Veja [aqui](#) os parceiros em cada país.

- **Doutorado Sanduíche no Exterior (Quer ter mais chances na aprovação? Encaminhe a carta de aceite condicional e de recomendação juntamente com o pdf de seu projeto)**
Obs.: Nesta modalidade quem solicita a bolsa é o aluno de doutorado.

* Consulte também as [Chamadas Específicas](#).

Atenção!

- As propostas devem ser transmitidas exclusivamente via Internet, por meio do formulário de inscrição disponível no Portal do CsF, até às 23h59 da data limite, horário de Brasília.
- Todos os documentos complementares exigidos para cada modalidade de bolsa deverão ser digitalizados e reunidos em arquivo único em formato pdf (máximo de 500 KB). Esse documento deverá ser anexado ao formulário de inscrição em campo específico.
- Central de Atendimento: 0800 616161

Fig.5-Seção “Inscricoes e Resultados”, subseção “Chamadas Abertas” > Doutorado Sanduíche.



Ministério da
Educação

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



**PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS
GRADUAÇÃO-SANDUÍCHE ALEMANHA**

**CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/
SERVIÇO ALEMÃO DE INTERCÂMBIO ACADÊMICO - DAAD
Nº 157/2013**

(Versão integral retificada conforme D.O.U de 29/11/2013, seção 3, páginas 45 e 46)

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, instituída como Fundação Pública pela Lei nº. 8.405, de 09 de janeiro de 1992, modificada pela Lei nº. 11.502, de 11 de julho de 2007, regida pelo seu estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692 de 2 de março de 2012, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, criado por meio da Lei nº 1.310/1951, e que é regido segundo o disposto no Regimento Interno aprovado por meio da Portaria nº 816/2002, vinculados, respectivamente, ao Ministério da Educação – MEC e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tornam pública a seleção de bolsistas para graduação-sanduiche na Alemanha para estudos em instituições de ensino superior representadas pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico - DAAD, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, de acordo com as normas desta Chamada e a legislação aplicável à matéria, em especial a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e ao Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011.

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O Programa Ciência sem Fronteiras objetiva propiciar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e da tecnologia nacional, estimulando estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, inclusive com a expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos.

1.2 O Programa tem como objetivos específicos:

- I. Oferecer oportunidade de estudo a discentes brasileiros em universidades de excelência, bem como oferecer a possibilidade de estágio programado de pesquisa ou inovação tecnológica com acompanhamento;
- II. Permitir a atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas, possibilitando o acesso de estudantes brasileiros a instituições de elevado padrão de qualidade, visando complementar sua formação técnico-científica em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do Brasil;
- III. Complementar a formação de estudantes brasileiros, dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e inovação;
- IV. Estimular iniciativas de internacionalização das universidades brasileiras; e

1

Fig.6-Seção “Inscrições e Resultados”, subseção “Chamadas Abertas” > Graduação Sanduíche > Alemanha.



Ministério da
Educação

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



V. Possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica altamente especializada.

1.3 Esta chamada será gerenciada exclusivamente pela CAPES;

1.4 A chamada destina-se à seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, visando à realização de estudos em instituições de ensino superior representadas pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico - DAAD e, quando disponível, estágio profissional e/ou científico-tecnológico em empresas, instituições de ensino ou centros de pesquisa na Alemanha.

2 ÁREAS E TEMAS CONTEMPLADOS

2.1 Segundo o documento básico do Programa Ciência sem Fronteiras serão oferecidas bolsas nas seguintes áreas e temas, reguladas pela Portaria Interministerial Nº1, de 9 de janeiro de 2013:

- a. Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- b. Ciências Exatas e da Terra;
- c. Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- d. Computação e Tecnologias da Informação;
- e. Tecnologia Aeroespacial;
- f. Fármacos;
- g. Produção Agrícola Sustentável;
- h. Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- i. Energias Renováveis;
- j. Tecnologia Mineral;
- k. Biotecnologia;
- l. Nanotecnologia e Novos Materiais;
- m. Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- n. Biodiversidade e Bioprospecção;
- o. Ciências do Mar;
- p. Indústria Criativa, com ênfase em produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação;
- q. Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e
- r. Formação de Tecnólogos, nas áreas e temas listados nos itens anteriores.

2.2 A colocação na universidade estrangeira faz parte do processo seletivo, não havendo garantia de colocação por parte do CSF a nenhum candidato, independentemente da sua área de estudos, principalmente quando se tratar das áreas da Saúde, das Ciências Biomédicas e da Indústria Criativa. Não haverá oferta de vagas para Odontologia. Para candidatos de medicina e medicina veterinária, assim como enfermagem e fisioterapia, só serão admitidos candidatos que obtiverem o nível de proficiência acima de B1.

2.3 Caberá à CAPES definir a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme os cursos de origem dos candidatos reguladas pela Portaria interministerial Nº1, de 9 de janeiro de 2013.

Fig.7-Seção “Inscrições e Resultados”, subseção “Chamadas Abertas” > Graduação Sanduíche > Alemanha.



Ministério da
Educação

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3 REQUISITOS DO CANDIDATO

3.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher os seguintes requisitos:

I. Estar regularmente matriculado em curso de nível superior em IES públicas ou privadas nas áreas e temas indicados no item 2. É de exclusiva responsabilidade do candidato informar no formulário de inscrição a Instituição de Ensino Superior Brasileira (IES) na qual está matriculado, sendo permitida a identificação de apenas uma única IES;

II. Ter nacionalidade brasileira;

III. Ter integralizado no mínimo 20% e, no máximo, 90% do currículo previsto para seu curso, no momento do início previsto da viagem de estudos;

IV. Ter obtido nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) igual ou superior a 600 pontos, em exames realizados no período de 2009 a 2013. Caso o candidato tenha realizado mais de um exame durante este período será considerado o de maior pontuação, segundo informação prestada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

V. Apresentar perfil de aluno de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico segundo critérios da IES;

VI. Ter se inscrito no processo seletivo interno de sua IES. É dever do candidato buscar informação junto à sua universidade a respeito da existência deste processo seletivo interno.

VII. Apresentar, obrigatoriamente, um dos seguintes testes de proficiência em língua alemã:

- a) **Nível B1:** Certificados OnDaf, ou Deutsches Sprachdiplom der Kultusministerkonferenz (DSD 1), ou Goethe-Zertifikat B1: Zertifikat Deutsch: Zertifikat Deutsch für Jugendliche.
- b) **Nível B2:** Certificados OnDaf, ou Deutsches Sprachdiplom der Kultusministerkonferenz (DSD 2), ou Goethe-Zertifikat B2, ou TestDaF Stufe 3 (4).
- c) **Nível C1:** Certificados Deutsches Sprachdiplom der Kultusministerkonferenz (DSD 2), ou Goethe-Zertifikat C1: Zentrale Mittelstufenprüfung ZMP, ou TestDaF Stufe (4).
- d) **Nível C2:** Certificados Goethe-Zertifikat C2: Zentrale Oberstufenprüfung (ZOP), Goethe + LMU München: Kleines Deutsches Sprachdiplom (KDS), Goethe + LMU München: Großes Deutsches Sprachdiplom (GDS).

VIII. Os candidatos que atenderem a todos os requisitos, mas não obtiverem o nível mínimo de proficiência B1 e tiverem o nível A1 por meio do certificado On Daf, Goethe-Zertifikat A1, ou o nível A2 por meio do certificado On Daf, Goethe-Zertifikat A2: Start Deutsch 2 Allgemein, FIT in Deutsch 2 Jugendliche, poderão ser beneficiados, a critério da CAPES, com curso intensivo de língua alemã na Alemanha, por um período de até 6 (seis) meses de duração, incluindo estadia, taxas e material.

IX. Não ter sido contemplado com bolsa de graduação sanduíche no exterior, financiada no todo ou em parte, pela CAPES ou pelo CNPq.

3.2 O cumprimento dos requisitos acima mencionados não eximem o candidato de buscar informações e atender a eventuais procedimentos adicionais de inscrição e seleção nas suas IES de origem que podem exigir outros requisitos. A não observância deste item poderá ter implicações no processo de homologação interno para o Processo seletivo do CSF, conforme item 6.1 desta chamada.

Anexo III – Website Avaaz de petições online.

Disponível em: <http://www.avaaz.org/po/petition/>.

The screenshot shows the Avaaz.org website interface for a petition titled "Ciência sem Fronteiras para TODOS!". The page features a blue header with the Avaaz logo and navigation links (ASSINE, ENTRAR, QUEM SOMOS, AJUDA). A blue banner below the header states "A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças" and includes a "COMECE UMA PETIÇÃO" button.

The main content area is divided into two columns. The left column displays the petition title, a progress bar showing 1,034 signatures out of a goal of 2,000, and a section titled "Por que isto é importante" with detailed text. The right column includes the creator's information (Edson K. Brasil), the recipient (Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff), a "ASSINE A PETIÇÃO" button, a text box for the petition message, an email input field, and a "ASSINE" button. Below this is a "ASSINATURAS RECENTES" section listing recent signatories.

AVAAZ.ORG
Petições da **COMUNIDADE**

ASSINE ENTRAR QUEM SOMOS AJUDA

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças **COMECE UMA PETIÇÃO**

Ciência sem Fronteiras para TODOS!

Criado por **Edson K. Brasil** A ser entregue para: **Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff**

ASSINE A PETIÇÃO

“ Nós pedimos que a Presidenta inclua todas as áreas relevantes das ciências sociais e humanas no Programa Ciência sem Fronteiras.

Mais detalhes em <http://www.slideshare.net/angrad/31102012-a-administrao-e-o-programa-cincia-sem-fronteiras-prof-edson-kenji-kondo>

Coloque seu endereço de email:

email

Porque isso é importante? (opcional)

ASSINE

Avaaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Edson K. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.

ASSINATURAS RECENTES

mais de um mês atrás Pablo Sandino, Brasil

mais de um mês atrás Ana Claudia, Brasil

mais de um mês atrás Maria da Conceição Alves da Silva Cesco, Brasil

mais de um mês atrás André Almeida, Brasil

Por que isto é importante

O Programa Ciência sem Fronteiras está injustamente restrito a 18 áreas definidas arbitrariamente como prioritárias pelo Governo. Este é o Programa que disponibiliza o maior volume de recursos para intercâmbio de estudantes brasileiros em mais de 500 anos de história do Brasil!

Em 13 de dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado Izalci, realizou uma audiência pública exigindo que o Programa incluísse estudantes de várias áreas de grande relevância para o desenvolvimento do País. A audiência pública demonstrou inequivocamente que uma maior inclusão é necessária e até os representantes dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação compreenderam que isso seria benéfico para a competitividade do Brasil.

Das áreas excluídas, muitas são fundamentais para a competitividade do País. O Manual de Oslo define inovação como a implementação de um produto novo, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. É fácil ver que a definição remete diretamente a empresas e empreendedores, cuja formação vem dos cursos de administração. Para que a inovação se desenvolva, a existência de um ambiente regulatório propício é fundamental, e para isso precisamos formar gestores em políticas públicas. Para a compreensão do processo de inovação e da atividade econômica em geral exige-se a formação de bons economistas e contadores. A garantia dos retornos de investimentos em inovação requer a expertise de advogados que também defendem o direito de trabalhadores e empresas nas várias áreas de negócios. E os impactos sociais advindos do desenvolvimento tecnológico e econômico exigem a análise e o acompanhamento de profissionais de sociologia, psicologia, serviço social, meio ambiente e várias outras especialidades.

Urge, portanto, que esse enorme equívoco de exclusão de várias áreas de fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado do País possa ser imediatamente corrigido. Os argumentos técnicos não são mais necessários, pois os próprios técnicos dos ministérios acima podem fundamentá-los perante a Presidenta. É preciso, portanto, mostrar à Presidenta que existe uma enorme massa de brasileiros e brasileiras que não aceita ser arbitrariamente excluída e que exige o direito de participar do maior programa de intercâmbio da história do nosso País!

Fig.9 – Petição online para a inclusão “de todos” no Ciência sem Fronteiras.

Pela participação dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras



75.000

56.469

56.469 assinaturas. Vamos chegar a 75.000

Por que isto é importante

Por que isto é importante

Em 2012, a justiça determinou a inclusão de mais de 20 cursos das áreas de ciências humanas e, alguns, de biológicas no projeto Ciência sem Fronteiras. No dia 15 de Janeiro de 2013, o TRF (Tribunal Regional Federal) suspendeu a liminar, excluindo novamente os mais de 20 cursos do programa. Com a decisão, o Projeto governamental que concede bolsas de estudo no exterior a alunos de Graduação, Doutorado e Pós-Doutorado, não privilegiará cursos como Letras, Jornalismo, Publicidade e Enfermagem (entre outros). O Ministério da Educação defende que o programa Ciência sem Fronteiras foi criado para as áreas das ciências básicas como matemática, física, química e biologia, das engenharias, das tecnológicas e de ciências da saúde. Incabível a justificativa do MEC, uma vez que, em nenhum momento, durante a criação do Projeto, fez-se pré-estabelecida a exclusividade de alguns cursos em detrimento de outros. A decisão do Ministério transmite nos a visão de que os cursos excluídos não fazem parte da definição de "ciência" a qual se referem e, portanto, não são dignos de tais benefícios. Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos.

Postado março 26, 2013

Relatar isso como inapropriado

Criado por
Raquel A.
BrasilA ser entregue
para:
Manoel Erhardt,
desembargador federal.

ASSINE A PETIÇÃO

“Pela liberação dos cursos de ciências Humanas no projeto governamental Ciência sem Fronteiras, que concede bolsas de estudo para estudantes de graduação, doutorado e pós-doutorado em diversas universidades do exterior.

Coloque seu endereço de email:

email

Porque isso é importante? (opcional)

Avaaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

 Compartilhe essa campanha no Facebook

ASSINE

Esta petição foi criada por Raquel A. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaaz.

 Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Raquel A. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaaz.

ASSINATURAS RECENTES


- 2 semanas atrás  Laura Macedo, Brasil
- 2 semanas atrás  Luma Geonice Deola, Brasil
- 3 semanas atrás  Edmar Rocha, Brasil
- 3 semanas atrás  Luiza Guasti, Brasil

Fig.10 – Petição online para a inclusão dos cursos da área de Humanas no Ciência sem Fronteiras.

AVAAZ.ORG
Petições da **COMUNIDADE**

ASSINE ENTRAR QUEM SOMOS AJUDA

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudançasCOMECE UMA PETIÇÃO

Inclusão dos cursos de ciências humanas e artes no ciência sem fronteiras.



Criado por Elisabete B. Brasil



A ser entregue para: Os governantes, a comunidade científica e toda sociedade.



500

422

422 assinaturas. Vamos chegar a 500

Por que isto é importante

Por que isto é importante

Em 2012, a justiça determinou a inclusão de mais de 20 cursos das áreas de ciências humanas e, alguns, de biológicas no projeto Ciência sem Fronteiras. No dia 15 de Janeiro de 2013, o TRF (Tribunal Regional Federal) suspendeu a liminar, excluindo novamente os mais de 20 cursos do programa. Com a decisão, o Projeto governamental que concede bolsas de estudo no exterior a alunos de Graduação, Doutorado e Pós-Doutorado, não privilegiará cursos como Letras, Jornalismo, Publicidade e Enfermagem (entre outros). O Ministério da Educação defende que o programa Ciência sem Fronteiras foi criado para as áreas das ciências básicas como matemática, física, química e biologia; das engenharias; das tecnológicas e de ciências da saúde. Incabível a justificativa do MEC, uma vez que, em nenhum momento, durante a criação do Projeto, fez-se pré-estabelecida a exclusividade de alguns cursos em detrimento de outros. A decisão do Ministério transmite nos a visão de que os cursos excluídos não fazem parte da definição de "ciência" a qual se referem e, portanto, não são dignos de tais benefícios. Objetivamos, com essa petição, conseguir a liberação de vagas no Programa Ciência sem Fronteiras para a área de Humanas, afinal, o que elaboramos também é ciência e muito contribuiremos para o desenvolvimento do país se tivermos oportunidades e portas abertas para realizar nossas pesquisas e projetos.

Postado março 26, 2013 Relatar isso como inapropriado

ASSINE A PETIÇÃO

“ Solicito-lhes maior inserção dos cursos de ciências humanas e artes no programa: ciência sem fronteiras,

Coloque seu endereço de email:

Porque isso é importante? (opcional)

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Elisabete B. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.

ASSINE

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Raquel A. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.

ASSINATURAS RECENTES

2 semanas atrás	Laura Macedo, Brasil
2 semanas atrás	Luma Geonice Deola, Brasil
3 semanas atrás	Edmar Rocha, Brasil
3 semanas atrás	Luiza Guasti, Brasil

Fig.11 – Petição online para a inclusão dos cursos da área de ciências Humanas e Artes no Ciência sem Fronteiras.

[ASSINE](#) [ENTRAR](#) [QUEM SOMOS](#) [AJUDA](#)

AVAAZ.ORG
 Petições da **COMUNIDADE**

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças
 COMECE UMA PETIÇÃO

Inclusão dos CURSOS de LETRAS no programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRA

Inclusão dos CURSOS de LETRAS no programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRA

ESTA PETIÇÃO FOI ENCERRADA

12.136

20.000

Criado por **Deborah V. Brasil**

A ser entregue para: **Ministro de Estado da Educação: Aloizio Mercadante**

ASSINE A PETIÇÃO

Essa petição foi encerrada pelo seu criador e não aceita mais assinaturas

Por que isto é importante

Por que isto é importante

A oportunidade de estudar no exterior é importante para QUALQUER estudante do nível superior e os estudantes de LETRAS (Vernácula/Espanhol/Inglês...) Não deveriam ser excluídos dessa grande oportunidade.

Embora o programa CIÊNCIA SEM FRONTEIRA que possui uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) possua a finalidade de "permitir a mobilidade de estudantes brasileiros para os países conveniados ao projeto, oferecendo bolsas para alunos de graduação e doutorado e interessados em fazer doutorado que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior."

(<http://www.cienciasemfronteirasatn.com.br/?gclid=CLXTvMyls7oCFdJ7AodcnAA5w>) desde o seu primeiro edital não incluiu os cursos de Letras.

Através dessa petição pedimos a inclusão dos Cursos de Letras no próximo edital do Ciência Sem Fronteira.

Postado outubro 25, 2013
 Relatar isso como inapropriado

Fig.12 – Petição online para a inclusão dos cursos de Letras no Ciência sem Fronteiras.

Anexo IV – Documento de Lançamento do Ciência sem Fronteiras, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação).

Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0217/217221.pdf



Figura 18. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

Ranking Produção científica e Inovação	
Produção Científica Países com maior participação percentual em relação ao total	
1	EUA
2	CHINA
3	Reino Unido
4	Alemanha
5	Japão
6	França
7	Canadá
8	Itália
9	Espanha
10	Índia
11	Coreia do Sul
12	Austrália
13	Brasil
14	Holanda
15	Rússia
Inovação Ranking Global de Inovação	
1	Suíça
2	Suécia
3	Singapura
4	Hong Kong
5	Finlândia
6	Dinamarca
7	EUA
8	Canadá
9	Holanda
10	Reino Unido
29	China
47	Brasil
56	Rússia
<small>Fonte: The Global Innovation Index 2011</small>	
<small>Fonte: Institute for Scientific Information</small>	

Figura 19. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

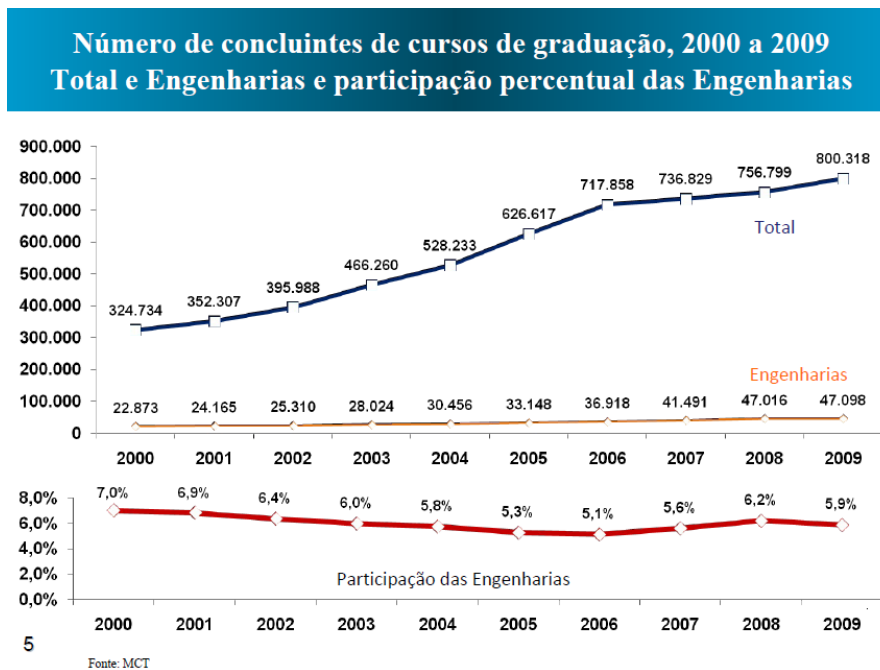


Figura 20. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

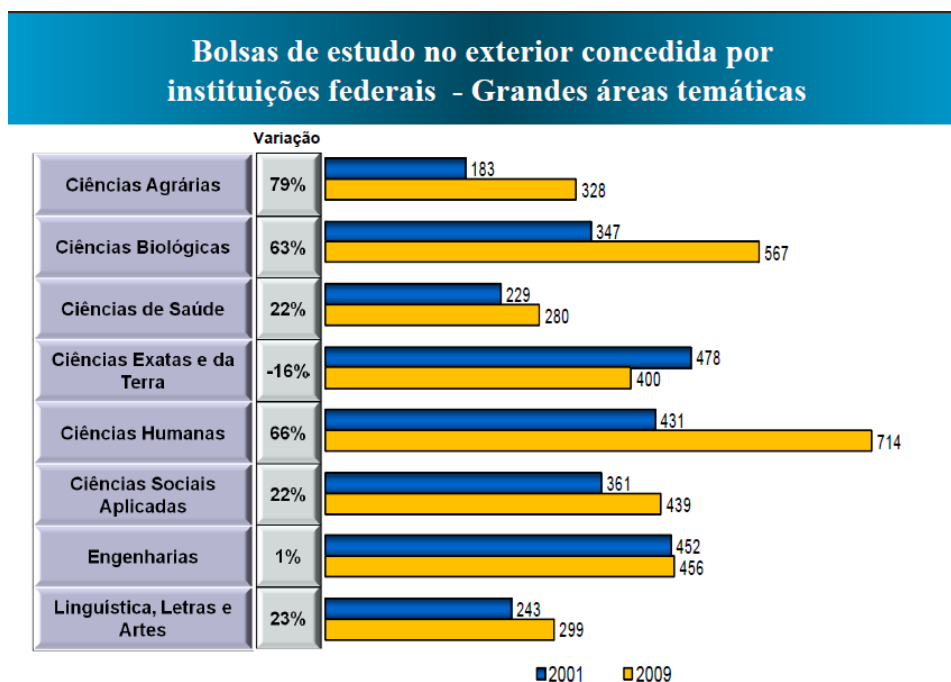


Figura 21. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.



Figura 21. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

Seleção das Universidades Estrangeiras

Os estudantes e pós-doutores do Ciência sem Fronteiras terão o seu treinamento nas melhores instituições disponíveis, prioritariamente entre as 50 mais bem classificadas nos rankings da *Times Higher Education* e *QS World University Rankings*.

As Universidades selecionadas podem ser visualizadas por área de conhecimento ou região geográfica.

Z

Figura 22. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.



Seleção por Área do Conhecimento

- **Área de Ciências da Saúde: 64 universidades selecionadas.** 
São os cursos de medicina, biomedicina, veterinária, enfermagem, fonoaudiologia, análises clínicas, farmácia, educação física e esporte, odontologia, nutrição, fisioterapia, etc...
- **Área de Ciências da Vida: 88 universidades selecionada.** 
Cursos: Bioquímica, biologia, biomateriais, biofísica, botânica, biologia molecular, genética, microbiologia, biologia molecular, farmacologia, zoologia, etc.
- **Área de Engenharias e tecnologias: 86 universidades selecionadas.** 
Cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica - Eletrotécnica, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica – Eletrônica, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Telecomunicação, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Petróleo, etc...

TOTAL: **238** Universidades Selecionadas

Figura 23. Página do documento oficial de lançamento do programa Ciência sem Fronteiras pelo então ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.